

Campanha da Fraternidade: igreja e sociedade



03

Fraternidade: Igreja
e sociedade – uma
perspectiva bíblico-teológica

Celso Loraschi

11

O que afirmamos quando
dizemos “creio na Igreja”

Jean Poul Hansen

17

Igreja em serviço
à sociedade

Antonio Manzatto

25

Igreja e sociedade: análise
e conversão institucional

Nicolau João Bakker, svd

35

Roteiros homiléticos

Johan Konings, sj



168 págs.

O EVANGELHO NA CONTEMPORANEIDADE, UMA EXORTAÇÃO DO PAPA FRANCISCO

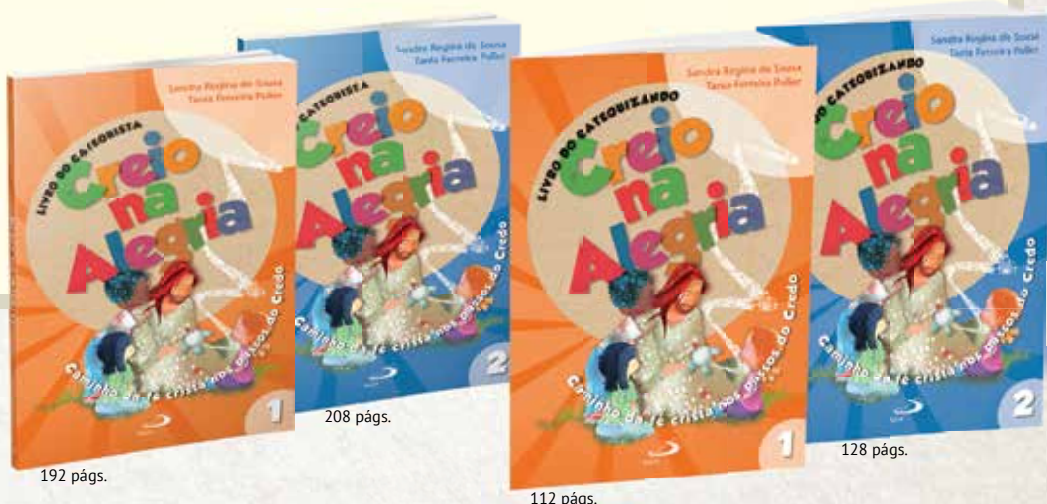
Evangelii Gaudium A alegria do Evangelho

Os novos caminhos da Igreja e as etapas a serem desbravadas pelos fiéis nesse novo momento da humanidade.

O ENSINO DA FÉ COMO FONTE DE ALEGRIA PARA CRIANÇAS

Coleção de catequese CREIO NA ALEGRIA (4 volumes)

A importância da amizade, oração e espiritualidade cristã com músicas, narrativas, poesias e desenhos. Para crianças se sentirem engajadas no aprofundamento da fé cristã. Material completo e novo para levar garotos e garotas ao encontro maior com Jesus na Eucaristia, e a alegria do surgimento de Jesus.



VENDAS:

11 3789-4000 | 0800-164011

vendas@paulus.com.br

 [pauluseditora.official](https://www.facebook.com/pauluseditora.official)

 [editorapaulus](https://twitter.com/editorapaulus)

 [paulus.com.br](https://www.youtube.com/paulus.com.br)


PAULUS

Caros leitores e leitoras,

Graça e paz!

A Campanha da Fraternidade (CF) de 2015 traz como tema “Fraternidade: Igreja e sociedade” e lema “Eu vim para servir” (cf. Mc 10,45). A escolha desse tema teve como objetivo inserir a campanha nas comemorações do jubileu do Concílio Vaticano II, com base nas reflexões propostas pela Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e pela Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, que tratam da missão da Igreja no mundo. Podemos dizer que a eclesiologia e o esforço pela renovação da Igreja perpassam não apenas esses dois, mas todos os documentos do concílio, o qual foi eminentemente eclesiológico. A própria CF nasceu dos esforços de renovação suscitados pelo Vaticano II. Lembramos que as primeiras campanhas propuseram uma temática mais eclesial e depois houve uma série de campanhas de temática social, manifestando uma compreensão da Igreja como servidora da sociedade e da humanidade para a promoção da justiça do Reino de Deus. Na campanha de 2015, temos a oportunidade de englobar as duas dimensões: qual Igreja e qual sociedade queremos? Uma Igreja a serviço da sociedade que almejamos, a sociedade desejada pelo próprio Cristo: justa, fraterna, solidária, com vida digna e em abundância para todos.

Ao longo da história, a Igreja havia se distanciado desses anseios nascidos do evangelho. A inspiração de João XXIII para convocar o Vaticano II constituiu uma oportunidade de reaproximação. O concílio foi uma volta às fontes bíblicas e patrísticas e uma busca de superação do embate, da rejeição mútua entre Igreja e modernidade. Essa volta às fontes permite a elaboração de uma eclesiologia de comunhão, de cunho sacramental, que tem como ponto de partida e de chegada a Santíssima Trindade e Cristo “luz dos povos”.

A eclesiologia do Concílio Vaticano II suprime uma teologia fundada no direito, na hierarquia, na centralização e no poder, para suscitar uma reflexão eclesiológica do mistério trinitário, da Igreja dialogante com o mundo. A partir de então entraram fortemente na agenda da Igreja as preocupações com as situações concretas vividas pelos povos: o tema da miséria de grande parte da humanidade; os direitos humanos; as ameaças de destruição da humanidade; a corrida armamentista; a paz; o desenvolvimento dos povos; o acesso à cultura, à educação, aos benefícios do desenvolvimento; a opressão; o estabelecimento da justiça entre as nações e dentro delas.

O Vaticano II e seus documentos precisam sempre ser retomados para não serem esquecidos e para serem aprofundados. De forma semelhante à tradição do povo de Deus do Antigo Testamento, o qual, após o êxodo, mantinha o princípio de lembrar cotidianamente “o Deus que te tirou do Egito” e retomar essa memória sempre que se sentia necessitado de conversão. Também, como afirmava o papa Paulo VI no ano seguinte ao final do concílio: “Os decretos conciliares, antes de serem um ponto de chegada, são um ponto de partida para novos objetivos. É necessário ainda que o Espírito e o sopro renovador do concílio penetrem nas profundezas de vida da Igreja. É necessário que os germes de vida depositados pelo concílio no solo da Igreja cheguem a sua plena maturidade” (*Oss. Rom.* 26-27 out. 1966). A eclesiologia do Vaticano II não encerra o debate, mas o abre.

Continuamos então o esforço da recepção e compreensão dos seus documentos, de sua aplicação e da caminhada nas sendas abertas pelo concílio. Com certeza a CF e o período de conversão quaresmal são ótimas oportunidades para isso.

Pe. Jakson Alencar, ssp
Editor

Editora PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO
Diretor Pe. Claudiano Avelino dos Santos
Editor Pe. Jakson F. de Alencar – MTB MG08279JP
Conselho editorial Pe. Jakson F. de Alencar, Pe. Zulmiro Caon, Pe. Claudiano Avelino, Pe. Manoel Quinta, Pe. Paulo Bazaglia, Pe. Darci Marin
Ilustração da capa Pe. Lúcio Américo de Oliveira
Ilustrações internas Luís Henrique Alves Pinto
Editoração Fernando Tangi

Revisão Tiago J. Risi Leme
Assinaturas assinaturas@paulus.com.br
(11) 3789-4000 • FAX: 3789-4011
Rua Francisco Cruz, 229
Depto. Financeiro • CEP 04117-091 • São Paulo/SP
Redação © PAULUS – São Paulo (Brasil) • ISSN 0507-7184
vidapastoral@paulus.com.br
www.paulus.com.br / www.paulinos.org.br
vidapastoral.com.br

Vida Pastoral – Assinaturas

A revista Vida Pastoral é distribuída gratuitamente pela Paulus. A editora aceita contribuições espontâneas para as despesas postais e de produção da revista.

Para as pessoas que moram em cidades onde não há livraria Paulus e desejam receber a revista, as assinaturas podem ser efetuadas mediante envio dos dados para cadastro de assinante (nome completo, endereço, telefone, CPF ou CNPJ) e de contribuição espontânea para a manutenção da revista. Para os que já são assinantes e desejam renovar a assinatura, pede-se acrescentar aos dados também o código de assinante.

Para contato:

E-mail: assinaturas@paulus.com.br

Tel.: (11) 3789-4000

Fax: (11) 3789-4004

Para a efetuação de assinaturas, enviar dados e cópia de comprovante de depósito da contribuição para despesas postais para: Revista Vida Pastoral – assinaturas
Rua Francisco Cruz, 229 – Depto. Financeiro
04117-091 – São Paulo – SP

Contas para depósito de contribuição para despesas postais:

Banco do Brasil: agência 0646-7, conta 5555-7

Bradesco: agência 3450-9, conta 1139-8

Livrarias Paulus

APARECIDA – SP

Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44,45,78,79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE

Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA

Rua 28 de setembro, 61 –
Campina – (91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG

Rua da Bahia, 1136
Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF

SCS – Q.1 – Bloco I – Edifício
Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasilia@paulus.com.br

CAMPINAS – SP

Rua Barão de Jaguara, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS

Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS

Av. Júlio de Castilho, 2029
(54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

CUIABÁ – MT

Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR

Pça. Rui Barbosa, 599
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC

Rua Jerônimo Coelho, 119
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE

Rua Floriano Peixoto, 523
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO

Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB

Praça Dom Adauto, S/N
Junto à Cúria – Centro
(83) 3221-5108
joao Pessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG

Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MANAUS – AM

Rua Itamaracá, 21, Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN

Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS

Rua Dr. José Montauray, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE

Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP

Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ

Rua México, 111-B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA

Av. 7 de Setembro, 80
Rel. de S. Pedro
(71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP

Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA

Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluiz@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ

Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – RAPOSO TAVARES

Via Raposo Tavares, Km 18,5
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA

Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metrô Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

VITÓRIA – ES

Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br



Fraternidade: Igreja e sociedade – uma perspectiva bíblico-teológica

Celso Loraschi*

A obra de Lucas (Evangelho e Atos dos Apóstolos) oferece elementos inspiradores para o tema proposto pela Campanha da Fraternidade neste ano de 2015. A proposta de Jesus de Nazaré assumida pelas comunidades cristãs primitivas precisa ser permanentemente resgatada pela Igreja, tendo em vista a sua missão evangelizadora em cada contexto histórico-cultural.

O que mais falta aos homens da Igreja é o Espírito de Cristo, a humildade, o despojamento de si mesmo, a acolhida desinteressada, a capacidade de ver o melhor do outro. Nós temos medo, queremos manter o que caducou, porque disso temos o hábito, queremos ter razão contra os outros. Dissimulamos, sob o vocabulário de humildade estereotipada, o espírito de orgulho e de poder. Brincamos de pôr a vida à parte. Da Igreja fizemos uma organização como as outras. Empregamos todas as nossas forças para organizá-la e agora as empregamos para fazê-la funcionar. E ela caminha mais ou menos, menos do que mais, mas caminha. O problema é que ela caminha como uma máquina, e não como a vida.

Essa afirmação do patriarca ecumênico de Constantinopla, Atenágoras, feita há mais de quatro décadas, possui caráter exortativo também para a Igreja na atualidade. Por aquela mesma época, o Concílio Vaticano II, por meio da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, formulou princípios orientadores para a missão da Igreja num mundo em acelerada

* Celso Loraschi, mestre em Teologia Dogmática com concentração em Estudos Bíblicos, professor de Evangelhos Sinóticos e Atos dos Apóstolos na Faculdade Católica de Santa Catarina (Facasc).
E-mail: loraschi@facasc.edu.br



transformação. De lá para cá, foram inúmeras as iniciativas, em todos os âmbitos, para organizar uma Igreja mais humana e solidária, respondendo aos clamores da sociedade, especialmente das pessoas abandonadas.

Peregrina neste mundo, a Igreja precisa avançar sempre mais, rompendo com a tentação de acomodar-se. E para avançar com liberdade evangélica, há necessidade de abandono de tudo o que a impede de ser verdadeiramente discípula missionária do Senhor. O documento da CNBB n. 100 – *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia* – chama-nos à conversão pastoral e nos orienta a sair “de uma Igreja distante, burocrática e sancionadora” para uma Igreja mais evangélica, comunitária, participativa, realista e mística (n. 37). O papa Francisco, atento às demandas que emergem das comunidades pelo mundo afora, abraçou essa causa com determinação. Seus ensinamentos, corroborados por seu testemunho, inspiram-se na prática da Igreja das origens, seguidora de Jesus Cristo, servidora do seu evangelho e, por isso mesmo, promotora da vida digna sem exclusão. A Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* apresenta o caminho a ser seguido pela Igreja em sua obra evangelizadora no mundo atual. É a proposta do evangelho que precisa ser retomada com coragem. “A proposta é o Reino de Deus (cf. Lc 4,43); trata-se de amar a Deus que reina no mundo. À medida que ele conseguir reinar entre nós, a vida social será um espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos” (EG 180).

Nesse sentido, propõe-se aqui uma reflexão sobre o tema da Campanha da Fraternidade numa perspectiva bíblico-teológica, buscando compreender a dimensão social da fé cristã assumida pelas primeiras comunidades cristãs. Para isso, toma-se a obra de Lucas como referência, pontuando alguns aspectos.

1. A tradição do Êxodo e da profecia

Segundo Lucas, o Primeiro Testamento culmina com a vinda de João Batista. Com Jesus, inicia-se o tempo do anúncio do Reino de Deus: “A Lei e os Profetas chegaram até João. Daí em diante, o Reino de Deus é anunciado, e todos se esforçam para entrar nele a qualquer custo” (Lc 16,16).

A pregação de João Batista se dá no deserto. Preparando o caminho do Senhor, oferece ao povo um batismo de arrependimento.

Também Jesus chegou da Galileia para ser batizado (Mc 1,2-11). O pano de fundo dessa apresentação é a tradição do Êxodo, acontecimento fundador do povo de Israel e paradigma para as comunidades em permanente caminhada rumo à terra sem males. Fome e sede marcam essa caminhada: fome e sede de pão, de justiça, de fra-

ternidade e de paz; fome de Deus. O deserto é o lugar teológico aonde Deus leva seu povo para seduzi-lo e falar-lhe ao coração (Os 2,16). Êxodo, deserto, entrada na terra constituem o itinerário da pessoa e da comunidade.

Jesus optou por esse caminho exodal. Não fugiu do mundo. Pelo contrário, “crescendo no meio de uma realidade conflitante de exploração econômica, de convulsões sociais, de desintegração crescente das instituições, de explosões messiânicas, Jesus, unido ao Pai, torna-se aluno dos fatos, descobre dentro deles a chegada da hora de Deus” (MESTERS, [1985?]). Desde o início de seu ministério público, rompe com o poder que escraviza, em sua tríplice dimensão – econômica, política e religiosa (Lc 4,1-13) –, e assume a causa da libertação dos pobres, presos, cegos e oprimidos (Lc 4,18-19).

É o início de uma grande caminhada, na qual Jesus, fiel à tradição profética, se posicio-

“Desde o início de seu ministério público, Jesus rompe com o poder que escraviza, em sua tríplice dimensão – econômica, política e religiosa.”



na com convicção e coragem a favor do próximo necessitado. A parábola do samaritano solidário (Lc 10,25-37) ilustra bem a opção feita pelo próprio Jesus, modelo para todos os que o seguem. Diante da preocupação do doutor da lei a respeito da “vida eterna”, ele indica o caminho que promove a vida sem exclusão já neste mundo. O centro da parábola é “um homem”, uma pessoa sem nome, com a qual se identificam todas as pessoas em situações de necessidade. Um homem vítima de assalto, semimorto, abandonado... Jesus revela, nessa parábola, aguda percepção da realidade social. Denuncia o sistema de exclusão e subverte os valores estabelecidos pelos senhores do Templo, aqui representados pelo sacerdote e pelo levita. Ambos “viram” o homem abandonado e ambos “passaram adiante”. Contrariamente age o samaritano, pertencente a um povo odiado pela elite religiosa judaica, idealizadora do sistema do puro e do impuro.

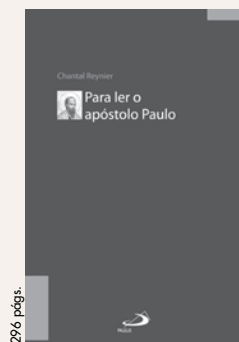
A parábola reflete a prática cotidiana de Jesus de Nazaré. A sua vida foi pautada por atitudes de amor e solidariedade. Movimenta-se segundo o Espírito que se desdobra em sensibilidade, carinho, acolhida, perdão, cuidado e indignação. Em todos os lugares, suas palavras e ações são portadoras de liberdade e vida para os possesores das ideologias dominantes, para os doentes e enfermos; constituem proposta de inclusão dos marginalizados: pobres, mulheres, pecadores, estrangeiros...

Jesus não é um ser etéreo, que se movimenta a igual distância de todos os grupos e conflitos e exigências da época. Participa e toma posição, e o faz a partir de um “lugar social” bem preciso, tendo em conta os interesses contrapostos, discernindo as necessidades autênticas e, sobretudo, definindo-se diante da questão vital: a instauração de sociedade outra, diferente... (ECHEGARAY, 1984).

Com essa opção definida, Jesus vai às sinagogas (de Cafarnaum: 4,31; a outras sinagogas da Galileia: 4,44; 6,6; no caminho para Jerusa-

Para ler o Apóstolo Paulo

Chantal Reynier

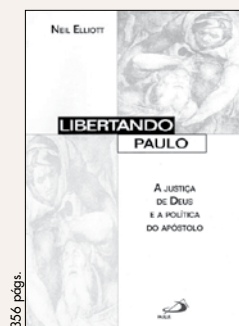


Esclarecimentos necessários, para que todos os interessados na temática paulina tenham acesso à profundidade de sua mensagem.

Libertando Paulo

A justiça de Deus e a política do apóstolo

Neil Elliott



Apresenta Paulo como evangelizador e guia das comunidades cristãs, a fim de que ele seja liberto das amarras que o prendiam a sistemas opressores.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





lém: 13,10); entra nas cidades e aldeias: 5,12; 8,1; 10,38; 13,22 (de Cafarnaum: 4,31; 7,1; dirige-se a Naim: 7,11; decide resolutamente ir a Jerusalém: 9,51; entra em Jericó: 19,1; em Betfagé e Betânia: 19,29; em Jerusalém: 19,41); nas casas (de Pedro: 4,38; de Levi: 5,29; de fariseus: 7,36; 11,37; 14,1; de Jairo: 8,41; de Marta e Maria; de Zaqueu: 19,1); caminha pelas ruas: 5,27; pelos campos: 6,1; pelas planícies: 6,17; 9,37; à margem do lago de Genesaré: 5,1; sobe a uma barca: 8,22; atravessa para a outra margem: 8,26; realiza uma viagem pedagógica da Galileia para Jerusalém: 9,51.57; 10,38; 11,1; sempre a caminho: 13,22; 17,11; envia os discípulos, adiante de si, por todas as cidades e lugares: 10,1; entra no Templo: 19,45.47; 20,1. Retira-se frequentemente para rezar no deserto: 4,1; na montanha: 6,12; 9,28; no monte das Oliveiras: 22,39; em certo lugar: 11,1; reza a sós com os discípulos: 9,18; ensina os discípulos a rezar: 11,2...

2. Movido pela misericórdia

O levita e o sacerdote, na fidelidade às leis de pureza impostas pelo sistema religioso oficial, fazem-se estranhos à pessoa abandonada à beira do caminho. O samaritano, porém, movido por compaixão, faz-se próximo dela e lhe dedica seu tempo, suas habilidades e seus bens.

Jesus propõe um caminho para além do legalismo excludente. A religião vivida por Jesus expressa-se efetiva e afetivamente pelo amor incondicional ao próximo, seja ele desta ou daquela tradição cultural. A misericórdia derruba preconceitos, encurta as distâncias, aproxima os diferentes, vê a necessidade do outro, vence o ódio, promove a reconciliação, cura e liberta. A misericórdia é o princípio pelo qual a Igreja deve pautar sua missão como promotora de fraternidade e vida no mundo.

Movido pela misericórdia, Jesus vai ao encontro também dos ricos e os acolhe, oferecendo-lhes a oportunidade de um novo caminho. Muitos não conseguem abandonar suas seguranças econômicas, especialmente quando justificados por uma teologia que interpreta a riqueza como bênção divina (Lc 18,18-23). Mas há outros, como se constata na história, que se deixam transformar pelo evangelho a ponto de mudar radicalmente a sua vida.

Com a visita que Jesus fez em sua casa, Zaqueu toma consciência de sua real situação (Lc 19,1-10). Enriquecera aproveitando-se de sua função de chefe de cobradores de impostos, à custa do empobrecimento do povo. Somente após o compromisso assumido por Zaqueu de restituir o que roubou é que Jesus lhe garante: “Hoje a salvação chegou a esta casa” (19,9). A redenção do dinheiro se dá quando é administrado como um meio para a promoção da justiça social. Jesus tem clareza e convicção sobre a

finalidade dos bens materiais. Por isso denuncia veementemente a avareza (16,14-15), a insensibilidade dos ricos (16,19-31), a insensatez do acúmulo (12,16-21), o apego aos bens (18,9-23); ensina aos discípulos a respeito do verdadeiro uso da riqueza (16,9-13), o sentido do desapego (18,24-30), bem como a função de animar o projeto da partilha social (9,10-17).

O pedido de Jesus “dai-lhes vós mesmos de comer” envolve tanto a cooperação para resolver as causas estruturais da pobreza e promover o desenvolvimento integral dos pobres como também os gestos mais simples e diários de solidariedade para com as misérias muito concretas que encontramos. Embora um pouco desgastada e, por vezes, até mal interpretada, a palavra “solidariedade” significa

**“A misericórdia
derruba preconceitos,
encurta as distâncias,
aproxima os
diferentes, vê a
necessidade do outro,
vence o ódio, promove
a reconciliação.”**



muito mais do que alguns atos esporádicos de generosidade; supõe a criação de uma nova mentalidade que pense em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns (EG 188).

3. A missão da Igreja

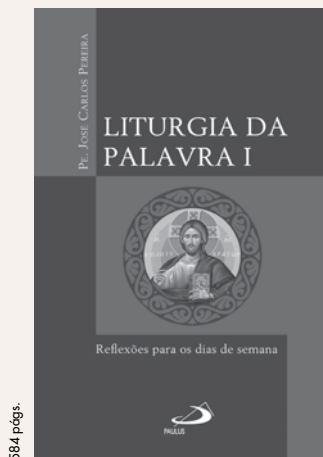
A missão que Jesus confere aos Doze (Lc 9,1-6) é de continuidade de sua própria missão. Consiste fundamentalmente no anúncio do Reino de Deus corroborado por sinais de libertação e curas: “Deu-lhes poder e autoridade sobre todos os demônios, e para curar enfermidades” (9,1). O campo da missão são as casas e as cidades. Da mesma forma, o envio dos Setenta (ou setenta e dois) discípulos (10,1-12), indicação de universalidade. Enquanto os Doze representavam o novo Israel, os Setenta representam a nova humanidade. Para os judeus, setenta era o número de nações no mundo. Portanto, o conhecimento da boa-nova de Jesus é um direito de todos os povos.

Os portadores do evangelho devem pôr-se a caminho, “de dois a dois”, com espírito de equipe e sentido comunitário, numa condição de total desapego, a fim de que nada impeça a liberdade dentro da qual Jesus se movimentou, sob a força do Espírito. Em sua maneira de se apresentar, de vestir-se e se relacionar, todos poderão testemunhar sua solidariedade com os pobres e a autenticidade da mensagem que transmitem.

Como se pode traduzir hoje esse espírito de Jesus na sociedade de bem-estar? Não simplesmente recorrendo a um traje que nos identifique como membros de uma instituição religiosa ou responsáveis por um cargo na Igreja. Precisamos, cada um de nós, rever com humildade que nível de vida, que comportamentos, que palavra, que atitude nos identificam melhor com os últimos (PAGOLA, 2012, p. 174).

Liturgia da Palavra I **Reflexões para os dias de semana**

Padre José Carlos Pereira



Este livro pretende ser um roteiro de reflexões diárias para quem deseja preparar homilias consistentes, bem fundamentadas e numa linguagem de fácil entendimento para a comunidade. Serve para quem deseja aprofundar os textos da liturgia diária. Ajuda preciosa aos ministros ordenados e aos leigos, com tantos afazeres e pouco tempo para preparar uma reflexão adequada. As reflexões são essencialmente bíblicas, porém contextualizadas com a realidade. Escrito pelo padre José Carlos Pereira, passionista, teólogo e doutor em Sociologia pela PUC-SP. Ministrante de palestras e cursos para paróquias e dioceses brasileiras.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





Como “cordeiros entre lobos”, com simplicidade e mansidão, sem dever nada a ninguém a não ser o amor mútuo (cf. Rm 13,8), os evangelizadores enfrentarão toda espécie de conflitos sem perder a paz. Aliás, a paz é o primeiro sinal do Reino de Deus: “Em toda casa que entrardes, dizei primeiro: ‘Paz a esta casa!’” (10,5). A paz que o evangelho propõe nasce da convicção de que todos somos irmãos, amados por Deus Pai de modo gratuito, e, como decorrência, também devemos nos amar gratuitamente (15,11-32).

4. As comunidades de Lucas

Lucas escreve pelo final do século I em Antioquia da Síria, a terceira cidade do Império Romano, grande centro comercial, formada por povos de diversas culturas. As tradições judaica, grega e romana se entrelaçavam. As comunidades cristãs aí organizadas sofriam a influência de mentalidades diversas. O evangelho vem ajudá-las a discernir o verdadeiro caminho da vida que o ensinamento e a prática de Jesus revelaram. Uma das tarefas prioritárias assumidas pelo mestre de Nazaré foi a formação dos seus discípulos, que, apesar de o reconhecerem como o Messias, tiveram muitas dificuldades de segui-lo. A mentalidade fechada, nacionalista e fanática, bem como a visão de um messianismo triunfalista, fez que Jesus iniciasse um novo caminho, representado pela viagem da Galileia a Jerusalém, onde vai ser crucificado.

Os discípulos aprenderão nessa caminhada que o seguimento de Jesus se dá não pelos critérios do poder, e sim pelos do serviço, como podemos constatar em Atos dos Apóstolos, o segundo volume da obra de Lucas. Mulheres e homens, impulsionados pelo dom do Espírito Santo, realizam a obra evangelizadora no mundo em triplice dimensão:

a) A dimensão do tempo: os discípulos anunciam o reino messiânico por meio de “sinais e prodígios” (cf. At 2,22.43; 4,16.30; 5,12; 6,8; 8,6.13; 14,3; 15,12...), reveladores deste tempo favorável de Deus, agindo em favor da vida e salvação de seus filhos e filhas. Jesus é o *kairós* por excelência. No Evangelho de Lucas, isso está expresso no advérbio de tempo “hoje” (cf. 3,11.22; 4,21; 5,26; 13,22-23; 19,5.9; 23,43). Ele permanece vivo e atuante nas palavras e ações dos seus discípulos e discípulas que se acolhem, se reúnem e se amam fraternalmente. Cada momento, “dia após dia” (At 2,41.47; 4,42...), é tempo decisivo para a difusão da boa-nova de Jesus Cristo salvador. O tempo faz-se pleno!

b) A dimensão do espaço: “Sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judeia e na Samaria e até os confins da terra” (1,8). Esse é o esquema geográfico utilizado por Atos dos Apóstolos para mostrar a caminhada da Palavra, desde a ressurreição de Jesus. Os evangelizadores vão “de lugar em lugar anunciando a boa-nova” (8,4...). A mesma atitude itinerante de Jesus na Palestina é vivida agora pelos seus discípulos. Há um contínuo movimento dos agentes de evangelização, num compromisso missionário, assumido num regime de urgência, preenchendo todos os espaços possíveis com a boa notícia do tempo da salvação de Deus, realizado em Jesus Cristo. Os verbos “prosseguir” (13,51; 16,10.40; 17,10; 18,23...), “levantar-se” (9,6.40; 14,20; 26,16...), “partir” (10,23; 16,10; 18,21...), “embarcar” (13,13; 16,10...) são indicativos desse dinamismo.

c) A dimensão do testemunho: “Recebereis uma força, a do Espírito Santo que descera sobre vós, e sereis minhas testemunhas...” A palavra grega *martyria*, frequente em Atos dos Apóstolos, refere-se ao testemunho de Jesus Cristo morto e ressuscitado dado pelos seus se-

“A obra de Lucas
prima pela inclusão
de gênero no
protagonismo
evangelizador.”



guidores; é argumento de autenticidade da boa notícia acompanhada de sinais e prodígios, conforme cita Pedro em seus discursos querigmáticos: em Jerusalém, após a descida do Espírito Santo (2,32) e após a primeira cura de um deficiente físico (3,15), e na casa de um pagão, Cornélio (10,39-43). Também Paulo, em sua conversão e em suas viagens missionárias: numa sinagoga em Antioquia da Pisídia (13,46) e em Jerusalém, diante dos judeus (22,20) e diante do rei Agripa (26,12-23). O próprio Senhor aparece a Paulo e lhe dá a missão de testemunhá-lo em Jerusalém e em Roma (23,11).

5. Na força do Espírito Santo

Assim como Jesus foi gerado e conduzido pelo Espírito Santo, também a sua Igreja. É dom concedido às pessoas individualmente e às comunidades dos crentes: a Pedro (4,8), a Estêvão (6,5), a Paulo (9,17), a Barnabé (11,24), a Judas e Silas (15,32)... Ele se manifesta na comunidade reunida (4,31), nas igrejas da Judeia, Galileia e Samaria (9,31). Acontecem vários Pentecostes: aos judeus em Jerusalém (2,1-13), aos pagãos na casa de Cornélio (10,44-48), aos discípulos de João na cidade de Éfeso (19,1-7)...

O Espírito Santo acompanha os evangelizadores, animando, ajudando a discernir, ampliando, fortalecendo, impedindo, advertindo, sugerindo, arrebatando... As comunidades seguidoras de Jesus podem contar com a mesma *dynamis* do Espírito que animava a Jesus de Nazaré. O dom gratuito da salvação, dado por Deus Pai em Jesus Cristo, morto e ressuscitado, na força do Espírito Santo, é destinado a todas as pessoas de todas as raças e culturas. A compreensão desta novidade leva os seguidores de Jesus a assumir uma vida de total coragem e liberdade interior. Anunciam a Palavra de Deus com toda intrepidez (em grego, *parrêsia*: 4,13.31; 9,27-28; 13,46; 14,3; 18,25-26...), enfrentando toda espécie de conflitos. Começa no centro reli-

gioso judaico, que culmina com o martírio de Estêvão (7,54-60); Tiago, irmão de João, também é assassinado por capricho de Herodes (12,2). São várias as acusações e prisões a que são submetidos os que seguem a Jesus (4,1ss; 5,17ss; 12,1ss; 16,16ss; 18,12ss; 21,27ss...). Os discípulos missionários, de lugar em lugar, enfrentam com bom ânimo (*euthymía*) os sofrimentos decorrentes da missão que receberam de Jesus.

O anúncio do Reino de Deus provoca conflitos, porque se opõe a tudo o que prejudica a dignidade e a fraternidade; porque implica acolhida, diálogo e superação das barreiras sexuais (6,1-6), raciais e culturais (8,26-40; 10,34-35; 15,1ss); porque não suporta atitudes de mentira e corrupção, como a de Ananias e Safira, em Jerusalém (5,1-11); de manipulação do povo, como a de Simão, em Samaria (8,9-24); de tentativa de impedir a graça de Deus, como a de Elimas em Pafos, na ilha de Chipre (13,4-12); de exploração dos dons de uma jovem escrava por parte de seus patrões, em Filipos (16,16-18); de uso do nome de Jesus para proveito próprio, como a dos exorcistas judeus, em Éfeso (19,11-20); de exploração da religiosidade popular, como a dos comerciantes, também em Éfeso (19,23-40)... Há conflitos também com intelectuais gregos, que zombam de Paulo diante do anúncio da ressurreição de Jesus, em Atenas (17,32-33) e em diversos lugares, e com grupos judaicos, devido à sua mentalidade exclusivista e diante dos novos parâmetros de interpretação da Sagrada Escritura (2,12-36; 7,1-54; 10,1-43...).

O Reino de Deus sofre violências. É o selo de autenticação da prática transformadora de Jesus, continuada pelas comunidades cristãs de Jerusalém, de Antioquia, de Chipre, de Corinto, de Éfeso, de Derbe, Listra, Icônio... Mesmo que se ressalte a comunidade de Jerusalém como igreja-mãe e modelo para as outras igrejas (2,42-47; 4,32-35 e 5,12-15), cada igreja local é plenamente *ekklêsia*. Cada igreja vai tendo um jeito próprio de ser, respondendo aos desafios emer-



gentes, sejam eles de ordem econômica, religiosa ou política, buscando encontrar caminhos de vida plena para todas as pessoas. Em outras palavras, cada igreja vai tendo sua organização e autonomia próprias, unidas pelos princípios fundamentais que caracterizam uma comunidade cristã, com base na prática de Jesus de Nazaré, como o princípio da *koinonía* – pessoas em comunhão fraterna – e o princípio da *diakonía*: a serviço umas das outras. Ambos os princípios abrem para a missão *ad gentes*, realizada em mutirão por um grande número de mulheres e homens. A obra de Lucas prima pela inclusão de gênero no protagonismo evangelizador.

6. Sempre a caminho

As comunidades dos seguidores e seguidoras de Jesus, em Atos dos Apóstolos, são identificadas como “o Caminho” (9,2; 18,24-26; 19,9.23; 22,4; 24,14.22), indicação de uma maneira original de viver, com base na fé em Jesus Cristo. Na obra de Lucas, aparecem 75 vezes os termos “caminho/caminhar/andar”. Isso aponta para um dinamismo evangelizador, em permanente atitude de êxodo: de Jerusalém para o mundo; do Templo para as casas; do legalismo excludente para o amor misericordioso e aco-

lhedor; de um único povo da promessa para a promessa de salvação a todos os povos; da uniformidade/rigidez de doutrina para o diálogo com as diversas culturas; do poder do dinheiro e da eloquência para o amor eficaz a partir dos pequenos e pobres; do individualismo para a partilha comunitária e o serviço mútuo; da timidez, do medo, do comodismo e do desânimo para a intrepidez, a ousadia, o bom ânimo; do centralismo religioso para a autonomia das comunidades na obediência ao projeto do Reino...

Enfim, acolhendo a advertência do patriarca Atenágoras, com a qual se abriu este artigo, a Igreja, em sua relação com a sociedade, é desafiada a caminhar “menos como máquina e mais como a vida”. O evangelho requer atitudes e estruturas que visibilizem e autenticuem o anúncio. Além do mais, o evangelho é a própria pessoa de Jesus, cujo modelo de vida deve inspirar os seus seguidores em todos os tempos. Queira Deus que a Igreja possa testemunhar ao mundo, sedento de vida plena, o que Pedro, junto com João, personalizando as comunidades cristãs, disse ao paralítico colocado à porta do Templo: “Olha para nós... Não tenho nem ouro nem prata, mas o que tenho eu te dou: em nome de Jesus Cristo nazareno, levanta-te e anda!” (At 3,1-8).

Bibliografia

- CEBI. *Evangelho de Lucas e Atos dos Apóstolos*. São Paulo: Paulus, 1999. (Roteiros para Reflexão, VIII.)
- CNBB. *Comunidade de comunidades: a conversão pastoral da paróquia*. São Paulo: Paulinas, 2014. (Documentos da CNBB, 100.)
- COMBLIN, José. *Atos dos Apóstolos*. Petrópolis: Vozes; São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista; São Leopoldo: Sinodal, 1989. (Comentário Bíblico, v. I e II.)
- FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium: sobre o anúncio do evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulus: Loyola, 2013. (Documentos do Magistério.)
- HECHEGARAY, Hugo. *A prática de Jesus*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MESTERS, Carlos. *A prática libertadora de Jesus*. Belo Horizonte: Cebi, [1985?].
- PAGOLA, José A. *O caminho aberto por Jesus: Lucas*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- RICHARD, Pablo. *O movimento de Jesus depois da ressurreição: uma interpretação libertadora dos Atos dos Apóstolos*. 2ª. ed. São Paulo: Paulus, 2001.
- RIUS-CAMPS, Josep. *O Evangelho de Lucas*. São Paulo: Paulus, 1995.



O que afirmamos quando dizemos “creio na Igreja”

Jean Poul Hansen*

Muito comumente não prestamos a devida atenção àquilo que rezamos de maneira quase mecânica na liturgia e na vida, de modo que não sabemos, muitas vezes, o que afirmamos quando dizemos certas coisas. O presente artigo quer ser uma ajuda para tomarmos consciência do que afirmamos e do que não afirmamos ao dizer “creio na Igreja”, partindo das ocorrências bíblicas até chegarmos à fórmula de fé do Credo que rezamos.

A Igreja – povo de Deus peregrino no tempo – não nasce de uma convergência de interesses humanos ou do impulso de algum coração generoso, mas é dom do alto, fruto da iniciativa divina. Pensada desde sempre no designio do Pai, ela foi preparada por ele na história da aliança com Israel, para que, completados os tempos, fosse instituída graças à missão do Filho e à efusão do Espírito Santo (FORTE, 2012, p. 16).

1. Ocorrências bíblicas

O termo grego “ἐκκλησία”, do qual deriva o termo latino “ecclesia”, donde provém “igreja”, traduz sempre a expressão hebraica “kahal”, usada no AT para designar Israel, desde que ele se torna o “povo de Deus”, por meio da Aliança do Sinai. No célebre texto de Dt 23,1-9, essa expressão vem sempre acompanhada do determinativo “do Senhor” e é traduzida como “igreja” ou “assembleia do Senhor” (PIÉ-NINOT, 1998, p. 27).

* Padre da Diocese da Campanha (MG). Estudou Teologia no Instituto Teológico Interdiocesano São José, em Pouso Alegre (MG). É membro da equipe de redação da *Revista ECOando* e atualmente faz o curso de mestrado em Teologia Dogmática na Pontifícia Universidade de Salamanca, na Espanha. E-mail: hpj76@hotmail.com



No NT, a frequência do termo “igreja” se torna progressiva. Nos evangelhos sinóticos só o encontramos em Mt 16,18 (“Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja”) e 18,17 (“Se ele não vos der ouvidos, dize-o à Igreja. Se nem mesmo à Igreja ele ouvir, seja tratado como se fosse um pagão ou um publicano”). Contudo, aparece outras 144 vezes no restante do NT, das quais 28 estão nos Atos dos Apóstolos, onde é usado tanto para designar as comunidades locais (cf. At 15,41) como para designar um âmbito mais amplo (cf. At 5,11; 9,31). Não podemos esquecer aqui as descrições que os Atos dos Apóstolos fazem da Igreja nascente em At 2,42-47 e At 4,32-35.

Quando Paulo procura caracterizar o fundamento e a forma dessa comunhão de fé que é a Igreja, ele fala de “estar em Cristo” (1Cor 3,1; Gl 3,28; 2Cor 5,17) ou ser “corpo de Cristo” (Ef 1,22s; 4,7-16; 5,21-33; Cl 1,18; 2,19), sem abandonar expressões que correspondam ao “povo de Deus” (Rm 9,7s.25s; Gl 6,16), dentre as quais utiliza “Igreja de Deus” (1Cor 15,9; Gl 1,13; 1Cor 10,32; 11,22; 14), numa linha de continuidade com o “povo de Deus” do AT. Para Paulo, falar da Igreja significa necessariamente falar do Espírito de Cristo e seus efeitos; por isso, para ele, a Igreja é também templo do Espírito Santo (Rm 8,9s; 1Cor 2,10s; 3,16s; 6,19; 12,1; 2Cor 3; Ef 2,19s) no qual se cumprem as promessas do AT (2Cor 6,16).

Outra imagem da Igreja é a “casa de Deus” edificada sobre o fundamento dos apóstolos, típica das cartas pastorais (1Tm, 2Tm e Tt). A casa de Deus é a Igreja tanto local como universal (SCHNEIDER, 2002, p. 66-68).

O Concílio Vaticano II retoma todas essas imagens bíblicas para elaborar sua eclesiologia de comunhão, de cunho sacramental, que

tem como ponto de partida e de chegada a Santíssima Trindade. Por isso ele fala de povo de Deus, corpo de Cristo, templo do Espírito e, como tal, sacramento universal de salvação. Não é sem razão que abre a sua constituição dogmática sobre a Igreja com a expres-

são “Cristo é a luz dos povos”, demonstrando a dependência da Igreja em relação a Cristo, como a Lua em relação ao Sol.

A mesma palavra igreja, podemos entendê-la segundo duas etimologias possíveis. A Igreja é tanto a convocação quanto a congregação ou reunião dos fiéis; quer dizer, a

Igreja pode considerar-se ora como a que chama, convoca todas as pessoas e as congrega em vista da sua salvação, ora como a congregação dessas mesmas pessoas que chegaram à fé. Ao mesmo tempo, podemos conceber a Igreja como o lugar, a casa que reúne e abriga o povo fiel, ou esse mesmo povo reunido na casa. Os dois sentidos são correlativos e complementares (DE LUBAC, 1970, p.180-181).

“Essa ampliação da confissão estritamente trinitária ocorre, em todos os credos primitivos, dentro do artigo sobre o Espírito Santo.”

2. A Igreja no Credo

A presença da Igreja na profissão de fé remonta ao Credo Batismal Romano, de finais do século II, seguindo imediatamente a profissão de fé no Pai, no Filho e no Espírito Santo. É de lá que o toma o Símbolo dos Apóstolos. Essa ampliação da confissão estritamente trinitária ocorre, em todos os credos primitivos, dentro do artigo sobre o Espírito Santo, apesar de não aparecer nem nas fórmulas embrionárias do NT nem nos textos dos padres apostólicos (URÍBARRI, 2013, p. 117).

2.1. Igreja: lugar da profissão de fé

Porém, a forma específica “creio no Espírito Santo, na santa Igreja católica”, encontra-

mo-la na tradição apostólica de santo Hipólito de Roma, na qual se propõe um credo interrogativo que formula a terceira pergunta nestes termos: “Crês ‘em’ (εἰς) o Espírito Santo, ‘em’ (εν) ‘a’ santa Igreja e a ressurreição da carne?”.

Como percebemos, a formulação de santo Hipólito utiliza duas preposições distintas, em grego. Utiliza “εἰς” para o Espírito Santo e “εν” para a Igreja. Essa última expressa um sentido claramente locativo. A tradução mais correta seria: “Crês no Espírito Santo dentro da Igreja?” (URÍBARRI, 2013, p. 118). Essa distinção quer pôr em relevo que a Igreja não é Deus, ou seja, que o ato de fé, de entrega absoluta, de abandono radical da própria existência, só pode ser feito a Deus. Nós não cremos, nem podemos crer em nada além de Deus Pai, Filho e Espírito Santo (URÍBARRI, 2013, p. 120). São Bruno de Würzburg (1005-1045), bispo na Alemanha durante a Idade Média, expressa isso de maneira exata: “Creio dentro da santa Igreja, mas não creio nela porque não é Deus, mas convocação e congregação dos cristãos e casa de Deus”.¹

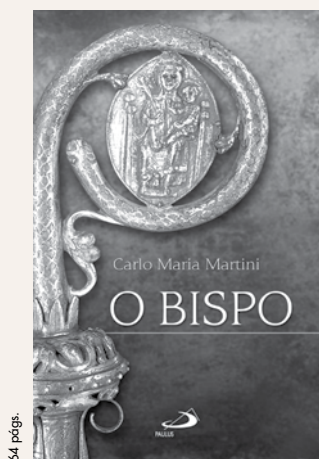
2.2. Igreja: realidade de fé

Ao explicar essa distinção, o *Catecismo Romano* (1,10,20) precisava: “existem realidades que não são Deus, mas que só se compreendem ‘com os olhos da fé’”. E a Igreja é uma delas, visto que não podemos separá-la do Espírito Santo, de quem recebe o seu qualificativo, a santidade, e que nela opera suas outras obras: a comunhão dos santos e a remissão dos pecados. E o *Catecismo da Igreja Católica* (n. 770) explicita: “A Igreja está na história, mas ao mesmo tempo a transcende. É unicamente ‘com os olhos da fé’ que se pode enxergar, na sua realidade visível, ao mesmo tempo uma realidade espiritual, portadora de vida divina”.

¹ “Credo sanctam ecclesiam, sed non in illam credo, quia non Deus sed convocatio vel congregatio christianorum et domus Dei est” (PL 142, 561C).

O bispo

Cardeal Dom Carlo Maria Martini



O bispo italiano Carlo Maria Martini (1927 – 2012) responde a pergunta “como alguém se torna bispo?” nesta obra pessoal, reflexiva de sua vida religiosa. Em um diálogo com crentes e não crentes, são construídas as características que capacitam um bispo para viver e anunciar o Evangelho no mundo pós-moderno. “Desejo falar de como o bispo vive concretamente. Quero descrever sua relação com as pessoas com quem tem contato, como passa os diversos momentos de seu dia, quais são seus principais compromissos, o que acontece quando encontra as pessoas... Pretendo exprimir algo que dê uma imagem sua menos nebulosa e hierática, mas viva e sem falsas pretensões.”

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





Como explica o padre Henri de Lubac: “A Igreja é aqui não tanto um artigo de fé particular, mas o lugar onde – todos eles – são pronunciados, o lugar no qual encontramos não só o seu enunciado, mas também a realidade enunciada por eles” (DE LUBAC, 1970, p. 215-216). Ou são Rufino de Aquileia: “Assim, pois, os que até então aprenderam a crer em um só Deus, no mistério da Trindade, devem crer ainda o seguinte: que existe uma só Igreja santa, na qual há uma só fé e um só batismo, e na qual se crê em um só Deus Pai, e um só Senhor Jesus Cristo, seu Filho, e um só Espírito Santo” (DE LUBAC, 1970, p. 217).

Santo Alberto Magno afirma que “o Espírito Santo é dado e enviado para santificar a criação, e essa santidade, que pode faltar nos indivíduos, não falta nunca na Igreja [...] Há que se entender que este artigo designa a obra do Espírito Santo. Este não é considerado já somente em si mesmo, como no artigo anterior, mas agora eu creio nele segundo sua obra própria, que consiste em santificar a Igreja por meio dos sacramentos, das virtudes e dos dons etc.” (DE LUBAC, 1970, p. 220).

Contudo, não basta que percebamos que o lugar da Igreja na profissão de fé depende do Espírito Santo e que é ele quem introduz a Igreja no coração trinitário do mistério cristão. Precisamos entender que o Espírito Santo é em si mesmo comunhão, comunhão do Pai e do Filho. Essa definição se projeta sobre a Igreja, de modo que a comunhão – que define o Deus trinitário desde sua essência – define também a essência do ser eclesial, como dom do mesmo Espírito.

Portanto, a definição do Espírito como comunhão tem fundamental sentido eclesiológico: “Ser cristão significa ser comunhão e, com ela, entrar na forma essencial do Espírito Santo. Isso, contudo, só pode ocorrer gra-

ças ao Espírito Santo, que é força de comunicação, seu mediador e possibilitador” (COMISIÓN FE Y CONSTITUCIÓN, 1994, p. 43). Por isso, o *Documento de Aparecida* afirma: “Não pode existir vida cristã fora da comunidade” (n. 278).

2.3. Igreja: sujeito da fé

Estamos falando de fé. Dizemos: “Creio em Deus”. Porém, essa fé, em sua plenitude, onde se encontra? Essa fórmula, onde se acha realizada em sua perfeição? Evidentemente, não é em mim, em meu ser individual. Não se encontra em nenhum dos meus irmãos. E seria farisaísmo odioso, em nome da ideia que eu formei – demasiado facilmente – da fé, exigi-la a algum deles. Quem é, pois, esse “eu” que pode afirmar sempre com segurança humilde, porém plena: “Eu creio em Deus, eu creio em Jesus Cristo”? Quem

é esse ser que, com o impulso da sua fé, sem queda, sem ilusão enganosa, sem reservas, une-se a Cristo como a esposa se une ao seu esposo? Quem é, precisamente, essa Esposa que o Verbo de Deus escolheu para si e à qual se uniu, encarnando-se em carne mortal, e que ele “adquiriu para si por seu sangue”? Esse eu que crê em Jesus Cristo não pode ser outro senão a Igreja de Jesus Cristo. Não uma ideia criada por nós, que estaria por cima de nós, num céu irreal. Mas a comunidade mesma dos fiéis, criada pelo poder da Palavra, animada pelo Espírito de Cristo e na qual cada um de nós é participante, ainda que não contribua para formá-la (DE LUBAC, 1970, p. 193-194).

Assim, cada um de nós encontra-se simultaneamente “chamado à humildade” – ao reconhecimento de que sua fé individual é sempre débil, raquítica e deficiente com respeito à fé da Igreja – e livre dessa estreiteza, ao saber que, apesar de tudo, participa da realidade plena dessa fé.

“Um homem, por si só, sem seu semelhante, não seria um homem; da mesma maneira, um cristão por si só, separado da comunhão dos santos, não seria um cristão.”

Aqui surge o que Henri de Lubac chamou “o círculo perfeito do Credo”: a fé que confessamos é una em razão da unidade do seu objeto, um só Deus; mas também em razão da unidade do sujeito: a Igreja. Se a fé trinitária é comunhão, crer trinitariamente significará necessariamente crer a caminho da plena comunhão (URÍBARRI, 2013, p. 122-123).

Karl Barth afirma que “para Jesus Cristo não há primeiro crentes e depois, formada por eles, a Igreja. Primeiro existe a Igreja. Depois, por ela e nela, os crentes. E por Igreja não se deve entender unicamente a reunião interior e invisível de quem Deus, em Jesus Cristo, chama seus, mas também a reunião exterior e visível de quem, no tempo, escutou e confessou o que ouviu. A fé de que é objeto Jesus Cristo é a fé da comunidade. Um homem, por si só, sem seu semelhante, não seria um homem; da mesma maneira, um cristão por si só, separado da comunhão dos santos, não seria um cristão. Precisamente como membro do corpo inteiro é que ele se acha em relação com a cabeça que o governa” (DE LUBAC, 1970, p. 187).

2.4. Igreja: instrumento da salvação

Um costume africano, testemunhado por santo Agostinho de Hipona – no século V –, utiliza a preposição “per” (por meio de) antes do termo Igreja e a desloca para depois da “remissão dos pecados” e da “ressurreição da carne”, matizando assim uma função mediadora da Igreja na salvação da humanidade, expressa por essas duas obras do Espírito que seriam realizadas “por meio da Igreja”.

São Rufino de Aquileia afirma: “É preciso confessar a Igreja verdadeiramente santa, a Igreja por meio da qual se dá a santificação aos mortais”. E Henri de Lubac comenta: “Este ‘por meio da qual’ (*per*) indica a passagem [...] da santidade do Espírito aos homens através da realidade da Igreja, segundo

o que a considera como instrumento do Espírito santificador entre os homens e a contempla em seus membros santificados” (DE LUBAC, 1970, p. 230).

3. As marcas da Igreja

Esta é a única Igreja de Cristo que no símbolo confessamos “una, santa, católica e apostólica”. Esses quatro atributos, inseparavelmente ligados entre si, indicam traços essenciais da Igreja e da sua missão. A Igreja não os tem de si mesma; é Cristo que, pelo Espírito Santo, dá à sua Igreja o ser una, santa, católica e apostólica, e é também ele que a convida a realizar cada uma dessas qualidades (CIC 811).

A Igreja é UNA por sua fonte, a Trindade; por seu fundador, Jesus Cristo; por sua alma, o Espírito Santo. E essa unidade existe na diversidade de dons e carismas, de povos e culturas, de funções e modos de vida e de legítimas tradições próprias, mantida pelos vínculos da profissão da mesma fé apostólica, celebração do mesmo culto (sacramentos) e pela sucessão apostólica (cf. CIC 815). Essa Igreja una subsiste na (“subsistit in”) Igreja católica (LG 8), sem a possibilidade de ser perdida (cf. CIC 820). Rupturas (heresia, apostasia e cisma) acontecem graças aos pecados das pessoas que a compõem.

A Igreja é SANTA porque Cristo, o santo, a santificou, entregando-se por ela para torná-la sua esposa “sem ruga e sem mancha, resplandecente de beleza” (Ef 5,25-27). É o povo santo de Deus. Santo porque é de Deus. Sua santidade não é sua, mas dom do Espírito, que é sua alma e a santifica. Na terra, ela está ornada de verdadeira santidade, porém ainda imperfeita. É santa mesmo congregando pecadores já alcançados pela salvação de Cristo, mas ainda em via de santificação. Por isso, santa e sempre necessita da conversão.



“A Igreja é CATÓLICA, ou seja, ‘universal, conforme a totalidade’, porque nela está o ‘Cristo todo’, cabeça e corpo, e porque foi enviada por Cristo à totalidade do gênero humano (Mt 28,19), para convocá-lo e congregá-lo num só povo de Deus” e de Cristo recebe a plenitude dos meios da salvação (AG 6). A Igreja é católica em cada Igreja particular, pois “é nelas e a partir delas que existe a Igreja católica una e única” (LG 23). Estas são católicas pela comunhão com uma delas: a Igreja de Roma.

A Igreja é APOSTÓLICA enquanto continua sendo construída sobre o fundamento dos apóstolos (Ef 2,20; At 21,14); enquanto conserva e transmite os ensinamentos ouvidos dos apóstolos (2Tm 1,13-14); enquanto continua a ser ensinada, santificada e governada pelo colégio apostólico em união com o sucessor de Pedro.

“Só a fé pode reconhecer que a Igreja tem essas propriedades da sua fonte divina” (CIC 812).

Por fim, recorrendo ao testemunho dos santos padres, podemos afirmar: ela é a que confessa a Trindade. Ela é a que louva e dá graças. Ela é a que espera e aguarda a volta

do seu Senhor (são Gregório).

Ela é a que dele dá testemunho com uma fé sem desfalecimento, frutificando no mundo inteiro (santo Irineu). Ela é a que, adiantando-se na fé, ora e trabalha, buscando em tudo o cumprimento da vontade divina (LG 17.25). Ela é quem o Espírito de Cristo congrega e unifica. Ela é quem o Espírito Santo ilumina e guia por meio de sua longa peregrinação pela terra (Isaac da Estrela). Ela é a que, enquanto visão face a face, fiel na provação e na obscuridade, resistindo a todo

obstáculo, conserva zelosamente o depósito recebido (santo Irineu). A Igreja é para cada um de nós o arquétipo do perfeito sim, e por isso pedimos: “Não olheis os nossos pecados, mas a fé que anima a vossa Igreja” (DE LUBAC, 1970, p. 196). ●

“É o povo santo de Deus. Santo porque é de Deus. Sua santidade não é sua, mas dom do Espírito, que é sua alma e a santifica. Na terra, ela está ornada de verdadeira santidade, porém ainda imperfeita.”

Bibliografia

- COMISIÓN FE Y CONSTITUCIÓN. *Confesar la fe común: una explicación ecuménica de la fe apostólica según es confesada en el Credo niceno-constantinopolitano*. Salamanca: Universidad Pontificia, 1994.
- DE LUBAC, Henri. *La fe cristiana*. Madri: FAX, 1970.
- FORTE, Bruno. *Eis o mistério da fé*. Prior Velho: Paulinas, 2012.
- PIÉ-NINOT, Salvador. *Introdução à eclesiologia*. São Paulo: Loyola, 1998.
- SCHNEIDER, Theodor (Org.). *Manual de dogmática*. Petrópolis: Vozes, 2002. v. II.
- URÍBARRI, Gabino (Ed.). *El corazón de la fe: breve explicación del credo*. Santander: Salterae, 2013.



Igreja em serviço à sociedade

Antonio Manzatto*

O Vaticano II compreende a Igreja presente no mundo como servidora dele na proclamação da boa-nova da salvação em Jesus Cristo. O papa Francisco retoma esse ensinamento, lembrando que o mundo todo precisa ser salvo, e por isso a confissão de fé e a ação eclesial têm uma dimensão social que lhes é inerente e precisa ser realizada como contribuição dos cristãos na construção de uma sociedade de paz.

“Evangélizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo” (EG 176).

1. Igreja e mundo

Na Antiguidade, a Igreja enxergava sua relação com o mundo como uma relação de oposição. Isso transparece no período da Igreja primitiva e também na época patrística. Por mundo se entende, evidentemente, não o universo físico, mas sobretudo o social. Falando de uma Igreja contra o mundo, fala-se de uma Igreja contra a sociedade tal qual organizada naquela época. E não é difícil entender o porquê, pois, afinal, se vivia o início do cristianismo em ambiente de confrontação e mesmo de perseguições, sobretudo por parte do Império Romano. Daí que ser contra o mundo era uma postura quase natural dos cristãos, que proclamavam que Jesus é o Senhor, e não César.

A evolução do tempo e da história faz também evoluir a compreensão que a Igreja tem de sua relação com o mundo. No período medieval, então, haverá uma espécie de

*Presbítero da Arquidiocese de São Paulo, doutor em Teologia pela Universidade Católica de Lovaina (1993) e professor titular da Faculdade de Teologia da PUC-SP. E-mail: amanzatto@pucsp.br



identificação entre Igreja e mundo, não apenas porque o cristianismo passou a ser a religião oficial do Império Romano e dos Estados que lhe sucederam, mas também porque o mundo todo, ao menos do lado ocidental, passou a ser cristão. Não havia maiores diferenças entre ser cristão e ser cidadão e o batismo era a ocasião em que se oficializava a pertença do indivíduo ao grupo social. Assim, a Igreja era o mundo e o mundo era a Igreja, uma relação de identificação que perdurou praticamente durante todo o período medieval.

O surgimento da modernidade provoca nova organização dessa relação, ainda que de maneira unilateral. O mundo passa a compreender-se como algo diferente da Igreja, isto é, a sociedade começa a organizar-se fora da influência eclesiástica. O símbolo é a Revolução Francesa, da qual decorre a compreensão de que os Estados podem organizar-se como entidades separadas das influências religiosas cristãs. Ainda que não se preconize a laicidade do Estado, que virá a ocorrer mais tarde, ainda assim já na época se compreende a sociedade separada da Igreja. A reação da Igreja foi de insatisfação com essa situação, e seu combate ao modernismo todos conhecemos bem. Ainda hoje há setores na Igreja que combatem essa situação e anseiam pela volta ao regime de cristandade, por motivos igualmente conhecidos.

“A noção de Igreja servidora do mundo é que comanda a ação pastoral nos anos seguintes ao concílio Vaticano II.”

tre a Igreja e a sociedade com seus anseios. A esse empenho eclesial de reencontrar e acompanhar o passo das sociedades humanas chamou-se *aggiornamento*, atualização. Eis a grande realização do Concílio Vaticano II: possibilitar que a Igreja consiga de novo dialogar com o mundo e a humanidade que o habita. Mais

ainda, a Igreja se reconhece, nas palavras da *Gaudium et Spes*, servidora do mundo, pois não é a Igreja que precisa ser salva, mas o mundo.

Essa noção de Igreja servidora do mundo é que comandará a ação pastoral nos anos seguintes ao concílio, exatamente com a Igreja atentando

ao fato de que sua ação é, antes de tudo, pastoral. Por ação pastoral se entendem não apenas as atividades religiosas, como orações e celebrações, e administrativas, próprias da organização eclesiástica, mas também aquelas que se preocupam fundamentalmente com a organização da vida das pessoas e das sociedades. Têm lugar, então, os grupos pastorais que atuam junto ao mundo do trabalho, da cultura, da política e assim sucessivamente. A pastoral é entendida como a ação do pastor, cuja função é cuidar do rebanho. Não é o rebanho que existe em função do pastor, nem é função do rebanho cuidar do bem-estar do pastor. Ao contrário, é o pastor que existe em função do rebanho e deve dele cuidar. A Igreja vê sua ação como a de cuidado com o mundo, com as pessoas que o integram. É nesse sentido que

2. Vaticano II

A separação entre Igreja e mundo faz que o mundo evolua tanto na organização social quanto na capacidade técnica, enquanto a Igreja permanece como que em passo medieval, incapaz de acompanhar os avanços vividos pelas sociedades. A inspirada iniciativa de João XXIII de convocar o Concílio Vaticano II cria uma oportunidade de reaproximação en-

1 Em recente pesquisa, o Datafolha entrevistou peregrinos católicos presentes no RJ para a JMJ. Dos entrevistados, 65% defendem o uso de preservativos nas relações sexuais e 53% defendem a pílula anticoncepcional. Já no que diz respeito à “pílula do dia seguinte”, o respaldo é menor, de 32%. É bom observar que essa pesquisa foi feita com jovens frequentadores da Igreja e admiradores do papa. Entre os jovens não participantes, a opinião da Igreja simplesmente nem é levada em conta. Cf. <<http://m.g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/pesquisa-mostra-que-peregrinos-se-mostram-mais-liberais-que-a-igreja-catolica.html>>. Acesso em: 29 jul. 2013.



ela é servidora do mundo e lhe anuncia e testemunha a salvação.

As preocupações com as situações concretas vividas pelos povos passam a figurar na agenda da ação pastoral. A paz, o desenvolvimento dos povos, o estabelecimento da justiça entre as nações, as possibilidades com relação ao trabalho, à cultura e o acesso aos benefícios da sociedade são assuntos constantes nos documentos eclesiais e vivos nas preocupações dos pastores. A Igreja abre-se ao mundo, reconhecendo sua autonomia, a autonomia das realidades terrenas, e, por sua vez, o mundo aceita dialogar com a Igreja como uma interlocutora confiável. As preocupações sociais integram o horizonte de preocupações da Igreja, pois “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração” (GS 1).

Paulo VI, o papa que implementou as decisões conciliares, escreveu em 1974 importante documento sobre a ação evangelizadora da Igreja, a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*. Ocorre que rapidamente houve queixas no sentido de que a Igreja estaria abandonando sua missão religiosa, anunciar o evangelho, e assumindo um discurso social que não lhe dizia respeito. O papa, então, lembra que “entre evangelização e promoção humana existem laços profundos”, de tal forma que não se pode pensar a evangelização como ação eclesial sem que as preocupações com a promoção humana lhe acompanhem. A preocupação fundamental da Igreja é com o ser humano, com todo homem e o homem todo, para dizer como o papa Paulo VI na Encíclica *Populorum Progressio*.

Foi nesse horizonte do Vaticano II que se organizou no Brasil a Campanha da Fraternidade, e atualmente os bispos lhe dão um con-

teúdo de alcance social, que relaciona a fé com a vida prática das pessoas e promove intensa campanha pela humanização das relações na sociedade. Neste ano de 2015, o tema é como que a compilação disso que até agora dissemos: “Fraternidade, Igreja e sociedade”; o lema, “Eu vim para servir”, lembra o compromisso do serviço dos discípulos de Cristo.

3. O papa Francisco

É convicção de todos que Francisco humanizou o papado. Seus gestos, palavras e preocupações mostram claramente o papa como um ser humano e, mais que isso, como alguém preocupado com as pessoas. Sua postura é intencional e nitidamente pastoral, e seu ensinamento precisa sempre ser entendido nessa direção. Trata-se do pastor que se preocupa com o rebanho, daí sua atenção às periferias existenciais, à prática da misericórdia, a uma Igreja que precisa sempre estar pronta a acolher, perdoar e curar feridas. Uma Igreja que não pode se satisfazer em si mesma, mas precisa missionariamente ir ao encontro do mundo, das pessoas e da sociedade, para ali anunciar e testemunhar o evangelho de Jesus, que Aparecida chamava de evangelho da dignidade humana.

A Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, documento papal que fala sobre a nova evangelização e alude, propositalmente, aos dois documentos que trazem o ensinamento do Vaticano II sobre a ação eclesial, *Gaudium et Spes* e *Evangelii Nuntiandi*, tem um capítulo inteiro dedicado à dimensão social da evangelização. Francisco parece dar um passo além na compreensão da relação entre o anúncio da Igreja e a organização da sociedade. Não se trata de querer impor ao mundo um modelo social, como no período de cristandade. Nem se trata de discurso que quer acomodar a vivência eclesial às situações do mundo contemporâneo. E também não se trata de aceitar, passivamente, um distanciamento entre a Igreja e o



mundo. Trata-se de retomar a postura conciliar da Igreja como servidora do mundo pelo anúncio e testemunho profético. Por isso, falando a cristãos, a *Evangelii Gaudium* afirma que a evangelização tem, mais que consequência, uma dimensão social.

O passo avante é importante. Não se vê simplesmente a ação social de promoção humana como consequência da ação evangelizadora da Igreja, algo que parece ser óbvio. Também não se diz que o trabalho da Igreja não tem nada a ver com a sociedade, como se fosse simplesmente anúncio de verdades e práticas religiosas, das quais a caridade seria como que uma derivação de perfeição. Francisco afirma que a ação social é uma dimensão da ação evangelizadora, de tal forma que não há evangelização sem promoção humana. Não se trata de consequência, mas de composição: a preocupação com a forma de organização da sociedade é componente do trabalho evangelizador. Afinal, lembra ele, não é apenas a pessoa que é salva pela ação de Deus, mas também suas relações (EG 178). Assim, a caridade é constitutiva da essência da Igreja e de sua missão (EG 179), de maneira que, mesmo no querigma, existe um conteúdo social, em forma de convivência e ajuda ao próximo (EG 177). E o papa ainda aponta dois lugares prioritários onde deve se manifestar de maneira decisiva a dimensão social da ação evangelizadora: a realidade de sofrimento dos pobres e a implementação da cultura do diálogo para a vivência da paz.

4. Opção pelos pobres

A opção pelos pobres é mais teológica que política ou sociológica (EG 198) e, por isso, Bento XVI já a caracterizava como im-

plícita na fé cristológica (Dap 392). Trata-se de reconhecer, em primeiro lugar, a presença de Deus no meio dos pobres, onde ele se revela e oferece um caminho de salvação para toda a humanidade. Paulo já a afirmava como critério da fidelidade ao evangelho de Jesus (Gl 2,10), de tal forma que, sem ela, não há verdadeiramente evangelização (EG

199). Por isso, Francisco afirma sonhar com uma Igreja pobre para os pobres (EG 198).

Se, de um lado, não se pode apenas ter atenção à ortodoxia e se preocupar com eventuais erros doutrinários, por outro, a opção pelos pobres não se concretiza apenas em um ativismo expresso em programas de assistência ou promoção humana, mas também em uma presença solidária junto aos pobres (EG 199). É um estar ao seu lado, ser com os pobres, preocupar-se com sua realidade pes-

soal e humana, em espírito de comunhão e convivência. A Igreja não é alheia ao mundo dos pobres, e estes não podem ser estranhos na comunidade eclesial. O amor aos pobres é que diferencia a opção pelos pobres de qualquer outra prática ideológica, evitando sua instrumentalização (EG 199).

Ainda mais, a opção pelos pobres não se realiza apenas em ações de assistência em suas necessidades. Elas são necessárias e não podem ser esquecidas, mas não são suficientes. Porque não se trata apenas de alimentá-los ou proporcionar-lhes possibilidades de sobrevivência, mas sobretudo eliminar as desigualdades, a fim de que o mundo possa se constituir em ambiente onde o valor da pessoa humana seja privilegiado. “A dignidade da pessoa humana e o bem comum são questões que deveriam estruturar toda a política econômica” (EG 203), lembra o papa, e as causas da pobreza precisam ser atacadas para

“É convicção de todos que Francisco humanizou o papado. Seus gestos, palavras e preocupações mostram claramente o papa como um ser humano e, mais que isso, como alguém preocupado com as pessoas.”



que a sociedade seja mais justa e humana (EG 202-206).

A ação cristã se transforma, por isso, em compromisso político que visa transformar não apenas o coração das pessoas, como se isso bastasse para transformar automaticamente as situações de injustiça no mundo. Deve-se transformar também as bases estruturais da sociedade, e por isso nenhuma comunidade cristã pode ficar alheia à realidade de vida dos pobres. Os discursos vazios, as práticas religiosas não comprometidas ou mesmo as simples críticas ao governo não dizem da qualidade da vida de fé da comunidade eclesial, mas sim seu efetivo compromisso com a realidade de vida dos pobres, em atitude de solidariedade (EG 207). Ou, para dizer em outras palavras, a comunidade cristã morre se não houver em seu interior efetivo compromisso com a vida daqueles que são os últimos da sociedade.

5. Cultura do diálogo

A paz é fruto da justiça, já lembrava Paulo VI, e por isso ela não pode ser entendida como simples ausência de violência ou imposição de silêncio dos mais fortes sobre os mais fracos. Não é o modelo da *Pax Romana* que deve ser seguido, porque isso não significa verdadeira paz (EG 218). Esta se baseia no respeito à dignidade das pessoas, aos direitos humanos e aos direitos dos povos. Não se deve escamotear os conflitos, mas enfrentá-los com serenidade para que eles possam ser superados.

Por isso Francisco lembra que o estabelecimento da paz não se faz simplesmente na interioridade das pessoas ou no nível interpessoal. Deve-se atingir um nível mais amplo e profundo, aquele da formação da sociedade e da convivência entre os povos. Uma sociedade ou povo não se constitui por simples aglomeração de pessoas, mas por relações estabelecidas entre elas e governadas por princípios que valorizam o bem comum, segundo os ensina-

Alegres cantemos Músicas para cantar a liturgia



272 págs.

Livro de compilação de músicas para serem cantadas durante a liturgia.

- O ano litúrgico (advento, natal, páscoa...);
- as partes fixas da missa (sinal da cruz, saudação inicial, ato penitencial...);
- as celebrações dos sacramentos (batismo, primeira eucaristia, crisma...);
- celebrações com crianças (contemplando o tempo litúrgico e o ordinário da missa);
- as mais diversas circunstâncias (celebrações vocacionais, missionárias, adorações eucarísticas, dentre outras).

São mais de mil músicas para auxiliar o Povo de Deus a cantar a liturgia. Sendo assim, alegres cantemos ao Senhor!

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





mentos da Doutrina Social da Igreja. Por isso o papa ensina que “o tempo é superior ao espaço” (223-225), o que permite pensar a construção social a longo prazo sem a obsessão de resultados imediatos. Ensina ainda que os conflitos não podem ser ocultados, mas “a unidade prevalece sobre o conflito” (EG 226-230), ou seja, em vez da tentativa de impor sobre os outros a solução do grupo que se quer vitorioso, o princípio da unidade exige uma capacidade de convivência na diferença como proposta de solidariedade.

Além disso, “a realidade é mais importante que a ideia” (EG 231-233), isto é, o pensamento está a serviço da compreensão da realidade e não pode ocultá-la, como acontece com “os purismos angélicos, os totalitarismos do relativo, os nominalismos declaracionistas, os projetos mais formais que reais, os fundamentalismos anti-históricos, os eticismos sem bondade, os intelectualismos sem sabedoria” (EG 231). Finalmente, Francisco lembra que “o todo é superior à parte” (EG 234-237), com a proeminência do bem comum sobre os possíveis benefícios particulares, sabendo que se deve trabalhar naquilo que é local e particular, mas com perspectiva ampla de universalização e de totalidade.

Estes são princípios que norteiam o diálogo social e, ademais, o trabalho de evangelização. Não se constrói a paz sem a cultura do diálogo. Para a ação eclesial propriamente dita, ele aponta três campos imprescindíveis na atualidade: o diálogo com os Estados, com a sociedade e com os que não são católicos (EG 238). Nesse diálogo, a Igreja fala a partir de seu lugar específico, o da experiência da fé, sem se apresentar como portadora de soluções para todas as questões da humanidade. Ela participa deste encontro com sua história e sua experiência, juntando-se a outras forças

sociais e acompanhando as propostas que melhor se apresentam no momento, lembrando sempre a permanência dos princípios da dignidade humana e do bem comum (EG 139).

A postura dialogal da Igreja é importante no contexto atual até para ela mesma, pois significa a superação da perspectiva de cristanda-

de, na qual o religioso tem a solução para cada questão e a sociedade se organiza à luz de seus princípios ou definições. Hoje a sociedade é plural e, como a construção da paz não se faz por imposição, deve-se cultivar espaços de encontro e interação sobre os diferentes pontos de vista e propostas. A perspectiva é de diálogo amplo, que se estabelece com todos, com “a gente e sua cultura,

e não com uma classe, uma fração, um grupo ou uma elite”, pois o que se busca não é a formação de “uma minoria esclarecida ou um grupo testemunhal [...] mas um pacto social e cultural” (EG 239). O que se quer não é uma solução universal, já que ela será sempre parcial e contextualizada, nem uma apresentação de verdades conceituais que se querem impor por proselitismo, mas uma espécie de consenso que possibilite a convivência em paz, a fim de que se possa avançar na integração social de todos. Esse consenso será sempre limitado e provisório, precisando ser reconstruído pelo diálogo permanente estabelecido entre os diferentes.

Aqui se tem toda uma perspectiva diferente do que se constrói com o trabalho evangelizador. A nova evangelização não se resume à simples catequese, entendida como ensinamento de fórmulas doutrinárias, ou à realização de celebrações ou momentos devocionais que emocionem ou atraiam multidões. É claro que tudo isso pode ser feito; contudo, o que se busca é a prática da fraternidade em vista do estabelecimento de uma sociedade de convi-

“A opção pelos pobres é mais teológica que política ou sociológica (EG 198) e, por isso, Bento XVI já a caracterizava como implícita na fé cristológica (Dap 392).”



vência, onde as diferenças sejam respeitadas e ninguém seja excluído, a começar pela integração dos pobres e dos sofrendores.

6. Teologia latino-americana

É verdade que a Igreja da América Latina se caracteriza por uma preocupação social bastante pronunciada, e isso vem de longa data. As comunidades eclesiais de base, por exemplo, atuaram decididamente na participação política em vista da conquista de melhores condições de vida para a população. A Igreja no Brasil, como um todo, caminhou bastante nessa direção e a própria realização, a cada ano, da Campanha da Fraternidade é testemunha disso. Muito do que se conseguiu em avanço na sociedade brasileira, a começar pela conquista da redemocratização, contou com a participação dos cristãos e da Igreja. É verdade também que, de tempos para cá, a preocupação social cedeu lugar a outras práticas eclesiais, algumas mais preocupadas com certa interiorização do sentimento religioso. Em certo sentido, a Igreja preocupou-se mais em olhar para si mesma, seu interior e sua organização, do que para seu lugar na sociedade e a realidade do mundo que a cerca.

O papa Francisco parece indicar o caminho da retomada das preocupações sociais. É verdade que a sociedade mudou bastante nos últimos anos e o discurso teológico-pastoral de décadas passadas não pode simplesmente ser aplicado na atualidade. A teologia tem consciência disso e por isso avançou nos últimos anos, também aquela que leva o nome de teologia latino-americana. O discurso foi atualizado, mas permaneceu a preocupação com os pobres e com a organização de uma sociedade da qual todos possam participar. Não é de estranhar que o papa latino-americano retome as intuições e práticas fundamentais da Igreja do continente e as apresente, renovadas, a todos os cristãos.

Fiel ao Vaticano II e à realidade dos po-

bres tal qual apresentada pela teologia da Igreja na América Latina, Francisco insiste no trabalho evangelizador que converta, além dos corações, as estruturas da sociedade em vista da concretização do Reino de Deus. O discípulo missionário de Jesus Cristo, lembra o papa, não se satisfaz em viver sua fé apenas em comportamentos religiosos, mas vai além, traduzindo nos atos cotidianos a convicção de que o Reino de Deus está presente no mundo e se pode viver em sua dinâmica por meio da solidariedade com os pobres e o fortalecimento dos laços de fraternidade entre todos, em um relacionamento novo que permita o respeito às diferenças, aos direitos humanos e à integridade da criação.

7. Igreja e sociedade

A fé cristã não pode ser reduzida ao domínio privado da vida. Aliás, lembra Francisco, nenhuma convicção religiosa pode sê-lo. Se a sociedade atual é plural, também no aspecto religioso, isso não significa a “privatização das religiões, com a pretensão de reduzi-las ao silêncio e à obscuridade da consciência de cada um ou à sua marginalização no recinto fechado das igrejas, sinagogas ou mesquitas” (EG 255). O diálogo ecumênico e inter-religioso não se esgota no respeito às diferentes formulações doutrinárias, mas alcança propostas que visam ao estabelecimento da paz no espaço público. O respeito devido a quem não crê não pode se impor arbitrariamente, silenciando as convicções religiosas de quem crê. Afinal, a religião não visa preparar o crente apenas para viver no outro mundo, mas também para viver neste mundo, transformando-o em outro, onde reine a justiça, a tolerância e a fraternidade. Este parece ser o ponto central do ensinamento de Francisco, o qual a Campanha da Fraternidade pode aprofundar, no sentido de perceber a função social da religião e, mais que isso, a dimensão social do trabalho de evangelização.



A fé não se reduz ao privado, pois comporta implicações sociais. A convicção da fé cristã pode, ou deve, levar o crente à manifestação mais contraditória da mística do amor ao próximo: a da prática política, própria do discípulo missionário de Jesus Cristo. Afinal, a pregação da Igreja é bem mais que o anúncio de algumas verdades religiosas, pois é o anúncio da chegada do Reino de Deus. A Igreja não se anuncia a si mesma nem tem um fim em si mesma, mas está a serviço do Reino, exatamente como Jesus fez durante sua vida. Trata-se de anunciá-lo e fazê-lo acontecer, sem resumir a fé ao culto ou à oração, mas envolvendo-os no compromisso com uma nova sociedade, mais humana e solidária. Afinal, o Reino de Deus realiza-se em novas relações: de filiação estabelecida com Deus e de fraternidade estabelecida entre as pessoas.

Não deixa de ser curioso notar certas tendências culturais atuais, algumas às quais se adere rápido demais, como as do racionalismo ou de um laicismo exagerado, que não aceitam a afirmação da dimensão social da fé cristã. Há também tendências eclesiais que agem assim, como o conservadorismo, que quer guardar a fé no domínio do privado, sem aceitar suas implicações sociopolíticas. Lembram que na sociedade há quem não crê e, por isso, não se pode impor-lhes convicções religiosas ou derivadas da religião; ou então lembram o caráter confessional da teologia e a prática de fé como interiorização espiritual. Não é sem interesse notar que o discurso religioso con-

servador se liga a um discurso social dito progressista, talvez porque a ideologia dominante de ambos seja a mesma, a de guardar os benefícios da sociedade para aqueles que a dominam, evitando a partilha dos bens sociais. É preciso aqui recuperar o caráter profético do anúncio do Reino e da proclamação da fé, também para denunciar os interesses que se escondem atrás de belos e elaborados discursos, até porque faz parte do trabalho de evangelização a denúncia das idolatrias. Francisco, aliás, denuncia também as novas idolatrias que fundamentam o sistema social atual (EG 55-56), combatendo-as para que se possa construir uma sociedade humana.

O trabalho de evangelização não quer apenas repetir o que já foi feito como proclamação de verdades doutrinárias. Deve-se proclamar, sim, a chegada do Reino de Deus e caracterizá-lo como o fez Jesus, como novas relações estabelecidas entre todos, pois todos são irmãos e filhos de Deus. A proclamação da chegada do Reino

não isenta a Igreja do envolvimento na construção de uma nova sociedade, de um mundo novo onde todos possam ser integrados, a começar pelos últimos. Por isso, a proclamação da dignidade de toda pessoa humana, do estabelecimento da justiça nas relações sociais e da necessária construção da paz no respeito a todos é parte integrante do trabalho eclesial em seu serviço ao mundo, realizado em espírito de diálogo e como contribuição para o desenvolvimento dos povos. ●

**"A Igreja não se
anuncia a si mesma
nem tem um fim em
si mesma, mas está
a serviço do Reino,
exatamente como
Jesus fez durante
sua vida."**

Bibliografia

- FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, 24 nov. 2013.
PAULO VI. Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, 8 dez. 1975.
PAULO VI. Carta Encíclica *Populorum Progressio*, 26 mar. 1967.
VATICANO II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, 7 dez. 1975.



Igreja e sociedade: análise e conversão institucional

Nicolau João Bakker, svd*

Nem o tema da Campanha da Fraternidade nem a proposta da nova paróquia podem ser abordados de forma adequada sem recorrer ao conceito de análise institucional. Uma correta análise institucional demonstrará em que a Igreja precisa se converter para fortalecer sua missão, quais são as estruturas obsoletas que impedem os avanços a serem feitos. Sem isso, a sociedade tende a não nos levar muito a sério.

* Missionário do Verbo Divino, formado em Filosofia, Teologia e Ciências Sociais. Atuou sempre na pastoral prática, tanto rural quanto urbana. Foi educador no Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (SP). Lecionou Teologia Pastoral no Itesp (SP). Atualmente atua na pastoral paroquial de Diadema (SP). E-mail: nijlbakker@hotmail.com

Introdução

Em 2015, pela primeira vez nos seus 50 anos de história, a Campanha da Fraternidade faz uma abordagem propositadamente global: qual sociedade temos, e qual Igreja queremos? Por isso voltamos ao tema da “análise institucional”. Esse tema faz uma falta enorme, especialmente agora que a CNBB traz a proposta da “nova paróquia”. Em 2013, nós bispos, em *Estudos da CNBB 104*, publicaram, como resultado de sua 51ª Assembleia Geral, a proposta: “Comunidade de comunidades: uma nova paróquia”, solicitando colaborações. Tendo sido longa a nossa experiência pastoral, sempre ligada à paróquia, tanto nas questões práticas quanto nas áreas de coordenação e professorado, resolvemos oferecer a nossa colaboração em forma de artigo (ver *REB* 291/2013), com o título: “A ‘nova paróquia’ na ‘análise institucional’ da Igreja”. Tomamos a liberdade de retomar agora tópicos diversos desse artigo, uma vez que sua importância apenas cresceu com a publicação do



Documento 100 da CNBB, que oficializou a proposta. Nem o tema da Campanha da Fraternidade nem a proposta da nova paróquia podem ser abordados de forma adequada sem recorrer ao conceito de análise institucional.

Estamos hoje numa encruzilhada, sem saber com segurança qual rumo tomar. A euforia da renovação pós-conciliar e pós-Medellín arrefeceu com a assim denominada volta à grande disciplina. O novo rosto da Igreja com a teologia da libertação e a vitalidade das CEBs perdeu seu brilho original. Nos últimos 20 anos, perdemos 20 milhões de católicos, quase sempre para alguma Igreja evangélica. Desde Aparecida (2007), a grande esperança para reverter a situação foi depositada numa ampla “missão continental” (*Doc. 88* da CNBB). Agora, no *Documento 100*, os bispos constataam que a tão desejada “conversão pastoral” de Aparecida (Dap 365-372) tarda a se concretizar. Existem “estruturas caducas” impedindo a missão, e há até certo desânimo no ar (nn. 7-8, 50, 200). Proposta de solução: a “nova paróquia” (n. 50; cf. *Evangelii Gaudium*, n. 28). O que pretendemos mostrar no presente artigo é que a proposta da nova paróquia não vingará sem uma corajosa “análise institucional” da própria Igreja. No *Estudo 104* da CNBB (n. 191), essa proposta ainda é acolhida, mas no novo *Documento 100* a questão é simplesmente deixada de lado. Por mais importante que seja a renovação da paróquia, a causa do mal não está apenas na estrutura paroquial (n. 2; cf. EG 28), está na estrutura da Igreja como um todo. Ou se muda a instituição, ou nada de realmente significativo acontecerá. Qualquer que seja o tema abordado nas Campanhas da Fraternidade, sem uma “conversão” também institucional, a sociedade que temos tende a não nos levar muito a sério.

1. A religião como o oxigênio da sociedade

Pare de respirar por um minuto e analise sua situação. Tal é a situação da sociedade

quando ela sufoca a religião. As sociedades são muitas. Variam os costumes, a língua, a religiosidade, as formas de governo, as técnicas usadas, enfim, uma infinidade de traços culturais. Existe, porém, algo que é comum a todas elas e constitui seu traço fundamental: a necessidade de sobreviver! Quando o biólogo evolutivo da Inglaterra, Richard Dawkins, em 1976, publicou seu livro *O gene egoísta*, ficou famoso porque comprovou, cientificamente, que não apenas nós, seres humanos, mas também todos os demais seres vivos são guiados tanto pelos genes egoístas quanto pelos genes altruístas. Uns nos impelem para a sobrevivência individual, a qualquer custo; os outros explicam nossa eterna busca pela paz e pela sobrevivência grupal. Os genes altruístas nos tornam cooperativos e prontos a assumir riscos quando a sobrevivência coletiva está ameaçada. A mística ou a religiosidade que caracteriza todos os povos se alimenta muito desta generosa carga genética que nos faz estar sempre em busca de vida, e vida em plenitude (cf. Jo 10,10).

Por serem tão essenciais à sobrevivência de todos nós, ambos, egoísmo e altruísmo, com o passar dos tempos, “se encarnam” ou “se institucionalizam”, assumindo cores diferentes conforme a variedade das culturas. Por isso, mais importante do que perceber o lado bom ou o lado mau das pessoas, é perceber como o egoísmo e o altruísmo vão se cristalizando nas relações coletivas, transformando-se em estruturas e instituições. Se queremos analisar uma sociedade, devemos, acima de tudo, retratar suas “instituições de sobrevivência”, especialmente seu sistema econômico. Oscilará sempre em torno de apenas dois modelos: ou dará maior espaço aos genes egoístas, ou então aos altruístas. Por isso também os sistemas políticos das sociedades giram em torno de apenas duas alternativas básicas: o mercado livre ou o mercado controlado. Será sempre um pêndulo entre egoísmo e altruísmo. A verdade seja dita: anjos e



demônios povoam a nossa mente. O bem e o mal se misturam nas nossas ações. Moisés já dizia que nos cabe escolher entre a bênção e a maldição (Dt 11,26-28), e o próprio Jesus nos alertou: podemos agir como cabritos ou ovelhas (Mt 25,31-46). Sem os genes altruístas da paz e da cooperação, do amor e da compreensão, o mundo está fadado a fracassar. Uma “nova terra” nos aguarda, diz o Apocalipse (21,1-4). É esse o propósito de todas as religiões. Por isso, tirar a fé religiosa do coração de uma pessoa é dar-lhe morte antecipada. O oxigênio que mantém vivas as sociedades é a religião.

2. A “análise institucional” na nossa Igreja

As religiões, portanto, constituem o “sacrário” da humanidade. Mesmo as pessoas que se declaram sem religião ou sem Igreja defendem com ardor, às vezes até fundamentalisticamente, suas ideias mais profundas. Não adianta tentar, ninguém consegue livrar-se dos seus genes altruístas! Quem deve tomar cuidado são as “instituições” religiosas. Estas, sim, podem perder sua vitalidade, especialmente no nosso mundo globalizado, onde se convive permanentemente com a diversidade e onde as mudanças ocorrem de forma cada vez mais rápida. Seres humanos não pensam sempre de forma igual. Em cada cultura, os modos de pensar e sentir, falar e agir etc. mudam de acordo com as novas circunstâncias. Nosso cérebro, desde o início do processo evolutivo, reage ao meio ambiente físico e cultural. Especialmente nossa escolaridade e nossa inserção (profissional e emocional) no mundo em que vivemos afetam profundamente nosso “viver”, tanto o individual quanto o coletivo. Qualquer instituição, religiosa ou laica, que se aferra ao passado e não encarna as novas compreensões e linguagens corre sério risco de perder a adesão das

pessoas. Perde, assim, sua possibilidade de contribuir com a “Vida” no planeta Terra. O Espírito que, desde a origem, “pairava sobre as águas” (Gn 1,2) se extinguirá e a pomba da paz não encontrará lugar para depositar seus ramos (Gn 8,9). Por isso, não dando atenção à análise institucional, a Igreja, chamada a dar “vida em abundância”, pode, sem querer, gerar morte em vez de vida.

As diretrizes pastorais da Igreja no Brasil sempre foram boas. Nas últimas diretrizes (*Doc. 94* da CNBB), em boa hora, foram mais bem explicitados os “passos metodológicos” (nn. 126-138). O último passo trata da “renovação das estruturas”. Diz o texto com muita propriedade: “Se não renovamos as estruturas e a própria instituição, o processo de mudanças ao qual as ações se propõem perseguir estará prejudicado, quando não estagnado” (n. 137). Numa correta análise institucional, o foco principal está sempre na missão a cumprir. Em cada planejamento, a instituição se autoavalia para verificar em que ponto deve mudar para que a missão se fortaleça. À luz de Aparecida, dizem as diretrizes, devem ser repensados “os organismos de articulação, os mecanismos de coordenação, os primeiros responsáveis (bispo, pároco, coordenadores) e suas respectivas funções” (n. 138; cf. EG 32) etc. Tudo tendo em vista a “renovação da paróquia”. É exatamente dessa preocupação que surge agora o novo *Documento 100* da 52ª Assembleia da CNBB. Tudo perfeito, sem dúvida, menos o ponto ao qual nós damos o nome de “o grande silêncio”.

3. A grande “conversão institucional” da qual ninguém quer falar

Quando falamos de “grande silêncio”, falamos do fato de pouca gente da Igreja fazer, corretamente, uma “análise institucional a partir de Roma”. Os teólogos (não tan-



to os da América Latina) até que falam, mas os bispos não. Contudo, são estes que, na atual estrutura institucional, têm o real poder de “tocar as trombetas” (Js 6,16). Em Aparecida, os bispos falam da necessidade de “reformas [...] também institucionais” (DAP 367), mas não as explicitam. Nenhum documento eclesiástico fala a respeito. Como já assinalamos, também o último documento sobre a “nova paróquia” simplesmente se cala. A CNBB pede essas reformas “com firmeza e rapidez” (DGAE 34; cf. DAP 370), mas limita-as à paróquia. Comparando o atual *Documento 100* da CNBB (nn. 45-50) com o anterior *Estudo 104* (nn. 191-199), tratando das estruturas, vemos mais involução do que evolução. Quando trata explicitamente das “tarefas” dos bispos (nn. 195-198), nenhuma palavra a respeito. Em nenhum momento os bispos se autoavaliam como representantes primeiros da instituição. Falta coragem profética. Quem teve coragem de abordar o assunto foi o papa Francisco, em *Evangelii Gaudium*, n. 32.

Numa análise institucional, da forma como os especialistas entendem, uma das primeiras perguntas é a seguinte: a direção da instituição tem consciência e clareza das mudanças institucionais a serem feitas para que a instituição continue fiel à sua missão e seus objetivos? Se os bispos e a Cúria Romana se mantiverem fiéis à teologia clássica, em que tanto a compreensão da doutrina revelada como também sua formulação temporária e sua concretização cultural constituem verdades eternas e imutáveis, é evidente que nada pode mudar. Dispensa-se qualquer autoavaliação. A estabilidade se impõe. Se, caso contrário, a Cúria se abrir ao Vaticano II e adotar o princípio de que existe “progressão” na compreensão da Palavra (DV 8) e que “uma coisa é a doutrina, outra a sua formulação” (cf. papa João XXIII na sessão inaugural do Concílio Vaticano II), e, além do mais, adotar o princípio conciliar de que as autônomas re-

alidades terrestres contêm “sinais do tempo” a serem interpretados por adequada hermenêutica teológica (GS 4, 11, 44), então, sim, as cúrias, confiantemente, se abrirão ao Espírito e as coisas podem começar a andar. Uma correta análise institucional vai demonstrar quais são as estruturas obsoletas que impedem os avanços a serem feitos.

“O grande silêncio” surgiu poucos anos depois do Concílio. O papa Paulo VI já constataria que “a fumaça de Satanás” ainda estava presente. Em 1985, no sínodo em comemoração aos 20 anos do Concílio, a Cúria Romana, abertamente, puxou o freio de mão. Foi questionado o estatuto teológico das conferências episcopais e, daí em diante, sua autonomia relativa – um dos grandes avanços do Concílio – foi grandemente diminuída. Recentemente, o eminente teólogo brasileiro Agenor Brighenti, em *REB* 288/2012, com seu artigo “Sinodalidade eclesial e colegialidade episcopal – a relevância ofuscada das conferências episcopais nacionais”, demonstrou cabalmente o quanto essa postura da Cúria não condiz com toda a história da Igreja.

Não pode haver dúvida de que a estrutura mais obsoleta e asfixiante da Igreja é o sistema eleitoral do papa e dos bispos. Ela surgiu e está como está exatamente para nada mudar. Se o Espírito está verdadeiramente presente e ativo em todos os batizados, como justificar que eles não têm nenhuma influência sobre a escolha do seu pastor, o bispo diocesano, aquele que exatamente expressa a unidade dos cristãos na Igreja particular? Há algo ainda mais estranho. Como justificar que nem o conjunto dos agentes pastorais, nem o conjunto dos ministros ordenados, nem sequer o conselho de presbíteros têm qualquer influência? E, se alguma consulta esporádica for feita, como justificar que o sacerdote consultado, “sub grave”, deve manter silêncio? Para a escolha do papa, idêntica reflexão pode ser feita. Em tudo reina o mais



absoluto “corporativismo”. Transparência zero; colegialidade zero; confiança no Espírito zero. Uma flagrante discrepância entre teoria e prática eclesiais. Em termos de análise institucional, poucos exemplos podem ser mais significativos.

A esta altura da nossa reflexão, gostaríamos de acrescentar uma ressalva. Não nos consideramos um “rebelde sem causa” na seara do Mestre. Temos perfeita consciência da necessidade de Roma manter certos cuidados. O processo cultural da modernidade, no nosso entender, ainda não se esgotou. Não há dúvida de que existe nele forte tendência para relativizações sem critério. De fato, um prolongado contexto cultural leva o ser humano facilmente a grandes equívocos. Evolutivamente, o cérebro se desenvolveu como mecanismo de adaptação ao meio ambiente, a fim de sobreviver da melhor forma, biológica, social e espiritualmente. Seria idolátrico o magistério (em qualquer nível de Igreja) colocar-se no lugar de Deus, proclamando verdades eternas. Cabe-lhe, isto sim, confrontar o novo com a riquíssima tradição cristã do passado. Sem anátemas ou inquisições, pois ninguém é dono ou dona do Espírito. O que está em jogo é a própria “Vida”. Sem adaptação ao novo, a vida morre.

4. A “nova paróquia” na perspectiva da análise institucional

Continuemos a nossa análise institucional, olhando agora mais de perto para a “nova paróquia”. A Campanha da Fraternidade deste ano pede uma ação pastoral de acordo com as demandas da sociedade. Quase tudo deve concretizar-se no âmbito da paróquia. O *Documento de Estudo 104* dizia: “Conhecer a realidade das comunidades paroquiais é determinante para identificar caminhos possíveis para a renovação paroquial e a consequente

Até que ponto, de fato, nos comunicamos?

Ciro Marcondes Filho



“Há algo de errado no mundo das comunicações. Todos têm de se comunicar. Sem comunicar não há vida, tudo tem de ser repassado, transmitido, revelado.” Obra de Ciro Marcondes Filho, professor titular da ECA-USP, doutor pela Universidade de Frankfurt e pós-doutor pela Universidade de Grenoble.

Por que os reality shows conquistam audiências?

Cosette Castro



Debate amplo sobre o uso das novas tecnologias de comunicação, da convergência digital, circulação de produtos transnacionais e modificação da noção de gêneros televisivos. Obra de Cosette Castro, doutora em Comunicação e Jornalismo pela Universidade Autônoma de Barcelona.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





revitalização das comunidades cristãs” (n. 89). O novo *Documento 100* afirma: “Isso supõe mudanças de estruturas e métodos eclesiais, mas, principalmente, exige uma nova atitude dos pastores e dos agentes de pastoral e dos membros das associações de fiéis e movimentos eclesiais” (n. 51). No novo documento, as mudanças estruturais perdem importância diante das atitudes subjetivas. Mas ambas são necessárias ao mesmo tempo! Mesmo bons pastores estão de mãos atadas diante de “estruturas obsoletas” quando estas não são removidas. Ao se calarem, os próprios bispos se eximem da responsabilidade de remover essas estruturas inadequadas. Na comunhão (comum-união) eclesial, não são eles os primeiros responsáveis?

Quando os bispos, por exemplo, afirmam que os leigos devem assumir “maior espaço de decisão” (*Doc. 100*, n. 32), mas em nenhum momento falam em reformular o ministério ordenado, a proposta fica solta no ar. É impossível esperar grandes resultados sem uma mexida corajosa nos ministérios da Igreja. A experiência eclesial dos ministérios leigos na tradição latino-americana tem sido rica, mas “a instituição” impõe limites severos. As exortações episcopais (nn. 32, 49, 128, 210-214, 219-220, 273, 306-308, 319f) são generosas. Ainda assim, diante do ministério ordenado, todos os demais ministérios leigos não ultrapassam muito o grau de “co-roinha”. Há ainda a desigualdade prática entre homem e mulher (ocultada nos nn. 74b, 93 e 219-220), além de proibições canônicas e litúrgicas que contrariam o bom senso pastoral. O documento comenta o “direito à eucaristia” das comunidades (nn. 125, 181-182, 277). Haja celebrante! Em muitas comunidades entre nós, nem na Páscoa! Não existem impedimentos teológicos ou pastorais para que esse sonho se torne realidade. Nas nossas comunidades (ou paróquias), são milhares as pessoas disponíveis (leigos e leigas) e qualificadas (ou a serem qualificadas).

Basta a direção da Igreja (nos diversos âmbitos) perder o medo e confiar no Espírito! Como fez Jesus. É tão simples assim. Uma das perguntas tradicionais da análise institucional é esta: a direção da instituição fornece as condições e os recursos para que os diferentes âmbitos da instituição possam cumprir adequadamente a sua parte na missão proposta? Devemos ser sinceros: infelizmente, não!

A nova paróquia, diz o *Documento 100*, exige, antes de tudo, autêntica “conversão pastoral” (nn. 5, 8, 30, 51-57, 137, 150, 194-195, 302, 325). Sem ela, a remoção das “estruturas obsoletas” (nn. 37, 45-50, 57-59, 137; cf. DAp 172-173 e 365; *Estudo 104* da CNBB, n. 191; DGAE 100) não acontece. Acerca da vital “setorização” da paróquia, observa: “Basicamente, a conversão pastoral da paróquia consiste em ampliar a formação de pequenas comunidades...” (n. 8). As principais condições são: 1) uma percepção mais clara da índole comunitária da Igreja, tendo em vista a sua “revitalização” (nn. 3, 8-9, 27, 30, 34, 36, 38-44, 56, 103-105, 113, 126, 135, 139, 154, 168-173, 178, 256, 259, 289, 321-322); 2) uma pastoral mais voltada para decidida adesão pessoal à pessoa de Jesus e sua Palavra (nn. 30, 52, 61-62, 180, 185-189, 192, 269-271, 304, 319a e b); 3) uma espiritualidade verdadeiramente missionária (nn. 29, 31, 46, 50, 58-61, 151, 157, 165, 185-189, 194, 247, 254, 261, 297, 317-318, 319m, 323, 328; cf. DAp 173). O que deve ser evitado, acima de tudo, é a paróquia “burocratizada” (nn. 37, 41, 48, 245, 262, 320). Evidentemente, todos esses fatores estão presentes e merecem ser mencionados, mas não abordam a causa principal. Esta é de ordem institucional, e não pessoal. De modo geral, os/as agentes pastorais que atuam nas paróquias têm trabalhado com muita competência e dedicação, fato reconhecido pela CNBB (n. 32; *Estudo 104*, n. 179).

O novo documento insiste numa tecla central: “setorizar” a paróquia, fazendo dela uma



comunidade de comunidades. Convém lembrar aqui que, após Medellín (1968), o Brasil viveu um processo pastoral maravilhoso, com a criação de dezenas de milhares de comunidades eclesiais de base (CEBs). Roma, porém, e parte dos nossos bispos as combateram. Desde a década de 1980, o processo foi interrompido. O documento em análise, além de pouco falar do papel transformador das pastorais sociais, nitidamente evita a palavra CEBs e dedica a elas um espaço muito limitado (nn. 133, 228-230). Vê novamente a paróquia (com seus grupos) e não as CEBs como “célula inicial” da Igreja (nn. 124-128, 138, 152-153, 159-160, 165, 168-173, 177, 319; cf. AA 10; ChL 26; CDC 1917, cânon 215ss, e CDC 1983, cânon 515; ClgC 2179; DAp 170). Os documentos oficiais, hoje, as põem em pé de igualdade com os movimentos e as pequenas e novas comunidades que foram surgindo nas últimas décadas (nn. 132-134, 231-236, 244-256; cf. DP 111 e 644; SD 58; DAp 178-180; EG 29). No nosso entender, trata-se de postura equivocada. Num momento de reestruturação das paróquias, é da maior importância estabelecer distinções muito claras. Por não haver espaço para isso neste artigo, pretendemos fazê-lo numa próxima oportunidade.

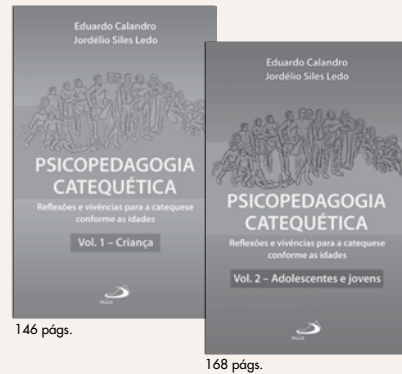
5. O limite institucional das Campanhas da Fraternidade

Pessoalmente temos participado intensivamente de todas as Campanhas da Fraternidade, desde o seu início, em 1964. A relação “Igreja e sociedade” sempre foi uma prioridade nossa. Teologicamente (e biblicamente) não há como sustentar uma Igreja voltada para si própria. Jesus, seguramente, via o Reino de Deus como um fermento que permeia todas as realidades. Quem sabe, agora que a CF adota o tema “Igreja/sociedade” em sua globalidade, os limites institucionais da campanha fiquem mais evidentes. Quais limites são esses?

Psicopedagogia catequética, vol. 1 e vol. 2

Educação da fé para jovens e crianças

Eduardo Calandro/Jordélio Siles Ledo



Atendendo as necessidades especiais da educação infantil e infantojuvenil, este livro foi criado para auxiliar a formação dos catequizandos, transmitindo mensagens de acordo com a sua capacidade de compreensão e assimilação. Através de propostas e vivências, Psicopedagogia catequética volume I acompanha o desenvolvimento de jovens de 0 a 10 anos e Psicopedagogia volume II acompanha o crescimento religioso de adolescentes e jovens.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





5.1. O limite macroecumênico

As Campanhas da Fraternidade nasceram com o espírito renovador do Concílio Vaticano II. O papa João XXIII acalentava o sonho de seu tempo: unir novamente todos os cristãos! Um cristianismo desunido (“não católico”) é uma contradição nos termos. Por isso, os textos-base das campanhas sempre insistiram num esforço conjunto entre a Igreja católica e as demais Igrejas (num espírito cada vez mais macroecumênico). Será que houve avanço? Na maioria dos lugares, nenhum! O mais comum é encontrar a simples desistência de perseguir o objetivo. Nas esferas mais altas, especialmente nos encontros de teologia e espiritualidade, tem havido avanço, mas Roma tem levantado sérias barreiras institucionais e o movimento ecumênico, falando genericamente, parou. Em âmbito local, nosso desafio real maior, hoje, é encontrar meios para atuar em conjunto com as Igrejas evangélicas, mas haja criatividade! Aqui na região norte de Diadema, temos priorizado um “Fórum de entidades”, do qual participam, de forma inteiramente suprapartidária e suprarreligiosa, os representantes das mais diversas entidades, religiosas ou não. Com a adesão de aproximadamente 30 entidades – das quais 15 são comunidades católicas –, o êxito tem sido surpreendente. Além de uma caminhada ecológica anual, de conscientização popular, temos feito seminários significativos nas áreas de saúde, segurança e educação, com forte pressão sobre autoridades locais, metropolitanas e estaduais. Temos boa relação com alguns pastores evangélicos e fomos convidados para apresentar nossa proposta no Conselho Municipal dos Pastores (são mais de cem somente na nossa área!). Mas apenas **uma** Igreja evangélica participa do fórum e

“Ainda assim, diante do ministério ordenado, todos os demais ministérios leigos não ultrapassam muito o grau de ‘coroinha’”.

está muito difícil avançar. Em princípio, há boa vontade. O que impede os avanços são os limites institucionais: doutrinas demasiadamente rígidas, o estilo clerical do catolicismo e certo ar de superioridade que impede um diálogo efetivo.

5.2. O limite do clericalismo

Nossa Igreja, com o passar dos séculos, clericalizou-se de forma exagerada. Não foi assim na sua origem. Jesus, leigo, teve grande dificuldade com “os clérigos” do seu tempo. Preferiu formar sua Igreja com leigos comuns, confiando plenamente na força do Espírito na vida deles. As primeiras comunidades cristãs tinham de fato esse caráter. Os apóstolos, sem dúvida, constituíam os grandes símbolos da unidade entre os cristãos, mas, com o rápido crescimento das comunidades, muito cedo sua direção foi entregue a homens e mulheres “de boa reputação, e repletos do Espírito e de sabedoria” (At 6,3 e 13,1; 1Cor 12).

Diversos fatores históricos explicam por que o magistério oficial da Igreja até hoje mantém uma separação muito radical entre os diversos ministérios leigos e o ministério ordenado. A distância entre “ser padre” e “ser leigo/a” é enorme. O Vaticano II, com a igualdade básica dos cristãos a partir do batismo, abriu espaço para uma renovação na teologia dos ministérios, mas a Cúria Romana “não abre mão”. De fato, observando a grande desunião e o “vale-tudo” entre nossos irmãos separados, não podemos dizer que se trata de uma questão fácil de resolver.

Seja como for, o exagerado clericalismo atual é um obstáculo sério para Campanhas da Fraternidade mais eficazes. Não havendo maior “espaço de decisão” para os/as leigos/as, como pedem os bispos, todas as iniciati-



vas pastorais, não na teoria, mas na prática, acabam dependendo dos padres. E os padres estão “superatarefados” com as questões internas da paróquia. Como desenvolver e articular uma pastoral voltada para a sociedade, quando quem decide não vive na sociedade, mas “no templo”? Falta muitíssimo para os/as leigos/as terem real “autonomia decisória”. O clericalismo é um dos maiores entraves, também para o sucesso das nossas Campanhas da Fraternidade.

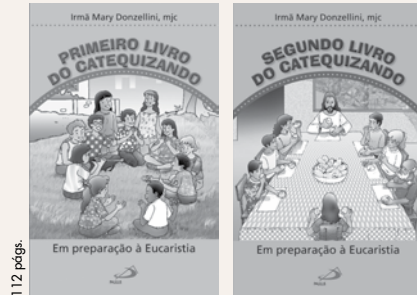
6. Bata à porta, e ela será aberta!

O papa Francisco assumiu a direção da Igreja num momento histórico particularmente delicado. Por toda parte surgem vozes (grupos de teólogos, párocos e leigos/as) que vão na direção de um rompimento com a instituição. Em âmbito mundial, duas tendências são dominantes. Uma parte do mundo cristão desanimou da Igreja e entrou num processo mais radical de secularização. No Norte europeu, igrejas católicas e protestantes são postas à venda às centenas. Outra parte também desanimou da Igreja católica e, considerando-a por demais clerical e burocratizada, vai em busca de outra Igreja qualquer onde se sinta, de forma mais explícita, a presença viva do Espírito. Ambas as tendências são fruto de uma Igreja-instituição que não percebe suas próprias deficiências ou, quando as percebe, tem medo. Ambas as tendências revelam também a profunda necessidade do ser humano de encontrar (em algum lugar) um “sentido além” para o seu viver. Afirma repetidamente o *Documento 100* que a conversão pastoral da paróquia, mais do que novas estruturas, exige “uma nova atitude dos pastores, dos agentes de pastoral e dos membros das associações de fiéis e movimentos eclesiais” (nn. 51, 54-55, 150, 204, 242, 260, 323). Na perspectiva de uma corajosa análise institucional, perguntamo-nos: não

COLEÇÃO DE CATEQUESE

Primeiro livro do catequizando e Segundo livro do catequizando

Irmã Mary Donzellini



112 págs.

Esperamos que este subsídio possa ajudar a pastoral bíblico-catequética da preparação à Primeira Eucaristia, fazendo crescer a fé de todos aqueles que participam dos encontros catequéticos. Traz ilustrações coloridas e algumas dinâmicas para incentivar a criatividade dos que preparam os encontros catequéticos.

Livro do catequista Fé, Vida, Comunidade

Irmã Mary Donzellini



352 págs.

Tem o objetivo de fazer com que catequistas e catequizandos percorram juntos a vivência do princípio de interação fé/vida. Apresenta a história do povo de Israel, a prática de Jesus e a caminhada da Igreja, especialmente na América Latina e no Brasil.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





será necessária também nova atitude dos nossos bispos?

Apesar de tudo, vemos o futuro com extremo otimismo. Não apenas na perspectiva da “nova paróquia”, mas, antes, na perspectiva da “nova instituição” que, a qualquer momento, pode surgir. Basta dar início à “reforma também institucional” de que falam tanto o *Documento de Aparecida* (n. 367) quanto o *Estudo 104* (n. 191) da CNBB e a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (n. 32). Dizem os entendidos que todas as reais mudanças vêm “de baixo”. Sociologicamente, sem dúvida. Mas, na Igreja, uma mudança real deve vir, antes de tudo, “de cima”.

Não acreditamos na necessidade de rompimentos. Muito pelo contrário. Num espírito verdadeiramente eclesial e evangélico, ou mudamos juntos, ou é melhor aguardar o momento certo. Contudo, é preciso ter proposta e buscar o diálogo. No nosso entendimento, o ideal seria que a CNBB, ou, de preferência, o Celam, convocasse um congresso de teólogos

para discutir, fraternalmente, quais são as reformas institucionais mais importantes para a Igreja hoje. As propostas receberiam a ratificação dos bispos, com as emendas consideradas necessárias. Sendo possível, a proposta poderia ser submetida ainda à apreciação dos diversos organismos eclesiais das Igrejas particulares. Se todos os continentes fizessem o mesmo, o que seria conveniente, o papa Francisco teria em suas mãos um “sinal dos tempos” mais do que evidente. Quem sabe a Cúria Romana possa, assim, ser sensível ao vento e ao fogo do Espírito e abrir para a Igreja um futuro novo. Cremos que, em tempo surpreendentemente curto, o mundo inteiro captaria os sinais da “Nova Jerusalém” (Ap 21,2). As autênticas forças espirituais do mundo inteiro – até do mundo secularizado! – receberiam de bom grado o apelo a maior unidade e, desde que respeitada a riqueza da diversidade, a semente do Reino daria frutos, cem por um. A “nova paróquia” só será possível nesse contexto institucional. ●

LITURGIA DIÁRIA

O periódico LITURGIA DIÁRIA facilita o contato com a Palavra de Deus na liturgia e na leitura pessoal; favorece uma melhor assimilação e compreensão da liturgia da missa.

As edições são mensais e trazem as leituras e orações da missa de cada dia, comentários, preces, pequenas biografias dos santos das memórias a serem celebradas, partes fixas da missa, orações eucarísticas e roteiros de outras celebrações.

Para fazer assinatura, entre em contato com o setor de assinaturas da Paulus:

Tel.: (11) 3789-4000 • 0800-164011

E-mail: assinaturas@paulus.com.br

Também na internet:
vidapastoral.com.br

* Nascido na Bélgica, reside há muitos anos no Brasil, onde leciona desde 1972. É doutor em Teologia e mestre em Filosofia e em Filologia Bíblica pela Universidade Católica de Lovaina. Atualmente é professor de Exegese Bíblica na Faje, em Belo Horizonte. Dedicar-se principalmente aos seguintes assuntos: Bíblia – Antigo e Novo Testamento (tradução), evangelhos (especialmente o de João) e hermenêutica bíblica. Entre outras obras, publicou: *Descobrir a Bíblia a partir da liturgia*; *A Palavra se fez livro*; *Liturgia dominical: mistério de Cristo e formação dos fiéis – anos A-B-C*. E-mail: konings@faculdadejesuita.edu.br



Johan Konings, sj*

Santa Maria, Mãe de Deus

1º de janeiro

Nascido de mulher, nascido sob a Lei

I. Introdução geral

Celebramos a oitava de Natal, a solenidade da Santa Mãe de Deus. Até a reforma litúrgica do Concílio Vaticano II, era chamada festa da Circuncisão de Nosso Senhor. O evangelho relata que Jesus recebeu a circuncisão, acompanhada da imposição do nome, como prescreve a tradição de Israel. Esse rito significava a integração do “nascido de mulher” na comunidade judaica, como ressalta a segunda leitura. A inserção de Jesus na humanidade e no povo passa pelo útero de Maria. Jesus nasce de mãe judia e submetido à Lei judaica.

Como, no século IV, foi escolhido o dia 25 de dezembro para celebrar o Natal, a oitava coincide com o ano-novo romano, fi-



xado em 1º de janeiro por Júlio Cesar. Assim, a festa de hoje coincide com o início do ano civil, atualmente celebrado como dia da paz mundial. Neste contexto, cabe bem a primeira leitura, que evoca a bênção do ano-novo israelita (Nm 6,27), reforçada pelo salmo responsorial. Aliás, o próprio nome que Jesus recebe sugere que ele é a bênção: *yeshua*, “o Senhor salva”. Maria deu Jesus à humanidade como um presente de Deus (cf. 4º domingo do Advento), e Deus faz “brilhar sua face” sobre o povo e sobre a humanidade no nome de Jesus. (No dia 3 de janeiro há uma celebração própria do Santíssimo Nome de Jesus.)

Recentemente, a solenidade de hoje foi posta sob o patrocínio de Maria, “Mãe de Deus”, lembrando o título de *Theotokos*, “Genitora (Mãe) de Deus”, que lhe foi dado pelo Concílio de Éfeso em 431 d.C. Decerto Deus não tem mãe, mas escolheu Maria como mãe para o Filho que em tudo realiza a obra de Deus. Santificou em Maria a maternidade quando o Filho assumiu a humanidade. A maternidade é, como a humanidade, *capax Dei*, capaz de receber Deus. Deus é tão grande, que conhece também o mistério da maternidade, e por dentro! Para captar isso, talvez tenhamos de modificar um pouco nosso conceito de Deus.

Deus não ama em geral, abstratamente, mas por meio de pessoas e comunidades concretas. Só aquilo que é concreto pode ser realidade. Assim como Maria foi, no seio do povo de Israel, o caminho concreto para o Salvador, comunidades concretas serão portadoras de Cristo, salvação de Deus para o mundo hoje. Por isso, Maria é protótipo da Igreja e das comunidades eclesiais.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Nm 6,22-27)

A 1ª leitura é a bênção do sacerdote de Israel sobre o povo. Na manhã da criação,

Deus abençoou os seres humanos e os animais, dando-lhes alimento e força de vida (Gn 1,28-30). A bênção de Deus é um augúrio de paz para a natureza e o ser humano. Para quem se coloca diante dessa bênção, Deus deixa brilhar “a luz de sua face”, sua graciosa presença. Só Deus pode realmente abençoar, benzer, “dizer bem”; os humanos abençoam invocando o nome de Deus. Em continuidade com este pensamento, o salmo responsorial expressa um pedido de bênção (Sl 67[66],2-3.5-6.8).

2. II leitura (Gl 4,4-7)

A 2ª leitura é tomada da carta de Paulo aos Gálatas, que é a “carta” (no sentido de documento) da liberdade cristã. Cristo veio para nos tornar livres (Gl 5,1). “Nascido de mulher, nascido sob a Lei” (Gl 4,4), viveu entre nós sob o regime passageiro que vigorava no Antigo Testamento. Vivendo conosco sob o regime da Lei, ensinou-nos a perceber e interpretar a Lei como dom do Pai e não como escravidão, à diferença dos contemporâneos de Paulo. Estes queriam impô-la como um jugo aos cristãos da Galácia, que nem sequer eram judeus de origem. Já não somos escravos, diz Paulo, mas filhos; portanto, livres. O Filho de Deus tornou-se nosso irmão, nele temos o Espírito que, em nosso coração, ora: “Abba, Pai” (4,6 – provavelmente uma alusão ao pai-nosso rezado nas comunidades, cf. Mt 6,9-13; Lc 11,2-4).

Comemorando a vinda de Cristo, pensamos especialmente na “mulher” que o integrou em nossa comunidade (Gl 4,4). “Nascido de mulher” é uma maneira bíblica para designar o ser humano (cf. Mt 11,11; Lc 7,28).

3. Evangelho (Lc 2,16-21)

O evangelho de hoje menciona dois temas: a adoração dos pastores junto ao presépio de Belém e a circuncisão de Jesus no



oitavo dia, acompanhada da imposição de seu nome. O primeiro tema já foi focalizado no evangelho da missa da aurora no Natal, e na mesma linha podemos destacar, na festa da Mãe de Deus, que “Maria guardava todos estes fatos e meditava sobre eles no seu coração”.

Nossa atenção, porém, vai para o segundo tema, a circuncisão com a imposição do nome, que se harmoniza com o da 2ª leitura. Jesus sujeita-se à antiga Lei (cf. 2ª leitura) e recebe o nome dado pelo anjo, ou seja, por Deus mesmo (Lc 1,31-33; Mt 1,21; cf. Hb 1,4-5): “O Senhor salva”. Jesus é o salvador enviado por Deus à humanidade.

III. Dicas para reflexão

- *O nome e a cidadania de Jesus*. Celebramos hoje a “cidadania” de Jesus: seu nome, sua identidade, seu lugar na sociedade humana. A 2ª leitura evoca duas dimensões da inserção de Jesus na sociedade humana: *nasceu de mulher*, membro da família humana; e *nasceu sujeito à Lei*, cidadão de uma comunidade política e religiosa. Exatamente por assumir a lei de um povo concreto, ele é verdadeiro representante da humanidade. Quem não pertence a nada não representa ninguém. Porque concretamente foi judeu é que Jesus pôde ser o salvador da humanidade toda. Integrado na comunidade judaica pela circuncisão, no oitavo dia recebe o nome de Jesus, escolhido por Deus mesmo. Muita gente, quando escolhe o nome do filho, projeta nisso uma expectativa. Maria e José não escolheram o nome. Alinharam-se com Deus, que projeta seu próprio plano de salvação no nome de Jesus: “O Senhor salva”. O nome de Jesus assinala a participação pessoal de Deus na história da comunidade humana e política. Por isso, assim como o sacerdote Aarão abençoava os israelitas invocando o nome do Senhor Deus, podemos benzer a nós e a todos

com o nome de Jesus (1ª leitura).

Deus respeita a Lei que ele mesmo comunicou ao povo. Seu Filho nasceu sob a Lei e foi circuncidado conforme a Lei. As estruturas políticas e sociais do povo, quando condizentes com a vontade de Deus, são instrumento para Deus se tornar presente em nossa história. Deus mostrou isso em Jesus. E quando as leis e estruturas são manipuladas a ponto de se tornarem injustas, o Filho de Deus as assume para transformá-las no sentido do seu amor. Por isso, Jesus morreu por causa da Lei injustamente aplicada a ele.

- *Maria, “porta do céu”*. Em Jesus, Deus quis ter uma mãe. A inserção de Deus em nossa história passa pela ternura materna. Sem esta não se pode construir a história conforme o projeto de Deus. Assim, Deus, na “sua” história salvífica, santificou uma dimensão especificamente feminina. Nas ladainhas chamamos Maria “Porta do Céu”. Porta para nós subirmos e para Deus descer.

Jesus nasceu de mulher e sob a Lei, de mãe humana e dentro de uma sociedade humana. Foi acolhido na sociedade judaica pela circuncisão e pela imposição do nome, como teria acontecido a qualquer indivíduo do sexo masculino entre nós que tivesse nascido naquela sociedade. Maria é, portanto, mãe do verdadeiro homem e judeu Jesus de Nazaré, mas nós a celebramos hoje como Mãe de Deus. Esse título deve ser entendido como “Genitora (é assim que o Concílio de Éfeso a chama) do Filho de Deus”. Este Filho foi igual a nós em tudo, menos no pecado, e viveu e sofreu na carne de maneira verdadeiramente humana (cf. Hb 4,15; 5,7-8). Duas décadas depois de Éfeso, o Concílio de Calcedônia o chamou “verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem”. É por ser mãe de Jesus humanamente que Maria é chamada mãe de Deus, pois a humanidade e a divindade em Jesus não se podem separar. Dando Jesus ao



mundo, Maria faz Deus nascer no meio do povo. Ela é o ponto de inserção de Deus na humanidade. Toda mulher-mãe é ponto de inserção de vida nova no meio do povo. Em Maria, essa vida nova é vida divina. Deus se insere no povo por meio da maternidade que ele mesmo criou.

Assim como Maria se tornou “Porta do Céu”, a comunidade humana é chamada a tornar-se acesso de Deus ao mundo e do mundo a Deus. A vida do povo, sua “lei”, suas tradições, cultura e estruturas políticas e sociais devem ser um caminho de Deus e para Deus, não um obstáculo. Por isso é preciso transformar a vida humana e as estruturas da sociedade quando não servem para Deus e não condizem com a dignidade que Deus lhes conferiu pelo nascimento de Jesus de mulher e sob a Lei.

- *Jesus de Maria, bênção do povo.* Para os cristãos, o novo ano litúrgico já começou no 1º domingo do Advento, mas no dia 1º de janeiro os cristãos participam como cidadãos do ano-novo civil com a festa de Maria, Mãe do Deus salvador, Jesus Cristo. Queremos felicitar de modo especial a Mãe da família dos cristãos – pois, ao visitarmos hoje a casa de nossos amigos, não cumprimentamos primeiro a dona da casa?

A Igreja marcar este dia com a festa de Maria, Mãe de Deus, é um voto de paz e bênção para o mundo! A bênção maior da parte de Deus: o seu Filho, Jesus. Os nossos votos de paz e bênção devem ser a extensão da bênção que é Jesus e que Maria fez chegar até nós. Desejamos paz e bênção aos nossos amigos em Jesus. Então, nossos votos serão profundamente cristãos, não apenas fórmula social. Desejaremos aos nossos semelhantes aquilo que veio até nós em Jesus: o amor de Deus na doação da vida para os irmãos. É isso que se deve desejar neste dia mundial da paz. *Somente onde reinam os sentimentos de Jesus pode existir a paz que vem de Deus.*

Epifania do Senhor

4 de janeiro

Onde a estrela parou

I. Introdução geral

Epifania, em grego, significa manifestação: celebramos a manifestação de Deus ao mundo, representado pelos reis magos que vêm adorar o menino Jesus em Belém. Ele é a luz que brilha não só para o povo oprimido de Israel (como anuncia a 1ª leitura na noite de Natal), mas para todos os povos, segundo a visão do profeta universalista que escreveu o fim do livro de Isaías. Essa visão recebe um sentido pleno quando os magos vindos do Oriente procuram, nos arredores de Jerusalém, o Messias que devia nascer da estirpe de Davi (evangelho). A 2ª leitura, mediante o texto de Ef 3,2-6, comenta esse fato como revelação do mistério de Deus a Israel e aos pagãos.

Assim, a liturgia de hoje realça o sentido universal da obra de Cristo. Mas não se trata do universalismo abstrato, global e midiático de nosso mundo contemporâneo. A inserção de Jesus na humanidade, que contemplamos no domingo passado (na festa da Mãe de Deus), acontece num ponto bem concreto e modesto: um povoado que nem está no mapa dos magos! O ponto por onde passa a salvação não precisa ser grandioso. O humilde povoado visitado pelos magos representa a comunidade-testemunha, o contrário do reino do poderoso Herodes. Belém é centro do mundo, porém não para si mesma, e sim para quem procura a manifestação de Deus. Não sobre Roma nem sobre a Jerusalém de Herodes, mas sobre a Belém do presépio é que a estrela parou. Essa estrela não se importa com o poder humano. Deus manifesta-se no meio dos pobres, no Jesus pobre.



II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Is 60,1-6)

Como foi recordado na 1ª leitura da noite de Natal, o profeta Isaías (9,1) anunciou *nova luz* para a Galileia, região despovoada pelas deportações praticadas pelos assírios em 732 a.C. Duzentos anos depois, o “Terceiro Isaías” retoma a imagem da luz. Aplica-a à Sião (Jerusalém) e ao povo de Judá, que acaba de voltar do exílio babilônico e está iniciando a reconstrução da cidade e do Templo (Is 60,1). Jerusalém, restaurada depois do exílio babilônico, é vista como o centro para o qual convergem as caravanas do mundo inteiro. O profeta anuncia a adoração universal em Jerusalém. Enquanto as nações estão cobertas de nuvens escuras, a luz do Senhor brilha sobre Jerusalém. Esqueçam-se a fadiga e o desânimo, pois Deus está perto. As nações devolvem a Jerusalém seus filhos e filhas que ainda vivem no estrangeiro, e estes oferecem suas riquezas ao Deus que realmente salva seu povo.

Quinhentos anos depois, os magos (sábios, astrólogos) vindos do Oriente darão um sentido pleno e definitivo ao texto de Isaías: a eles o Cristo aparece como “luz” cheia do mistério de Deus.

2. II leitura (Ef 3,2-3a.5-6)

As promessas do Antigo Testamento dirigem-se ao povo de Israel. Deus, porém, vê as promessas feitas a Israel num horizonte bem mais amplo. Seu plano é universal e inclui todos os povos, judeus e gentios. Os antigos profetas já tinham certa visão disso, mas os judeus do ambiente de Paulo apóstolo não pareciam percebê-lo. Paulo mesmo havia aprendido com surpresa a revelação do grande mistério, de que também os gentios são chamados à paz messiânica. Essa revelação, ele a assume como sua missão pessoal, a fim de levar a boa-nova aos gentios.

Livro da Crisma

Confirmados e comprometidos

Diocese de Osasco



O livro para preparação ao Sacramento da Crisma é fruto de anos de pesquisa e de reflexões dos catequistas da coordenação da Diocese de Osasco, sobre os diferentes modos de preparar os cristãos para tão importante Sacramento da Igreja. Um ritual de invocação do Espírito Santo, momento fundamental na vida de qualquer fiel cristão católico, merece seu próprio guia impresso. Uma explicação das etapas e significados que imprimem na nossa alma o caráter de soldados de Cristo!

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





3. Evangelho (Mt 2,1-12)

O evangelho narra a chegada dos magos do Oriente que querem adorar o Messias recém-nascido, cujo astro eles viram brilhar sobre Jerusalém (cf. 1ª leitura). A chegada dos magos e sua volta constituem a moldura (inclusão) dessa narrativa, cujo centro é a estupefação de Herodes e de toda a cidade por causa da notícia que os magos trazem. O ponto alto é a busca, pelos escribas, de um texto que aponte para esse fato. O texto em questão é Miqueias 5,1: “E tu, Belém, terra de Judá, de modo algum és a menor entre as principais cidades de Judá, porque de ti sairá um chefe que vai ser o pastor de Israel, o meu povo”. Informado pelos escribas, Herodes encaminha os magos a adorar o recém-nascido em Belém e informá-lo para que ele também vá (Belém fica a oito quilômetros de Jerusalém). O narrador, entretanto, deixa prever a má-fé de Herodes, que planeja matar os meninos recém-nascidos da região, tema que será desenvolvido no próximo episódio de Mateus, igualmente construído em torno de uma citação do Antigo Testamento.

No novo povo de Deus, não importa ser judeu ou gentio, importa a fé. O Evangelho de Mateus termina na missão de evangelizar “todas as nações” (28,18-20), e desde o início os “magos” prefiguram essa missão universal. Os doutores de Jerusalém, ao contrário, sabiam, pelas Escrituras, onde devia nascer o Messias – em Belém, a poucos quilômetros de Jerusalém –, mas não tinham a estrela da fé para os conduzir.

III. Dicas para reflexão

A visão do Terceiro Isaías sobre a restauração do povo na luz de Deus que brilha sobre a Cidade Santa realiza-se no povo fundado por Jesus Cristo. Este é o “mistério”, o projeto escondido de Deus, o evangelho que

Paulo levou a judeus e gentios.

Mateus, no evangelho, traduz a fé segundo a qual Jesus é o Messias universal, numa narração que descreve a realização da profecia: astrólogos do Oriente veem brilhar sobre Belém, a cidade de Davi, a estrela do recém-nascido Messias, “rei dos judeus”. Querem adorá-lo e oferecer-lhe seus ricos presentes. Herodes, entretanto, com os doutores e os sacerdotes, não enxerga a estrela que brilha tão perto; é obcecado por seu próprio brilho e sede de poder. Os reis das nações pagãs chegam de longe para adorar o Menino, mas os chefes de Jerusalém tramam sua morte. As pessoas de boa vontade, aqueles que realmente buscam o Salvador, encontram-no em Jesus, mas os que só gostam de seu próprio poder têm medo de encontrá-lo.

Significativamente, o medo de Herodes, o Grande, levá-lo-á a matar todos os meninos de Belém. A estrela conduziu os magos a uma criança pobre, que não tinha nada de sensacional. Mas o rei Herodes, cioso de seu poder, pensa que Jesus será poderoso e, portanto, perigoso. Para eliminar esse “perigo”, o rei, que tinha matado seus próprios filhos e sua mulher Mariame, manda agora matar todos os meninos de Belém.

Por que se matam ou se deixam morrer crianças também hoje? Porque os poderosos absolutizam seu poder e não querem dar chances aos pequenos, nem sequer de viver. Preferem sangrar o povo pela indústria do armamento, dos supérfluos, da fome...

Pobre e indefeso, *Jesus é o “não poder”*. Ele não se defende, não tem medo. Em redor dele se unem os que vêm de longe, simbolizados pelos magos. E estes, avisados em sonho, “voltam por outro caminho”. O caminho, na Bíblia, é o símbolo da opção de vida da pessoa (Sl 1). Os reis magos *optaram* por obedecer à advertência de Deus; *optaram* pelo menino salvador, contra Herodes e contra todos os que rejeitam o “menino”, matando vida inocente.



O nome oficial da festa dos Reis Magos, “Epifania”, significa manifestação ou revelação. Contemplamos o paradoxo da grandeza divina e da fragilidade da criança no menino Jesus. Pensamos nos milhões de crianças abandonadas nas ruas de nossas cidades, destinadas à droga, à prostituição. Outros milhões mortas pela fome, doença, guerra, aborto. Órgãos extraídos, fetos usados para produzir células que devem rejuvenescer velhos ricos... Qual é o valor de uma criança?

Deus se manifesta ao mundo numa criança, e nós somos capazes de matá-la, em vez de reconhecer nela a luz de Deus. Por que Deus se manifestou numa criança? Por esquisitice, para nos enganar? Nada disso. Salvação significa ser libertados dos poderes tirânicos que nos escravizam para realizar a liberdade que nos permite amar. Pois para amar é preciso ser livre, agir de graça, não por obrigação nem por cálculo. Por isso, a salvação que vem de Deus não se apresenta como poder opressor, a exemplo do de Herodes. Apresenta-se como antipoder, como uma criança sem valor.

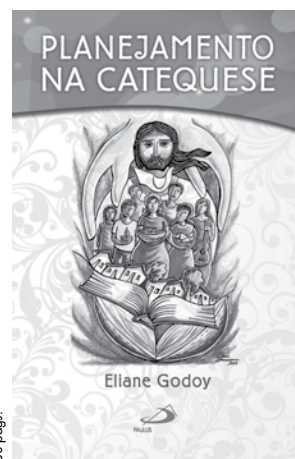
O pequenino de Belém é venerado como rei, mas, no fim do evangelho, esse “Rei” (Mt 25,34) julgará o universo, identificando-se com os mais pequeninos: “O que fizestes a um desses mais pequenos, que são meus irmãos, a mim o fizestes” (25,40). Quanta lógica em tudo isso!

Deus não precisa nos esmagar com seu poder para se manifestar. Para ser universal, prefere o pequeno, pois só quem vai até os pequenos e os últimos é realmente universal. Falta-nos a capacidade de reconhecer no frágil, naquele que o mundo procura excluir, o absoluto de nossa vida – Deus. Eis a lição que os reis magos nos ensinam.

O menino nascido em Belém atraiu os que viviam longe de Israel geograficamente. Mas a atração exercida por Jesus envolve também os social e religiosamente afastados, os pobres, os leprosos, os pecadores e peca-

Planejamento na catequese

Eliane Godoy



Uma catequese fraca se caracteriza pela falta de planejamento pedagógico e de articulação de conhecimentos. A metodologia falha pode desestimular catequizandos e catequistas. Este livro oferece uma reflexão sobre a necessidade do planejamento, seus objetivos e possíveis resultados, como também oferece dicas práticas e concretas para ajudar os catequistas na criação ou fortalecimento da habilidade de planejar. Uma catequese mais criativa e dinâmica garante um crescimento religioso saudável.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





doras. Todos aqueles que, de alguma maneira, estão longe da religião estabelecida e acomodada recebem, em Jesus, um convite de Deus para se aproximar dele.

Quem seriam esses “longínquos” hoje? O povinho que fica no fundo da igreja ou que não vai à igreja porque não tem roupa decente. Graças a Deus estão surgindo capelas nos barracos das favelas, bem semelhantes ao lugar onde Jesus nasceu e onde a roupa não causa problema. Há também os que se afastaram porque seu casamento despençou (muitas vezes se pode até questionar se ele foi realmente válido). Jesus se aproximou da samaritana, da pecadora, da adúltera... Será que para estas pessoas não brilha alguma estrela em Belém?

Será que, numa Igreja renovada, o menino Jesus poderá de novo brilhar para todos os que vêm de longe, os afastados, como sinal de salvação e libertação?

Batismo do Senhor

11 de fevereiro

O “empoderamento” de Jesus para sua missão

I. Introdução geral

O sentido principal da festa do Batismo do Senhor, neste ano B, é a investidura de Jesus como Messias. O evangelho, próprio do ano B, descreve o batismo de Jesus no Jordão, quando o Espírito desce sobre ele na forma visível de pomba (Mc 1,7-11). Para as outras leituras e o salmo responsorial, o lecionário oferece como primeira opção os mesmos textos que nos anos A e C: a 1ª leitura de Is 42,1-4.6-7 (o profeta e servo impelido pelo Espírito), a 2ª leitura de At 10,34-38 (Pedro,

proclamando Jesus como ungido por Deus com o Espírito Santo). É uma temática eminentemente cristológica.

Contudo, o lecionário prevê textos alternativos para as 1ª e 2ª leituras e o salmo responsorial. A 1ª leitura alternativa: o convite pronunciado pela boca do profeta Isaías para “vir às águas” (Is 55,1-11); o salmo responsorial, cujo refrão canta: “Com alegria bebereis do manancial da salvação” (Is 12,2-6); a 2ª leitura, o testemunho de Jesus dado pela água e pelo Espírito (1Jo 5,1-9). Esses textos são menos ilustrativos para o tema cristológico do evangelho, mas, acentuando o simbolismo da água, podem eventualmente servir para uma reflexão em torno do batismo cristão. Nosso comentário, porém, seguirá a linha cristológica dos textos oferecidos como primeira opção.

II Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Is 42,1-4.6-7)

O primeiro cântico do Servo (Is 42) encaminha nossa mente para a compreensão do evangelho. Apresenta a misteriosa personagem, do tempo do exílio babilônico, à qual foram dedicados os quatro cânticos do Servo (Is 42,1-7; 49,1-6; 50,4-9; 52,13-53,12). O primeiro cântico, lido hoje, apresenta a eleição desse predileto para levar aos povos e aos continentes (“ilhas”) o verdadeiro conhecimento do Deus de misericórdia e fidelidade. Ele é a aliança com o povo, a luz das nações, para restaurar a paz e a felicidade dos oprimidos. Ele é o portador da quase trágica “eleição” do povo de Israel para, no desterro, ser testemunha do Deus verdadeiro no meio das nações.

2. II leitura (At 10,34-38)

A 2ª leitura é o início de outro texto-chave do Novo Testamento: o “querigma” ou



anúncio proclamado por Pedro para os companheiros pagãos do centurião Cornélio, em At 10,34-43. Os vv. 37-43 são praticamente o resumo do Evangelho de Marcos (e de Lucas) e servem de modelo para o anúncio cristão. Com claro tom de universalidade, Pedro anuncia a missão de Jesus como Messias e Filho de Deus a partir de seu batismo por João. A liturgia de hoje apresenta a introdução desse texto (vv. 34-38): o início da obra de Jesus, a saber, seu batismo por João. Esse evento é de suma importância, pois significa a investidura de Jesus para sua missão messiânica. Jesus é o Messias, o “ungido” com o Espírito Santo. O termo “messias” significa ungido, mas Jesus nunca foi ungido, materialmente, como rei ou sacerdote. Foi ungido simbolicamente, como profeta. Essa unção com o Espírito do Senhor, derramado sobre o profeta, é mencionada em Is 61,1, texto que Lucas elaborou na cena da “pregação inaugural” de Jesus, Lc 4,16-30.

3. Evangelho (Mc 1,7-11)

O evangelho de hoje mostra o “empoderamento” de Jesus para sua atividade pública, a qual começa com a proclamação da chegada do Reino de Deus (Mc 1,14-15). O Evangelho de Marcos abre solenemente com o anúncio, feito por João Batista, da chegada do enviado escatológico. Em Marcos, diferentemente dos outros evangelhos, faltam as palavras do anúncio do juízo e da pregação penitencial do Batista (Mt 3,7-10; Lc 3,7-14). Marcos concentra totalmente a atenção naquele que há de vir. Cita a frase do Batista: “Depois de mim vem aquele que é mais forte do que eu. Eu nem sou digno de, abaiçando-me, desatar a correia de suas sandálias” – tarefa do escravo ou do discípulo a serviço de seu “rabi”.

Quando Jesus participa com seu povo do despertar messiânico provocado pelo Batista, Deus lhe dá a investidura como Messias. Enquanto João Batista batiza com água, o “mais

O sentido da vida na catequese

Isabel Cristina A. Siqueira



O livro aplica à catequese a reflexão sobre o sentido da vida, levando em consideração que a catequese será significativa e relevante para as pessoas se as ajudar a encontrar na fé cristã o sentido maior de sua existência. Quem primeiro precisa fazer esse processo são os catequistas, para, então, favorecerem os catequizados a ter claro na vida quais são seus valores e qual é sua maior virtude; por conseguinte, qual o sentido de sua existência, diante da realidade e das perspectivas atuais.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





forte” chega para batizar com Espírito Santo. O batismo de João era um rito de conversão para o povo de Israel. João o administrava lá onde o povo pudesse se reunir, independentemente do Templo de Jerusalém. Escolheu para esse rito as águas do rio Jordão, que, muitos séculos antes, o povo tinha atravessado para entrar na terra prometida. Era como se agora renovassem essa experiência. Jesus, todo entregue ao projeto de Deus, seu Pai, não podia faltar a esse evento, movimento de preparação messiânica e expressão pura e livre da piedade de seu povo, o povo judeu. Mas a atividade de Jesus nos leva a outro nível.

João pertence a um degrau preparatório na história da salvação. Jesus vem depois dele, mas isso não é um “depois” como o do discípulo que segue o mestre. Significa o novo tempo que suplanta o anterior. É o tempo da efusão do Espírito anunciada pelos profetas (cf. Ez 36,26-27: espírito novo nos corações; Jl 3,1-2: efusão escatológica do Espírito). O suposto seguidor do Batista é, na realidade, aquele que batiza com o Espírito Santo. E como ninguém pode dar o que não recebeu, conta-se como Jesus recebeu, por ocasião do batismo, o Espírito de Deus.

É um momento escatológico, quase apocalíptico: Jesus vê o céu “rasgar-se”, como na invocação da vinda salvadora de Deus proclamada por Isaías (Is 63,19). A voz de Deus, representada pela visão da ave mensageira, proclama a investidura de Jesus como rei messiânico, com a fórmula que lembra a investidura dos reis: “Tu és meu filho” (cf. Sl 2,7). A fórmula é completada pelo termo “amado”, que exprime a eleição por Deus, e seguida da declaração: “em ti ponho meu benquerer” (lecionário), “em ti está meu agrado” (Bíblia da CNBB). Sobre Jesus, que recebe o Espírito de Deus, está o agrado ou o benquerer de Deus, isto é, sua vontade salvífica. Deus não está querendo dizer que o seu amado é “agradável”, e sim que ele executará o agrado de Deus, a saber, a obra da salvação.

Pode-se parafrasear: “Coloco sobre teus ombros a obra que eu quero realizar”.

É de notar que, no Evangelho de Marcos, só Jesus vê o céu aberto e ouve a voz (os outros evangelistas apresentam a cena de modo mais público). Isso se deve, em parte, ao fato de a investidura ser dirigida ao novo rei individualmente (cf. Sl 2,7). Mas, em Marcos, há algo a mais. O conhecimento e a compreensão da missão messiânica de Jesus se dão progressivamente. A fórmula é retomada bem no meio do Evangelho de Marcos, na transfiguração de Jesus (Mc 9,7), depois da confissão de fé feita por Pedro (Mc 8,29) e da subsequente correção do conceito de Messias no primeiro anúncio da Paixão (Mc 8,31-33). Jesus toma consigo os três discípulos mais representativos, que no alto da montanha recebem uma visão de Jesus glorioso. A esses é revelado o que, na cena do batismo (segundo Marcos), foi proclamado só para Jesus: “Este é o meu Filho amado, escutai-o” (Mc 9,7). E, no fim do evangelho, quando Jesus cumpre a sua missão, dando sua vida, um soldado romano, representante do mundo inteiro ao qual se destina a salvação, exclama: “Este homem era verdadeiramente (o) Filho de Deus” (Mc 15,39). Só nesse momento fica claro de que modo Jesus assume o “agrado”, o plano salvífico de Deus, de acordo com sua exclamação na hora da agonia: “Não o que eu quero, mas o que tu queres” (Mc 14,38). Assim, Marcos estende por sobre todo o seu evangelho o que se costuma chamar o “segredo messiânico”, a revelação do Filho de Deus que se completa na cruz. O batismo engaja Jesus nessa missão.

III. Dicas para a reflexão

O Natal se prolonga nas festas da Epifania e do Batismo de Jesus, que têm em comum a ideia da manifestação de Deus ao mundo em Jesus de Nazaré. Deus se manifestou ao próprio Jesus para lhe confiar sua missão.



A 1ª leitura apresenta o “Servo de Deus” de que fala o profeta Isaías. “Servo” (= ministro, encarregado) é um título que pode ser aplicado ao rei, ao profeta ou até ao próprio povo da Aliança. Na sua disposição a executar o projeto de Deus, o “servo” prefigura Jesus. A 2ª leitura conta como, depois de Pentecostes, os apóstolos proclamam Jesus, chamando-o com o nome bíblico de “Ungido de Deus” – em hebraico, Messias: ungido com o Espírito Santo.

É isso que o evangelho descreve. Jesus tinha-se integrado no movimento de João Batista, que fez reviver a voz profética, silenciada durante séculos. Agora, no momento em que Jesus recebe das mãos de João o batismo no rio Jordão, Deus lhe dá “sinal verde” para sua própria missão: “Tu és o meu Filho amado, em ti ponho meu benquerer”. “Filho de Deus” era um título dado ao rei (Davi). Num sentido infinitamente mais rico, esse título cabe a Jesus. Deus o “empodera” como executor de seu benquerer, realizador de seu reinado. Desce sobre Jesus o Espírito de Deus: sua força, seu dinamismo, seu calor, sua sabedoria... O reinado que ele vai instaurar supera de longe o de Davi. É um projeto divino, para que Deus reine nos corações humanos e em todas as estruturas da comunidade humana e para que seus “aliados” realizem a justiça e o amor.

Jesus assumiu sua “nomeação” e deu a vida para cumpri-la: para desmascarar o cinismo e a hipocrisia dos chefes religiosos e políticos; para ensinar o plano de Deus ao povo entregue às mãos dos poderosos; para formar um grupo de discípulos que entendessem sua proposta – ao menos, depois de sua morte e ressurreição...

Jesus assumiu a realização da vontade do Pai. Anunciou a justiça e a misericórdia de Deus aos que mais as esperavam: os pobres, os excluídos. Pregou a libertação, o fim do mal que domina este mundo. Mas ele não

quis ficar sozinho. Formou uma comunidade que continuasse sua missão. Essa comunidade se marca com o mesmo sinal que Jesus quis receber juntamente com seu povo em busca de renovação: o batismo. Os que sucedem Jesus no empenho pelo reinado de Deus trilharão o seu caminho assumindo tudo o que colabora para a justiça concebida por Deus, assim como Jesus assumiu o movimento lançado por João Batista. E, sobretudo, voltarão o ouvido e o coração à voz que vem do Pai, para que se realize o que diz a oração final desta liturgia: “Chamados filhos de Deus, o sejamos de fato”.

2º domingo do tempo comum

18 de janeiro

Vocação: busca e convite

I. Introdução geral

No Brasil, a festa do Batismo do Senhor, encerramento do tempo natalino, substitui o primeiro domingo do tempo comum, de modo que este começa com o segundo domingo. A espinha dorsal da liturgia da Palavra nos domingos do tempo comum é a leitura contínua do evangelho do ano (no caso, Marcos), e os textos evangélicos são ilustrados, na 1ª leitura, por episódios do Antigo Testamento. A 2ª leitura não se integra nesse sistema e recebe sua temática, de modo independente, da leitura semicontínua das cartas do Novo Testamento (hoje, a questão da fornicção em Corinto).

A leitura evangélica está em continuidade com a do Batismo do Senhor. Narra a vocação dos primeiros discípulos de Jesus. Ora, como o evangelho do ano, Marcos, é mais breve que os outros, a liturgia de hoje abre espaço para o Evangelho de João (normal-



mente lido só na Quaresma e no tempo pascal). De acordo com o Quarto Evangelho, João Batista encaminha dois de seus discípulos para Jesus, apontando-o como o Cordeiro de Deus. E, quando vão em busca de Jesus, este lhes responde com o misterioso: “Vinde e vede”. A liturgia combina com esse texto a vocação de Samuel, na 1ª leitura. As duas vocações, porém, são diferentes. No caso de Samuel, trata-se da vocação específica do profeta; no episódio dos discípulos de Jesus, trata-se da vocação de discípulos para integrar a comunidade dos seguidores. São chamados, antes de tudo, a “vir” até Jesus para “ver” e a “permanecer/morar” com ele. Daí se inicia um processo de “vocação em cadeia”. Os que foram encaminhados pelo Batista até Jesus chamam outros (“André... foi encontrar seu irmão...”). Nessa dinâmica global da vocação cristã se situam as vocações específicas, como a de Simão, que, ao aderir a Cristo, é transformado em pedra de arrimo da comunidade cristã.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (1Sm 3,3b-10.19)

Desde seu nascimento, o profeta Samuel fora dedicado ao serviço de Deus no santuário de Silo, em agradecimento pelo favor que Deus demonstrara a Ana, sua mãe estéril (cf. 1Sm 1,21-28). Mas o serviço no santuário não esgotou sua missão. Antes que Samuel fosse capaz de o entender, Deus o chamou para a missão de profeta. A vocação de Deus, porém, não é coisa evidente. Descobre-se pouco a pouco. Três vezes Samuel ouve a voz, pensando ser a voz do sacerdote Eli. Este faz Samuel entender que é a voz do Senhor; então, quando ouve novamente o chamado, ele responde: “Fala, teu servo escuta”. Escutar é a primeira tarefa do porta-voz de Deus.

2. Evangelho (Jo 1,35-42)

Como dissemos, o evangelho é tomado de João, no episódio do testemunho do Batista: a vocação dos primeiros discípulos. João Batista encaminha seus discípulos a se tornar discípulos de Jesus (o tema volta em Jo 3,22-30). À busca desses discípulos corresponde um convite de Jesus para que eles venham ver e permaneçam com ele (Jo 1,35-39). E a partir daí segue uma reação em cadeia (1,41.45).

Temos aqui a apresentação tipicamente joanina da busca do Salvador. Nos outros evangelhos, Jesus se apresenta anunciando a irrupção do Reino de Deus. Em João, ele é a resposta de Deus à busca do ser humano, assim como o Antigo Testamento diz que a Sabedoria se deixa encontrar pelos que a buscam (cf. Sb 6,14). Devemos buscar o encontro com Deus no momento oportuno, enquanto se deixa encontrar (Is 55,6). “Vinde ver...” é a resposta misteriosa de Jesus à busca dos discípulos que o Batista encaminhou para ele, apontando-o como o “Cordeiro de Deus”. Descobrimos, portanto, atrás da cena narrada no evangelho (Jo 1,35-39), toda uma meditação sobre o encontro com Deus em Jesus Cristo, revelação de Deus que supera a Sabedoria do Antigo Testamento.

Pelo testemunho do Batista, os que buscavam o Deus da salvação o vislumbraram no Cordeiro de Deus, o Homem das Dores. Querem saber onde é sua morada (o leitor já sabe que sua morada é no Pai; cf. Jo 14,1-6). Jesus convida a “vir e ver”. “Vir” significa o passo da fé (cf. 6,35.37.44.45.65; também 3,20-21 etc.). “Ver” é termo polivalente, que, no seu sentido mais tipicamente joanino, significa a visão da fé (cf. sobretudo Jo 9). Finalmente, os discípulos “permanecem/demoram-se” com ele (“permanecer” ou “morar” expressa, muitas vezes, a união vital permanente com Jesus; cf. Jo 15,1ss). Os que foram à procura do mistério do Salva-



dor e Revelador acabaram sendo convidados e iniciados por ele.

Um encontro como este transborda. Leva a contagiar os outros que estão na mesma busca. André, um dos dois que encontraram o procurado, vai chamar seu irmão Simão para partilhar sua descoberta (v. 41: “Encontramos!”). Simão se deixa conduzir até o Senhor, que logo transforma seu nome em Cefas (rocha, “Pedro”), dando-lhe nova identidade. Na continuação do episódio (1,45), encontramos mais uma semelhante “reação em cadeia”. Como o Batista apresentou seus discípulos a Jesus, em seguida os discípulos procuraram outros candidatos. Estes traços da narrativa podem aludir à Igreja das origens, consciente de que o “movimento de Jesus” teve suas origens no “movimento do Batista” e de que, nas gerações futuras, os fiéis já não seriam chamados por Jesus mesmo, mas por seus irmãos na fé.

3. II leitura (1Cor 6,13c-15a.17-20)

Como foi dito na introdução, a temática da 2ª leitura não é estabelecida em função das duas outras leituras. Paulo trata da mentalidade da comunidade de Corinto, influenciada por certo libertinismo. Liberdade, sim, libertinagem, não, é o teor de sua reação. “Tudo é permitido”, dizem certos cristãos de Corinto, e Paulo responde: “Mas nem tudo faz bem” (6,12). Quem se torna escravo de uma criatura comete idolatria: assim se dá com quem se vicia nos prazeres do corpo. O ser humano não é feito para o corpo, mas o corpo para o ser humano, e este para Deus: seu corpo é habitação, templo de Deus, e serve para glorificá-lo.

A oposição de Paulo à libertinagem sexual não se deve ao desprezo do corpo, mas à estima que ele lhe dedica. O corpo não fica alheio ao enlevo do espírito, antes o sustenta e dele participa; por isso, qualquer ligação vulgar avilta a pessoa toda. O ser humano todo, também o corpo, é habitáculo do Espí-

Mistagogia hoje

Rosemary Fernandes da Costa



A mistagogia é a pedagogia do Mistério, uma experiência que respeita e facilita a relação de diálogo e aprofundamento entre a dinâmica interna da Revelação e a dinâmica existencial daquele que crê, orientando uma metodologia que permite um processo de evangelização efetiva. O objetivo do livro é retomar a experiência mistagógica como referência para a dinâmica da catequese e da evangelização atuais, considerando-a como um carisma essencial no âmbito da Igreja e luz para a atualidade da iniciação cristã.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





rito Santo. A pessoa deve ser governada para este fim do ser humano integral, membro de Cristo, e não subordinada às finalidades particulares do corpo. Absolutizar os prazeres corporais é idolatria, e esta é uma mensagem que precisa ser destacada no contexto de nossa “civilização”.

III. Dicas para reflexão

Segundo o Evangelho de João, foi dentre os discípulos do Batista que surgiram os primeiros seguidores de Jesus. O próprio Batista incentivou dois de seus discípulos a seguir Jesus, “o Cordeiro que tira o pecado do mundo”. Enquanto se põem a segui-lo, procurando seu paradeiro, Jesus mesmo lhes dirige a palavra: “Que procurais?” – “Mestre, onde moras?”, respondem. E Jesus convida: “Vinde e vede”. Descobrir o Mestre e poder ficar com ele os empolga tanto, que um dos dois, André, logo vai chamar seu irmão Pedro para entrar nessa companhia também. E no dia seguinte Filipe (o outro dos dois?) chama Natanael a integrar o grupo. A 1ª leitura aproxima disso o que ocorreu, mil anos antes, ao jovem Samuel, “coroinha” do sacerdote Eli no templo de Silo. Deus o estava chamando, mas ele pensava que fosse o sacerdote. Só na terceira vez o sacerdote lhe ensinou que quem chamava era Deus mesmo. Então respondeu: “Fala, Senhor, teu servo escuta”.

“Vocação” é um diálogo entre Deus e a gente – geralmente por meio de algum intermediário humano. A pessoa não decide por si mesma como vai servir a Deus. Tem de ouvir, escutar, meditar. Que vocação? Para que serviço Deus ou Jesus nos chamam? Logo se pensa em vocação específica para padre ou para a vida religiosa. Mas antes disso existe a vocação cristã geral, a vocação para os diversos caminhos da vida, conduzida pelo Espírito de Deus e da qual Cristo é o portador e dispensador. Essa vocação cristã realiza-se no casamento, na vida profissional, na política,

na cultura etc. Seja qual for o caminho, importa ver se nele seguimos o chamado de Deus e não algum projeto concebido em função de nossos próprios interesses.

O convite de Deus pode ser muito discreto. Talvez esteja escondido em algum fato da vida, na palavra de um amigo... ou de um inimigo! Ou simplesmente nos talentos que Deus nos deu. De nossa parte, haja disposição positiva. Importa estar atentos. Os discípulos estavam à procura. Quem não procura pode não perceber o discreto chamamento de Deus. A disponibilidade para a vocação mostra-se na atenção e na concentração. Numa vida dispersiva, a vocação não se percebe. E importa também expressar nossa disponibilidade na oração: “Senhor, onde moras? Fala, Senhor, teu servo escuta”. Sem a oração, a vocação não tem vez.

Finalmente, para que a vocação seja “cristã”, é preciso que Cristo esteja no meio. Há os que confundem vocação com dar satisfação aos pais ou alcançar um posto na poderosa e supostamente segura instituição que é a Igreja. Isso não é vocação de Cristo. Para saber se é realmente Cristo que está chamando, precisamos de muito discernimento, essencial para distinguir sua voz nas pessoas e nos fatos por meio dos quais ele fala.

3º domingo do tempo comum

25 de janeiro

O Reino de Deus está aí: converteí-vos

I. Introdução geral

Encerrado o tempo natalino, os evangelhos da liturgia dominical apresentam em *lectio continua* o início da pregação de Jesus segundo o evangelista do ano – no caso, Mar-



cos. Assim, ouvimos hoje a proclamação da chegada do Reino de Deus e da conversão que deve acompanhar essa boa notícia. Isso não deixa de suscitar algumas perguntas. Por que “conversão” ao receber uma boa notícia?

De fato, na 1ª leitura e no evangelho de hoje, a pregação da conversão ressoa em duas articulações bem diferentes, revelando a distinção entre o antigo e o novo. Na 1ª leitura, de Jonas, trata-se de pregação ameaçadora, dirigida à “grande cidade” Nínive, capital da Assíria. Diante do medo que a pregação inspira, a população abandona o pecado e faz penitência, proclamando o jejum e vestindo-se de saco; e Deus, demonstrando sua misericórdia universal, poupa a cidade.

O Evangelho de Marcos, por outro lado, resume a pregação inicial de Jesus, não na capital do mundo, nem mesmo no centro do judaísmo, mas na periferia da Palestina. Não anuncia uma catástrofe, mas a plenitude do tempo. “O tempo está cumprido”. Chega de castigo: o “Reino de Deus” está aí. É uma mensagem de salvação, dirigida aos pobres da Galileia. O “Filho”, que no batismo recebeu toda a afeição do Pai e foi ungido com o Espírito profético e messiânico, leva a boa-nova aos pobres, participando de sua situação de opressão e demonstrando a compreensão verdadeira do amor universal de Deus, que começa pelos últimos.

Enquanto a mensagem de Jonas logrou êxito por causa do medo, a mensagem de Cristo solicita conversão pela fé na boa-nova. Enquanto na história de Jonas a aceitação da mensagem faz Deus desistir de seus planos e a história continua como antes, no Novo Testamento vemos que a proclamação da boa-nova exige fé e participação ativa no Reino cuja presença é anunciada.

Como no domingo passado, a 2ª leitura tem um tema independente, tomado das “questões particulares” da 1 Coríntios (cf. domingo passado), a visão de Paulo a respeito dos diversos estados de vida.

O Processo de formação da identidade cristã

Marlene Maria Silva, Rita de Cássia Pereira Rezende e Vanildo de Paiva



Este livro se propõe ser um auxílio importante na tarefa que as comunidades eclesiais têm na formação de seus catequistas. Ao refletir sobre temas clássicos da espiritualidade cristã – tais como a sede de Deus, a conversão, a profissão da fé, a vida comunitária –, de maneira orante e celebrativa, ele se coloca como um instrumento bastante útil e significativo para a meditação do catequista acerca da própria vocação e vivência cristã, bem como sugere um itinerário espiritual a ser percorrido com os seus catequizandos no processo de iniciação à vida cristã.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Jn 3,1-5.10)

A 1ª leitura de hoje narra, em estilo profético-sapiencial, a conversão de Nínive segundo o livro de Jonas. Deus quer a conversão de todos, não só do povo de Israel. Por isso, Jonas deve pregar a conversão em Nínive, capital do império dos gentios (a Assíria). E acontece o que um judeu piedoso não podia imaginar: a cidade se converte em consequência da pregação do profeta fujão. Deus chama à conversão, e quem aceita o chamado é salvo.

O salmo responsorial (Sl 25[24],4ab-5ab.6-7bc.8-9) sublinha a importância da conversão: Deus guia ao bom caminho os pecadores.

2. Evangelho (Mc 1,14-20)

Devidamente introduzido pela aclamação, o evangelho narra o início da pregação de Jesus como anúncio da chegada do Reino de Deus e exortação à correspondente conversão. O Evangelho de Marcos é o evangelho da “irrupção do Reino de Deus”. Como Jonas, na 1ª leitura, Jesus aparece como profeta apocalíptico, mas, em vez de uma catástrofe, anuncia a boa-nova da chegada do Reino e pede conversão e fé. E isso com a “autoridade” do Reino que se revela na expulsão de demônios e outros sinais (Mc 1,22.27). Ele é o “Filho de Deus” (1,1; 9,7; 15,39; cf. 1,11).

Mas por que essa mensagem exige conversão? A mensagem de Jonas logrou êxito e produziu penitência à base do medo, a mensagem de Cristo solicita conversão à base da fé na boa-nova. Observe-se que conversão não é a mesma coisa que penitência. Certas Bíblias traduzem, erroneamente, Mc 1,15 como “fazei penitência” em vez de “convertei-vos”. Penitência tem que ver com pena, castigo. Conversão é dar nova virada à vida.

O grego *metanoia* sugere uma mudança de mentalidade. Por trás disso está o hebraico *shuv*, “voltar” (a Deus), não por causa do medo, mas por causa da confiança no dom de Deus, o “Reino de Deus”, que é o acontecer da vontade amorosa do Pai, como reza o pai-nosso: “Venha o teu reino, seja feita a tua vontade”. Onde reinam o amor e a justiça, conforme a vontade de Deus, acontece o Reino de Deus. Na medida em que Jesus se identifica com essa vontade e a cumpre até o fim, até a morte, ele realiza e traz presente esse Reino em sua própria pessoa. Ele é o Reino de Deus que se torna presente. Todo o Evangelho de Marcos desenvolve essa verdade.

No início, o significado de Jesus e de sua pregação está envolto no mistério, mas, aos poucos, há de revelar-se para quem acreditar na boa-nova, sobretudo quando esta se tornar cruz e ressurreição.

Por isso, enquanto na história de Jonas a aceitação da mensagem faz Deus desistir do castigo anunciado, em Mc 1 a proclamação da boa-nova exige fé e participação ativa no Reino que a partir de agora abre espaço. A aceitação da pregação de Jesus faz o ser humano participar do Reino que ele traz presente. Essa adesão ativa é exemplificada no chamamento dos primeiros seguidores. Imediatamente depois de ter evocado a primeira pregação de Jesus, Marcos narra a vocação dos primeiros discípulos, vocação que os transforma, pois faz dos pescadores de peixe “pescadores de homens”. Eles são uma espécie de parábola viva: sua profissão é símbolo da realidade do Reino à qual eles estão sendo convidados. E eles abandonam o que eram e o que tinham – até mesmo o pai no barco...

3. II leitura (1Cor 7,29-31)

Em 1Cor 7 Paulo responde a perguntas com relação ao casamento. As respostas, cheias de bom senso e sem desprezo algum da sexualidade (cf. comentário do domingo



passado), revelam um tom de “reserva escatológica”; ou seja: tudo isso não é o mais importante para quem vive na expectativa da parúsia. Porque “o tempo é breve” (7,29), matrimônio ou celibato, dor ou alegria, posse ou pobreza são, em certo sentido, indiferentes. Paulo se estende a respeito do matrimônio (recordando as palavras do Senhor) e a respeito do celibato (expressando seus próprios conselhos). O estado de vida é realidade provisória, que perde sua importância diante do definitivo que se aproxima depressa (Paulo, como os primeiros cristãos em geral, acreditava que Cristo voltaria em breve). Na continuação do texto, Paulo mostra o valor de seu celibato como plena disponibilidade para as coisas de Cristo – uma espécie de antecipação da parúsia (7,32).

Casamento, prazer, posse, como também o contrário de tudo isso, são o revestimento provisório da vida, o “esquema” (como diz o texto grego) que desaparecerá. Já temos em nós o germe de uma realidade nova, e esta é que importa. Assim, Paulo evoca a dialética entre o provisório e o definitivo, o necessário e o significativo, o urgente e o importante. Mas essa dialética deve ser formulada novamente em cada geração e cada pessoa. Nossa maneira de articulá-la não precisa ser, necessariamente, a mesma de Paulo, que pensa na vinda próxima do Cristo glorioso. Podemos repartir com ele um sadio “relativismo escatológico” (“Quid hoc ad aeternitatem?”), porém a maneira de relativizar o provisório pode ser diferente da sua. Relativizar significa “tornar relativo”, “pôr em relação”. O cuidado de viver bem o casamento ou qualquer outra realidade humana – o trabalho, o bem-estar etc. – deve ser posto em relação com o Reino de Deus e sua justiça.

III. Dicas para reflexão

O evangelho contém os temas do anúncio do Reino, da conversão e do segui-

to. Como o tema da conversão será aprofundado na Quaresma, podemos orientar a reflexão para o tema do seguimento dos discípulos, pensando também no lema da Conferência de Aparecida: “discípulos-missionários”.

Muitos entre os jovens que demonstram sensibilidade aos problemas dos seus semelhantes encontram-se diante de um dilema: continuar dentro do projeto de sua família ou dispor-se a um serviço mais amplo, lá onde a solidariedade o exige. Foi um dilema semelhante que Jesus fez surgir para seus primeiros discípulos (evangelho). Ele andava anunciando o reinado do Pai celeste, enquanto eles estavam trabalhando na empresa de pesca do pai terrestre. Jesus os convidou a deixar o barco e o pai e a tornar-se pescadores de gente. O Reino de Deus precisa de colaboradores que abandonem tudo, para que cativem a massa humana que necessita do carinho de Deus.

Esse carinho de Deus é aceito na conversão e na fé: conversão para sair de uma atitude não sincronizada com seu amor e fé como confiança no cumprimento de sua promessa. Deus quer proporcionar ao mundo seu carinho, sua graça. Não quer a morte do pecador, e sim que ele se converta e viva. Jesus convida à conversão porque o Reino de Deus chegou (Mc 1,14-15). Para ajudar, chama pescadores de gente. Tiramos daí três considerações:

– Deus espera a conversão de todos, para que possam participar de seu Reino de amor, justiça e paz.

– Para proclamar a chegada do seu reinado e suscitar a conversão, o coração novo, capaz de acolhê-lo, Deus precisa de colaboradores que façam de sua missão a sua vida, até mesmo à custa de outras ocupações (honestas em si).

– Mas, além dos que largam seus afazeres no mundo, os outros – todos – são chamados a participar ativamente na construção desse



Reino, exercendo o amor e a justiça em toda e qualquer atividade humana.

É este o programa da Igreja, chamada a continuar a missão de Jesus: o anúncio da vontade de Deus e de sua oferta de graça ao mundo; a vocação, formação e envio de pessoas que se dediquem ao anúncio; e a orientação de todos para a participação no Reino de Deus, vivendo na justiça e no amor.

4º domingo do tempo comum

1º de fevereiro

O “poder-autoridade” de Jesus

I. Introdução geral

Uma das características do antigo judaísmo é seu caráter profético, a presença de personagens carismáticos, considerados porta-vozes de Deus. A figura do profeta ganhou sua imagem “clássica” no livro do Deuteronômio, iniciado no tempo da reforma religiosa de Josias (±620 a.C.) e apresentado como recapitulação da Lei de Moisés. O profeta deve ser alguém como Moisés, alguém que fale de modo confiável em nome de Deus (1ª leitura). Com o tempo, a figura do “profeta como Moisés” tornou-se imagem do Messias que havia de vir.

O evangelho de hoje (Mc 1,21-28) apresenta Jesus segundo esse modelo, como alguém que ensina “com autoridade”, não como os escribas! Essa autoridade evoca o poder profético de ensinar no nome de Deus e fazer sinais que confirmem a palavra. Entretanto, paira um mistério sobre a figura de Jesus no Evangelho de Marcos. Jesus proíbe aos discípulos e aos beneficiados de suas curas publicar o exercício de sua “autoridade” que eles presenciaram. O mistério da identidade de Jesus só será desvendado na

hora da morte, quando o centurião romano proclamar: “Este homem era verdadeiramente Filho de Deus” (15,39). Só na morte fica claro, sem ambiguidade, o modo e o sentido da obra messiânica de Cristo segundo “os pensamentos de Deus” (cf. Mc 8,31-33).

A 2ª leitura é tomada, mais uma vez, das “questões práticas” de 1 Coríntios. Na linha da “reserva escatológica” (cf. domingo passado), Paulo explica as vantagens do celibato, ao menos quando assumido com vistas à escatologia.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. 1ª leitura (Dt 18,15-20)

Pela instituição do profetismo, o povo de Israel se distingue das nações pagãs, que praticam todo tipo de adivinhação e superstição (Dt 18,14). Deus suscitará em Israel profetas conforme o modelo de Moisés, seu porta-voz no Sinai. O profeta deve anunciar a cada geração a palavra de Deus, não sensacionalismo, adivinhação ou seja lá o que for. Tais serão os “profetas “como eu” que Moisés anuncia em Dt 18,15 (cf. 18,18). O profeta deve ser alguém como Moisés, alguém que escute a palavra de Deus e a quem Deus coloque suas palavras na boca para transmiti-las, alguém que não fale em nome de Deus o que este não lhe tiver inspirado nem fale em nome de outros deuses; alguém cujas palavras sejam confirmadas pelos fatos (18,15-22). Mas, pouco depois do exílio babilônico, essa instituição entra em declínio e a expressão “um profeta como eu” (Dt 18,15) acaba sendo interpretada num sentido individual, significando o Messias. Jo 6,14 (cf. 1,21.45; At 3,22-23) mostra que Jesus foi identificado com esse Messias-profeta.

2. Evangelho (Mc 1,21-28)

A palavra de Jesus é um acontecer e um agir. Marcos não narra o conteúdo daquilo



que Jesus pregou na sinagoga de Cafarnaum, mas o efeito: Jesus age com *autoridade* (1,22.27) na expulsão dos espíritos imundos, que reconhecem nele o representante de Deus. Jesus ensina com autoridade, não como os escribas! Essa “autoridade” evoca o poder profético de ensinar em nome de Deus e fazer sinais que confirmem a palavra.

Ora, o termo grego que Marcos usa (*exousía*) não é costumeiro, no judaísmo helenístico, para falar do poder profético, e sim do poder escatológico do “filho de homem” descrito no livro de Daniel! Ao ler Mc 1,21-28 tem-se a impressão de que o povo viu em Jesus um profeta, o que é confirmado pelas opiniões populares citadas em Mc 6,15 e 8,28. Mas a presença da “autoridade” nele esconde algo que o povo não consegue entender: “Que é isso?” (1,27). Ao percorrermos o Evangelho de Marcos, descobrimos que a identidade que Jesus atribui a si mesmo é a do Filho do homem, o enviado escatológico de Deus, prefigurado em Dn 7,13-14. A este pertence a *exousía*, a “autoridade” (Dn 7,14). Quem percebe, mesmo, a identidade de Jesus é o demônio por ele expulso (Mc 1,24): o demônio reconhece aquele que põe em perigo o seu domínio!

No Evangelho de Marcos paira um mistério sobre a figura de Jesus: o “segredo messiânico”. Aos demônios (1,25.34; 3,12), aos miraculados (1,44; 5,43; 7,34; 8,26), aos discípulos (8,30; 9,9), Jesus lhes proíbe publicar o exercício da “autoridade” que presenciaram. Se Jesus ensina com autoridade e poder efetivo, que confirmam sua palavra profética, devemos enxergar nele o “Filho do homem”, que vem com os plenos poderes de Deus.

3. II leitura (1Cor 7,32-35)

No espírito da “reserva escatológica” que vimos domingo passado, dando importância

Método na catequese

Ver, julgar/iluminar, agir, rever e celebrar no caminho

Adailton Altoé



O papel do educador religioso é auxiliar seus alunos a desenvolver conhecimento, avaliar juízos de valor, em um processo de educação da fé, com participação ativa de todos. Este livro é um instrumento e manual para a instrução da catequese, no entanto também ampara momentos cotidianos de dúvida e questionamento, retirando a sombra de autoridade da figura catequizadora, substituindo-a por uma de companheirismo e compreensão.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





não tanto ao estado de vida, mas antes à diligência escatológica com a qual é assumido, Paulo explica que o estado celibatário lhe permite uma dedicação mais intensa àquilo que se relaciona de modo imediato com o reino escatológico. Não condena, porém, as “mediações do reino”, entre as quais o casamento, para o qual Jesus mesmo deu instruções (1Cor 7,10). O celibato é um conselho pessoal de Paulo (7,25). Como o sentido da escatologia é que o Senhor nos encontre ocupados com sua causa, Paulo aconselha o estado de vida que deixa nosso espírito mais livre para pensar nisso. Conselho não para truncar nossa liberdade, mas para a libertar mais ainda. É claro, está falando do celibato assumido, não do celibato “levado de carona”, como é, muitas vezes, o de parte de nosso clero; porque, se não é assumido interiormente, desvia mais da causa do Senhor do que as preocupações matrimoniais. Bem entendido, porém, o celibato, além de proporcionar liberdade para Deus aos que o assumem, constitui um lembrete para os casados, a fim de que, no meio de suas preocupações, conservem a reserva escatológica, que os faz ver melhor o sentido último de tudo quanto fazem.

III. Dicas para reflexão

Jesus é o profeta do Reino de Deus. Mas que é um profeta? Conforme a 1ª leitura, o profeta é mediador e porta-voz de Deus. Moisés lembra aos israelitas que, quando da manifestação de Deus no monte Sinai (Ex 19), tiveram tanto medo, que Deus precisou estabelecer um intermediário para falar com eles. Esse intermediário foi Moisés, o primeiro “profeta bíblico”. E ele ensina que sempre haverá profetas em Israel para serem mediadores e porta-vozes de Deus, de modo que os israelitas já não precisam recorrer aos adivinhos cananeus, que consultam as divindades mediante sortilégios, búzios, necromantes (que evocam espíritos) etc. O profeta é aque-

le que fala com a autoridade de Deus que o envia. Muitas vezes, sua palavra é corroborada por Deus por meio de sinais milagrosos.

No evangelho, Jesus é apresentado como porta-voz de Deus e de seu Reino. Deus mostra que está com ele. Dá-lhe “poder-autoridade” para fazer sinais. Na sinagoga de Cafarnaum, Jesus expulsa um demônio, e o povo reconhece: “Um ensinamento novo, dado com autoridade...” (Mc 1,27).

Ora, os sinais milagrosos servem para mostrar a autoridade do profeta, mas não são propriamente sua missão. Servem para mostrar que Deus está com ele, mas sua tarefa não é fazer coisas espantosas. Sua tarefa é ser porta-voz de Deus. Jesus veio para nos dizer e mostrar que Deus nos ama e espera que participemos ativamente de seu projeto de amor. Por outro lado, os sinais, embora não sejam sua tarefa propriamente, não deixam de revelar um pouco em que consiste o Reino que Jesus anuncia. São sinais da bondade de Deus. Jesus nunca faz sinais danosos para as pessoas (como as pragas do Egito, que sobrevieram pela mão de Moisés). O primeiro sinal de Jesus, em Marcos, é uma expulsão de demônio. A possessão demoníaca simboliza o mal que toma conta do ser humano sem que este o queira. Libertando o endemoninhado do seu mal, Jesus demonstra que o Reino por ele anunciado não é apenas apelo livre à conversão de cada um, mas luta vitoriosa contra o mal que se apresenta maior que a gente.

O mal que é maior que a gente existe também hoje: a crescente desigualdade social, a má distribuição da terra e de seus produtos, a lenta asfixia do ambiente natural por conta das indústrias e da poluição, a vida insalubre dos que têm de menos e dos que têm demais, a corrupção, o terror, o tráfico de drogas, o crime organizado, o esvaziamento moral e espiritual pelo mau uso dos meios de comunicação... Esses demônios parecem dominar muita gente e fazem muitas vítimas. O sinal profético de Jesus



significa a libertação desse “mal do mundo” que transcende nossas parcas forças. E sua palavra, proferida com a autoridade de Deus mesmo, ensina-nos a realizar essa libertação.

Como Jesus, a Igreja é chamada a apresentar ao mundo a palavra de Deus e o anúncio de seu Reino. Como confirmação dessa mensagem, deve também demonstrar, em sinais e obras, que o poder de Deus supera o mal: no empenho pela justiça e no alívio do sofrimento, no saneamento da sociedade e na cura do meio ambiente adoentado. Palavra e sinal, eis a missão profética da Igreja hoje.

5º domingo do tempo comum

8 de fevereiro

A autoridade de Jesus e os enfermos

I. Introdução geral

A liturgia deste domingo nos ajuda a refletir sobre um assunto bem atual: a “teologia da prosperidade”! O livro de Jó nos confronta com algo incompreensível para quem acredita que Deus recompensa os bons e castiga os maus nesta vida: Jó é um homem justo e, apesar disso, perdeu tudo. Durante 40 capítulos, Jó protesta contra a injustiça de seu sofrimento sem explicação, mas no fim Deus mostra a sua presença, e Jó se consola e se cala.

Também Jesus, no Novo Testamento, nunca apresenta uma explicação do sofrimento, porque *não há explicação*. Mas ele traz uma *solução*: assume o sofrimento. Inicialmente, curando-o. No fim, sofrendo-o, em compaixão universal. Se Jó nos mostra que Deus está presente onde o ser humano sofre, Jesus nos mostra que Deus conhece o sofrimento do ser humano por dentro. E ele o assume até o fim.

Encontros para uma catequese com adultos Subsídios catequéticos

CNBB/Equipe de Catequese



120 págs.

Atendendo a urgência de preparar encontros catequéticos para adultos, este livro propõe uma série de temas que correspondam às necessidades seja de quem ainda não fez a caminhada de catequese para a iniciação cristã, seja para os adultos que queiram aprofundar a própria fé. A proposta deste subsídio é de 17 temas, com conteúdo completo e com encontros a serem planejados a critério do catequista.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



PAULUS



A 2ª leitura continua com os assuntos dos coríntios, que pretendem ter a liberdade de fazer tudo o que têm direito de fazer. Paulo não concorda: nem sempre devo fazer uso de meu direito. A caridade, a paciência para com o menos forte, com o inseguro na fé, valem mais que meu direito pessoal.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Jó 7,1-4.6-7)

Jó foi fortemente provado por Deus. Perdeu tudo, até a saúde. Seus amigos não o conseguem consolar (Jó 2,11). Jó contempla sua vida com amargura e só consegue pedir que a aflição não seja demais e Deus lhe dê um pouco de sossego. A vida é um “serviço de mercenário”, diz. Como os boias-frias, ele sempre leva a pior. Desperta cansado e, deitado, não consegue descansar, por causa das feridas. Que Deus lhe dê um pouco de sossego...

Procurando uma resposta para o mistério do sofrimento, os amigos de Jó dizem que os justos são recompensados e os ímpios, castigados. Mas Jó protesta: ele não é um ímpio. A teoria da prosperidade dos justos, a “teologia da retribuição”, não se verifica na realidade (21,5-6). Menos ainda o convence o pedante discurso de Eliú, tratando de mostrar o caráter pedagógico do sofrimento (cap. 32-37). Os amigos de Jó não resolvem nada. Vendem conselhos, mas não se compadecem. Suas palavras são pimenta na ferida.

Por outro lado, mesmo amaldiçoando o próprio nascimento, Jó não amaldiçoa Deus; ao contrário, reconhece e louva sua sabedoria e suas obras na criação: o abismo de seu sofrimento pessoal não lhe fecha os olhos para a grandeza de Deus! E é exatamente por este lado que entrará sossego na sua existência. Pois Deus se revelará a ele, tornar-se-á presente em seu sofrimento – ao contrário de seus amigos sabi-

ções –, e esta experiência do mistério de Deus fará Jó entrar em si, no silêncio (42,1-6).

2. Evangelho (Mc 1,29-39)

Como para preencher o que ficou aberto na 1ª leitura, o evangelho nos mostra o Filho de Deus assumindo nossas dores. A narrativa conta o fim do “dia em Cafarnaum”, iniciado em Mc 1,21 (cf. domingo passado). Jesus continua com seus gestos e ações que falam de Deus.

No início de seu ministério, Jesus assume o sofrimento, curando-o. Mostra os sinais da aproximação de Deus ao sofredor. Sinais feitos com a “autoridade” que já comentamos no domingo passado. Ao sair do ofício sinagoga, naquele dia de sábado, Jesus se dirige à casa de Pedro. Lá, ergue da febre a sogra de Pedro. E ela se põe a servir, demonstrando assim sua transformação. Depois, ao anoitecer, quando termina o repouso sabático, as pessoas trazem a Jesus os seus enfermos. Jesus acolhe a multidão em busca de cura: novo sinal de sua misteriosa “autoridade”. Os endemoninhados, os maus espíritos reconhecem seu adversário, mas ele lhes proíbe propalar o que sabem (cf. domingo passado). E quando, depois, Jesus se retira para se encontrar com o Pai e os discípulos o vêm buscar para reassumir sua atividade em Cafarnaum, ele revela que a vontade de seu Pai o empurra para outros lugares. Ele está inteiramente a serviço do anúncio do Reino, com a “autoridade” que o Pai lhe outorgou.

No fim de seu ministério, Jesus assumirá o sofrimento, sofrendo-o. Aí, sua compaixão se torna realmente universal. Supera de longe aquilo que aparece no livro de Jó. Se este nos mostra que Deus está presente onde o ser humano sofre (e isso já é grande consolação), Jesus nos mostra que Deus conhece o sofrimento do ser humano por experiência.

Assim como o livro de Jó, Jesus não apresenta uma explicação teórica do sofrimento. Neste sentido, concorda com os filósofos existencialistas: sofrer faz parte da “condição humana”. *Não há explicação, mas, sim, solução:*



Jesus assume o sofrimento. No livro de Jó, Deus se digna olhar para o ser humano que sofre. Em Jesus Cristo, ele participa de seu sofrimento.

3. II leitura (1Cor 9,16-19.22-23)

A 2ª leitura continua com a 1ª Carta aos Coríntios, abordando assunto muito especial. 1Cor 8-10 é uma unidade que trata da questão sobre se o cristão pode sempre fazer as coisas que, em si, não são um mal. Trata-se das carnes que sobravam dos banquetes oferecidos pela cidade em honra das divindades locais. Essas carnes eram, depois da festa, vendidas no mercado por “preço de banana”. O cristão, dizem os “esclarecidos”, pode comprá-las e comê-las sem problema, já que não acredita nos ídolos. Paulo, porém, pensa diferente: a norma não é a liberdade, mas a caridade (cf. Gl 5,13: usemos da “liberdade para nos tornar escravos de nossos irmãos”). Se o uso de nossa liberdade causa a queda do “fraco na fé”, que tem ainda resquícios de sua tradição pagã, devemos considerar a sensibilidade de nosso irmão.

Paulo não concorda com a pretensa liberdade dos coríntios para fazerem tudo a que têm direito. Existe o aspecto *objetivo* (carne é carne e ídolos não existem) e o aspecto *subjetivo* (alguém menos instruído na fé talvez coma as carnes idolátricas num espírito de superstição; 8,7). Portanto, diz Paulo, nem sempre devo fazer uso de meu direito. E alega seu próprio exemplo: ele teria o direito de receber gratificação por seu apostolado, mas, como tal gratificação poderia ser mal interpretada, prefere ganhar seu pão trabalhando. A gratificação de seu apostolado consiste no prazer de pregar o evangelho de graça. Paulo teria os mesmos direitos dos outros apóstolos: levar consigo uma mulher cristã (9,5), ser dispensado de trabalho manual (9,6), receber salário pelo trabalho evangélico (9,14; cf. a “palavra do Senhor” a este respeito, Mt 10,10). Entretanto, prefere anunciar o evangelho de graça, para que ninguém suspeite

Antropologia Religiões e valores cristãos

Lino Rampazzo



Esta obra serve de subsídio para as disciplinas de cultura religiosa e ética; ao mesmo tempo, quer abrir-se a um diálogo sem fronteiras sobre os valores mais significativos que dignificam o ser humano, na atual sociedade, caracterizada por mudanças rápidas e profundas. Além disso, reflete-se sobre o interesse místico-religioso do homem pós-moderno. Uma reunião de estudos sobre o ser, o crer e o agir da tríade humana de religião, antropologia e cristandade.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





de motivos ambíguos. Ora, essa atitude não é inspirada apenas por prudência, mas por paixão pelo evangelho: “Ai de mim se eu não pregar o evangelho... Qual é meu salário? Pregarei o evangelho gratuitamente, sem usar dos direitos que o evangelho me confere!” (9,17-18). Se tivermos verdadeiro afeto por nosso irmão fraco na fé, desistiremos com prazer de algumas coisas aparentemente cabíveis; e a própria gratuidade será a nossa recompensa, pois “tudo é graça”.

III. Dicas para reflexão

As leituras de hoje estão interligadas por um fio quase imperceptível: enquanto *Jó se enche de sofrimento até o anoitecer* (1ª leitura), Jesus *cura o sofrimento até o anoitecer* (evangelho). O conjunto do evangelho mostra Jesus empenhando-se, sem se poupar, para curar os enfermos de Cafarnaum. E, no dia seguinte, o poder de Deus que ele sente em si o impele para outros lugares, sem se deixar “privatizar” pelo povo de Cafarnaum. A paixão de Jesus é deixar efluir de si o poder benfazejo de Deus. Ele assume, sem limites, o sofrimento do povo. Ele sabe que isso é sua missão: “Foi para isso que eu vim”. Não pode recusar a Deus esse serviço.

Nosso povo, muitas vezes, vê nas doenças e no sofrimento um castigo de Deus. Mas quando o próprio Enviado de Deus se esgota para aliviar as dores do povo, como essas doenças poderiam ser um castigo de Deus? Não serão sinal de outra coisa? Há muito sofrimento que não é castigo, mas, simplesmente, condição humana, condição da criatura, além de ocasião para Deus manifestar seu amor. O evangelista João dirá que a doença do cego não vem de pecado algum, mas é *oportunidade para Deus manifestar sua glória* (Jo 9,3; cf. 11,4).

Por mais que o ser humano consiga dominar os problemas de saúde, não consegue excluir o sofrimento, pois este tem outra fonte.

Mas é verdade que o egoísmo aumenta o sofrimento. O fato de Jesus apaixonadamente se entregar à cura de todos os males, também em outras cidades, é uma manifestação do Espírito de Deus que está sobre ele e que renova o mundo (cf. Sl 104[103],30). O evangelista Mateus compreendeu isso muito bem, quando acrescentou ao texto de Mc 1,34 a citação de Is 53,4 acerca do Servo sofredor: “Ele assumiu nossas dores e carregou nossas enfermidades” (Mt 8,17). E se pelo pecado do mundo as dores se transformam num mal que oprime a alma, logo à frente Jesus se revelará como aquele que perdoa o pecado (cf. Mc 2,1-12).

Também se hoje acontecem curas e outros sinais do amor apaixonado de Deus que se manifesta em Jesus Cristo, é preciso que reconheçamos nisso os sinais do Reino que Jesus vem trazer. Não enganemos as pessoas com falsas promessas de prosperidade, que até causam nos sofredores um complexo de culpa (“Que fiz de errado? Por que mereci isso?”). Mas, em meio ao mistério da dor, dediquemo-nos a dar sinais do amor de Jesus e de seu Pai.

6º domingo do tempo comum

15 de fevereiro

A autoridade de Jesus e a marginalização

I. Introdução geral

A liturgia de domingo passado mostrou que Jesus não se deixou “privatizar” pela população de Cafarnaum, mas seguiu sua vocação para ir a outras cidades também. Hoje o vemos saindo para a margem da sociedade, para os lugares desertos, onde viviam aqueles que na época eram chamados leprosos. Estes eram intocáveis, tabu! Jesus quebra esse tabu



e, no fim, acaba ocupando o lugar do doente, nos “lugares desertos”.

Como nos evangelhos anteriores, vemos aqui uma indicação velada da personalidade de Jesus. Autoridade e compaixão, duas qualidades dificilmente compatíveis no ser humano, são as feições divinas que se deixam entrever no agir de Jesus. E revela-se sua superioridade em relação à Lei, segundo a qual Jesus não poderia tocar no doente de pele. Ele não depende da Lei para realizar o bem da pessoa. Por autoridade própria, reintegra o ser humano que a letra da Lei marginalizava.

Este tema convida a uma catequese sobre a reintegração dos que são marginalizados. Para que nós, como membros do Cristo, possamos realmente vencer a marginalização, será preciso agir com uma autoridade que esteja acima das convenções constrangedoras do sistema em que vivemos. Precisamos encarnar de modo operante essa *compaixão reintegradora*, neutralizando os mecanismos de marginalização e exclusão com a força divina da verdadeira solidariedade, baseada no amor.

A 2ª leitura continua o tema de domingo passado, sobre as carnes oferecidas aos ídolos. Paulo se apresenta a si mesmo como exemplo, pois o pregador deve ser a ilustração daquilo que prega. O apóstolo quer agradar a todos, não para lograr sucesso pessoal, mas para o bem de todos, a fim de que se deixem atrair por Cristo. Este texto é uma das mais lindas exortações que a Bíblia contém.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (2Rs 5,9-14)

Para ilustrar o tema do evangelho de hoje, a liturgia propõe (como leitura opcional) a cura do general sírio Naamã pelo profeta Eliseu. A leitura nos mostra o horror que a doença causa nesse homem de destaque, a ponto de procurar um profeta em terra estrangeira, em

Israel. O recorte litúrgico não inclui a descrição dos ricos presentes que o homem trouxe para o profeta, os quais realçam ainda mais o seu *status*. Menciona, sim, o orgulho de Naamã, que julga pouca coisa banhar-se no rio Jordão, um riacho, em comparação com os rios da capital de sua terra, Damasco. Mas, aconselhado pelos servos, o homem banha-se, assim mesmo, no rio Jordão e fica curado: “sua carne tornou-se semelhante à de uma criancinha”.

Em Israel, a lepra causava exclusão da comunidade e suspeita de algum pecado. Em contraste com isso, o salmo responsorial (Sl 32[31],1-2.5.11) canta a alegria de ser perdoado e readmitido.

2. Evangelho (Mc 1,40-45)

O canto de aclamação ao evangelho fala de Deus que visita o seu povo (Lc 7,16). É isso que acontece quando Jesus vai aos lugares ermos, onde encontra um doente de pele bem diferente do da 1ª leitura, Naamã. Este procurou Eliseu com pompa e vaidade. No evangelho, Jesus mesmo vai até o lugar onde o doente vive excluído, marginalizado. No exercício da “autoridade” divina sobre as forças do mal e, ao mesmo tempo, levado por uma compaixão humana que não deixa de ser divina, Jesus quebra o tabu da lepra, toca o doente e faz desaparecer a enfermidade. Na opinião do povo, a doença designada como lepra devia ser obra de algum espírito muito ruim. Jesus quebra esse tabu. O doente reconhece em Jesus misteriosa “autoridade”, seu poder sobre os espíritos maus. “*Se quiseres, tens o poder de me purificar*” (Mc 6,40). Jesus não pensa nas severas restrições da Lei, só sente compaixão, aquela qualidade divina que ele encarna. Apesar da proibição da Lei, toca no doente de pele, dizendo: “*Eu quero, sê purificado*”. E a cura sucede. Jesus dá um sinal do Reino. Se ele cura pelo “poder-autoridade” do Filho do homem, não é preciso primeiro consultar os guardiões da Lei. Basta que, depois de receber o benefício de Deus, o



doente ofereça o sacrifício de agradecimento, conforme o rito costumeiro.

Como aos exorcizados, Jesus proíbe ao curado publicar o que sua “autoridade” operou. Manda-o oferecer o sacrifício prescrito, para oficializar sua reintegração na comunidade. Jesus lhe proíbe publicar o ocorrido, porque a publicidade desvia a percepção da verdadeira personalidade de Jesus (que não apenas cura, mas também assume o sofrimento humano). Mas o homem não é capaz de silenciar o fato. Quem conseguiria esconder tanta felicidade? Ele, até então marginalizado, encontrou a reintegração e aproveitou-a para contar o que lhe acontecera. Mais: Jesus foi ocupar o lugar do doente de pele, nos “lugares desertos” (1,45).

Este episódio faz pressentir a crescente e mortal oposição das autoridades religiosas: Jesus sabe o que é o bem do ser humano melhor do que a Lei segundo a interpretação dos escribas. Por autoridade própria, reintegra a pessoa que a letra da Lei marginalizava. Restaura a comunhão com o excomungado, passando para trás os que tinham o monopólio da reintegração. Aceitar este Jesus significa aceitar alguém que supera as mais altas autoridades religiosas. Neste sentido, a cura da doença de pele funciona como um sinal: significa que, de fato, Jesus está acima das prescrições legais e pode prescindir delas.

3. II leitura (1Cor 10,31-11,1)

Ao fim da discussão sobre a carne consagrada aos ídolos (1Cor 8-10; cf. domingos anteriores), Paulo tira as conclusões práticas. Comprar carne desses banquetes no mercado, sem ninguém o saber, pode parecer sem importância (10,25). Se, porém, alguém o sabe e se escandaliza, então não se deve comer dessa carne, por amor ao fraco na fé (10,28-29), pois não seria possível comê-la agradecendo a Deus (10,30). Daí a atitude geral: fazer tudo de sorte que seja um agradecimento a Deus, o que acontece quando é para o bem dos outros. Por fim, Paulo atreve-se a apresentar-se como

exemplo, sendo Cristo o exemplo dele (cf. 1Cor 11,1; Fl 3,17).

III. Dicas para reflexão

A exclusão virou princípio da organização socioeconômica: a lei do mercado, da competitividade. Quem não consegue competir deve desaparecer, quem não consegue consumir deve sumir. Escondemos favelas por trás de placas publicitárias. Que os feios, os aleijados, os idosos, os doentes de Aids não poluam os nossos cartões-postais!

Em tempos idos, a exclusão muitas vezes provinha da impotência diante da enfermidade ou, também, da superstição. Em Israel, os chamados leprosos eram excluídos e marginalizados, como ilustra abundantemente a legislação de Lv 13-14. Enquanto não se tivesse constatado a cura, por complicado ritual, o doente de pele era considerado impuro, intocável. Jesus, porém, toca no homem doente e o cura. Sinal do Reino de Deus. Jesus torna o mundo mais conforme ao sonho de Deus, pois Deus não deseja sofrimento nem discriminação. O Antigo Testamento pode não ter encontrado outra solução para esses doentes contagiosos que a marginalização, mas Jesus mostra que um novo tempo começou.

Começou, mas não terminou. Reintegrar os marginalizados não foi uma fase passageira no projeto de Deus, como os presentinhos dos políticos nas vésperas das eleições. O plano messiânico continua por meio do povo messiânico. Devemos continuar inventando soluções para toda e qualquer marginalização, pois somos todos irmãos e irmãs.

Seremos impotentes para excluir a exclusão, como os antigos israelitas em relação à doença de pele? Que fazer com os criminosos perigosos, viciados no crime? O fato de ter de marginalizar alguém é reconhecimento da inadequação de nossa sociedade. Toda forma de marginalização é denúncia contra nossa sociedade e, ao mesmo tempo, um desafio. Muito mais ainda em se tratando de pessoas inocentes.



tes. A marginalização é sinal de que não está acontecendo o que Deus deseja. Aonde existe marginalização o Reino de Deus ainda não chegou, pelo menos não completamente. E aonde chega o Reino de Deus a marginalização já não deve existir. Por isso, Jesus reintegra os marginalizados, como é o caso do doente do evangelho de hoje, dos pecadores, publicanos, prostitutas... Essa reintegração está baseada no “poder-autoridade” que Jesus detém como enviado de Deus: “Se quiseres, tens o poder de me purificar” (Mc 1,40). Jesus passa por cima das prescrições levíticas, toca no doente de pele e “purifica-o” por sua palavra, em virtude da autoridade que lhe é conferida como “Filho do homem” (= “executivo” de Deus, cf. Mc 2,10.28).

Há quem pense que os mecanismos autorreguladores do mercado são o fim da história, a realização completa da racionalidade humana. E os que são (e sempre serão) excluídos por esse processo, onde ficam? Não será tal raciocínio o de um varejista que se imagina o criador do universo? A liturgia de hoje nos mostra outro caminho, o de Jesus: solidarizar-se com os marginalizados, os excluídos, tocar naqueles que a “lei” proíbe tocar, para reintegrá-los, obrigando a sociedade a se abrir e criar estruturas mais acolhedoras, mais messiânicas.

1º domingo da Quaresma
22 de fevereiro

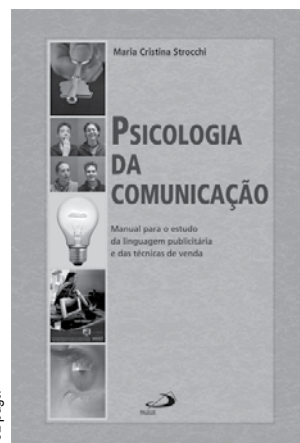
A restauração da humanidade em Cristo e o batismo

I. Introdução geral

Estamos iniciando a Quaresma, tempo de conversão em vista da celebração do mistério pascal. Tempo de volta ao nosso “primeiro amor”, nosso projeto de vida assumido dian-

Psicologia da comunicação **Manual para o estudo da** **linguagem publicitária e das** **técnicas de venda**

Maria Cristina Strocchi



“Psicologia da comunicação é um excelente manual sobre a linguagem publicitária e as técnicas de venda. Inicia com os conceitos básicos da psicologia e sua aplicação na publicidade. Desenvolve temas como percepção, motivação, emoção, persuasão, memória, condicionamento, inteligência, estados cognitivos, teoria da personalidade, comunicação de massa, comunicação publicitária, psicologia de venda, dentre outros. Sua maior riqueza, no entanto, é intercalar conceitos com exercícios práticos, o que o torna muito útil tanto para professores como para estudantes e profissionais da psicologia e da comunicação.”

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





te de Deus e Jesus Cristo. As leituras deste domingo ensinam-nos a acreditar na possibilidade da renovação de nossa vida cristã.

A liturgia de hoje se inspira na catequese batismal. Nos primórdios da Igreja, a Quaresma era preparação para o batismo administrado na noite pascal. O batismo era visto como participação na reconciliação operada pelo sacrifício de Cristo por nós (cf. Rm 3,21-26; 5,1-11; 6,3 etc.). No mesmo espírito, a liturgia renovada do Concílio Vaticano II insiste em que, na noite pascal, sejam batizados alguns novos fiéis, de preferência adultos, e todos os fiéis façam a renovação de seu compromisso batismal. Essa insistência na renovação da vida batismal faz sentido, pois, enquanto não tivermos passado pela última prova, estamos sujeitos à desistência. Como à humanidade toda, no tempo de Noé, também a cada um, batizado ou não, Deus dá novas chances: eis o tempo da conversão.

A liturgia de hoje é animada por um espírito de confiança. Ora, confiança significa entrega: corresponder ao amor de Deus por uma vida santa (oração do dia). É claro, devemos sempre viver em harmonia com Deus, correspondendo ao seu amor. Na instabilidade da vida, porém, as forças do mal nos apanham desprevenidos. Mas a Quaresma é um “tempo forte”, em que convém pôr à prova o nosso amor, esforçando-nos mais intensamente por uma vida santa.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Gn 9,8-15)

As águas do dilúvio representavam, para os antigos, um desencadeamento das forças do mal. Mas quem tem a última palavra é o amor divino. Deus não quer destruir o ser humano, impõe limites ao dilúvio e já não voltará a destruir a terra. O dilúvio é o sím-

bolo do juízo de Deus sobre este mundo, mas acima de tudo está a sua misericórdia, simbolizada pelo arco-íris. No fim do dilúvio, Deus faz uma aliança com Noé e sua descendência, a humanidade inteira: apesar da presença do mal, ele não voltará a destruir a humanidade. Deus repete o dia da criação, em que venceu o caos originário, separou as águas de cima e de baixo e deu ao ser humano um lugar para morar. Faz uma nova criação, melhor que a anterior, pois acompanhada de um pacto de proteção. O arco-íris que, no fim do temporal, espontaneamente nos alegra é o sinal natural dessa aliança.

O salmo responsorial (Sl 25[24],4bc-5ab.6-7bc.8-9) lembra a fidelidade de Deus ao seu amor. O íntimo ser de Deus é, ao mesmo tempo, bondade e justiça: “Ele reconduz ao bom caminho os pecadores, aos humildes conduz até o fim, em seu amor”. Por essa razão, todos os batizados renovam, na celebração da Páscoa, seu compromisso batismal.

2. II leitura (1Pd 3,18-22)

A segunda leitura faz parte da catequese batismal que caracteriza a 1ª Carta de Pedro. O batismo supõe a transmissão de credo. Assim, 1Pd 3,18-4,6 contém os elementos do primitivo credo: Cristo morreu e desceu aos infernos (3,18-19), ressuscitou (3,18.21), foi exaltado ao lado de Deus (3,22), julgará vivos e mortos (4,5). Tendo ele trilhado nosso caminho até a morte, nós podemos seguir seu caminho à vida (3,18). O batismo, que lembra o dilúvio no sentido contrário (salvação em vez de destruição), purifica a consciência e nos orienta para onde Cristo nos precedeu.

Jesus, porém, não vai sozinho. Leva-nos consigo. Ele é como a arca que salvou Noé e os seus das águas do dilúvio. Com ele somos imersos no batismo e saímos dele renovados, numa nova e eterna aliança. Ao fim da Quaresma serão batizados os novos candidatos à fé. Na “releitura” do dilúvio feita



pela 1ª Carta de Pedro, a imagem da arca está num contexto que lembra os principais pontos do credo: a morte de Cristo e sua descida aos infernos (para estender a força salvadora até os justos do passado); sua ressurreição e exaltação (onde ele permanece como Senhor da história futura, até o fim). Batismo é transmissão da fé.

3. Evangelho (Mc 1,12-15)

Quando de seu batismo por João, Jesus foi investido por Deus com o título de “Filho amado” e com seu beneplácito, que é, na realidade, a missão de realizar no mundo aquilo que faz a alegria de Deus: a salvação de todos os seus filhos. Assim, a missão de Jesus começa com a vitória sobre o mal, o qual se opõe à vontade de seu Pai.

O mal tem muitas faces e, além disso, uma coerência interior que faz pensar numa figura pessoal, embora não visível no mundo material. Essa figura chama-se “satanás”, o adversário, ou “diabo”, destruidor, presente desde o início da humanidade. Impedido pelo Espírito de Deus, Jesus enfrenta no deserto as forças do mal – satanás e os animais selvagens –, mas vence, e os anjos do Altíssimo o servem. A “provação” de Jesus no deserto, depois de seu batismo por João, prepara o anúncio do Reino. Aproxima-se a grande virada do tempo: Jesus anuncia a boa-nova do Reino. Deus oferece novas chances. Incansavelmente deseja que o ser humano viva, mesmo sendo pecador (cf. Ez 18,23). Sua oferta tem pleno sucesso com Jesus de Nazaré. Este é verdadeiramente seu Filho (Mc 1,11). Vitória escondida, como convém na primeira parte de Marcos, tempo do “segredo messiânico”.

Nos seus 40 dias de deserto, Jesus resume a caminhada do povo de Israel e antecipa também seu próprio caminho de servo do Senhor. A tentação no deserto transforma-se em situação paradisíaca: Jesus é o novo Adão, vencedor da serpente. Seu chamado à con-



LA
lúcio américo
arte sacra

tendalucio@gmail.com
(11) 98729.6727
www.lucioartesacla.com



versão é um chamado à fé e à confiança. Nas próximas semanas o acompanharemos em sua subida a Jerusalém, obediente ao Pai. Será a verdadeira prova, na doação até a morte, morte de cruz. E, “por isso, Deus o exaltou”... (cf. Fl 2,9).

Assim preparado, Jesus inicia o anúncio do Reino de Deus e pede conversão e fé no evangelho, o *euangélion*, a alegre notícia (cf. 3º domingo do tempo comum). Que ele exorte a acreditar na novidade, a gente entende. Mas por que conversão, se se trata de boa notícia? Exatamente por isso. Pois, como mostram os noticiários da TV, estamos muito mais sintonizados para notícias ruins que para notícia boa. Conversão não é a mesma coisa que penitência, como às vezes se traduz em Mc 1,15, sem razão. Conversão significa dar nova postura à nossa vida e nosso coração, “deixar para lá” a imagem de um Deus ameaçador para voltar-nos a ele e a seu reinado com um coração alegre e confiante.

III. Dicas para reflexão

Celebramos o 1º domingo da Quaresma. Muitos jovens não sabem o que é a Quaresma. Nem sequer sabem de onde vem o carnaval, antiga festa do fim do inverno (no hemisfério norte) que, na cristandade, se tornou a despedida da fartura antes de iniciar o jejum da Quaresma.

A Quaresma (do latim *quadragesima*) significa um tempo de 40 dias vivido na proximidade do Senhor, na entrega a Deus. Depois de ser batizado por João Batista no rio Jordão, Jesus se retirou ao deserto de Judá e jejuou durante 40 dias, preparando-se para anunciar o Reino de Deus. Vivia no meio das feras, mas os anjos de Deus cuidavam dele. Preparando-se desse modo, Jesus assemelha-

-se a Moisés, que jejuou durante 40 dias no monte Horeb (Ex 24,18; 34,28; Dt 9,11 etc.), e a Elias, que caminhou 40 dias, alimentado pelos corvos, até chegar a essa montanha (1Rs 19,8). O povo de Israel peregrinou durante 40 anos pelo deserto (Dt 2,7), alimentado pelo Senhor.

Na Quaresma deixamos para trás as preocupações mundanas e priorizamos as de Deus. Vivemos numa atitude de volta para Deus, de conversão. Isso não consiste necessariamente em abster-se de pão, mas sobretudo em repartir o pão com o faminto e em viver todas as demais formas de justiça. Tal é o verdadeiro jejum (Is 58,6-8).

A Igreja, desde seus inícios, viu nos 40 dias de preparação de Jesus uma imagem da preparação dos candidatos ao batismo. Assim como Jesus, depois desses 40 dias, se entregou à missão recebida de Deus, os catecúmenos eram, depois de 40 dias de preparação, incorporados a Cristo pelo batismo, para participar da vida nova. O batismo era celebrado na noite da Páscoa, noite da ressurreição. E toda a comunidade vivia na austeridade material e na riqueza espiritual, preparando-se para celebrar a ressurreição.

A meta da Quaresma é a Páscoa, o batismo, a regeneração para uma vida nova. Para os que ainda não foram batizados – os catecúmenos –, isso se dá no sacramento do batismo na noite pascal; para os já batizados, na conversão que sempre é necessária em nossa vida cristã. Daí o sentido da renovação do compromisso batismal e do sacramento da reconciliação nesse período.

Conversão e renovação, se preciso também arrependimento por nossas infidelidades, mas o tom principal é a alegria pela boa-nova e por Deus que, em Cristo, renova nossa vida. ●

Em busca de uma nova catequese

COM INSPIRAÇÃO CATECUMENAL



Os manuais de catequese **Nossa vida com Jesus (Eucaristia)** e **Confirmados na fé (Crisma)** visam formar verdadeiros discípulos, conhecedores da Palavra, por meio de roteiro para encontros adaptados e elencados aos catequistas, segundo as necessidades e condições da faixa etária do catequizando e as orientações mais atuais da Igreja.

VENDAS:

11 3789-4000 | 0800-164011

vendas@paulus.com.br

 [pauluseditora.official](https://www.facebook.com/pauluseditora.official)

 [editorapaulus](https://twitter.com/editorapaulus)

 paulus.com.br


PAULUS

PROPOSTA CONSISTENTE PARA A FORMAÇÃO DE VERDADEIROS DISCÍPULOS E MISSIONÁRIOS DE JESUS CRISTO.



160 págs.



200 págs.



176 págs.



200 págs.



168 págs.



264 págs.



216 págs.

Coleção Catequese Permanente

Esta coleção propõe uma catequese consistente aos discípulos e missionários de Jesus, além de oferecer-lhes roteiros para os encontros, fonte de formação e aprimoramento espiritual.

Cada volume vem acompanhado de um CD.

VENDAS:

11 3789-4000 | 0800-164011

vendas@paulus.com.br



[pauluseditora.official](https://www.facebook.com/pauluseditora.official)



[editorapaulus](https://twitter.com/editorapaulus)



[paulus.com.br](https://www.youtube.com/paulus.com.br)



PAULUS